

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Ana Carolina Campagnole dos Santos

ASSENTAMENTO RURAL E LOCALIDADE:

Processos de subjetivação no exercício participativo

Belo Horizonte

2013

Ana Carolina Campagnole dos Santos

**ASSENTAMENTO RURAL E LOCALIDADE:
processos de subjetivação no exercício participativo**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Kind do Nascimento.

Belo Horizonte

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237a Santos, Ana Carolina Campagnole dos
Assentamento rural e localidade: processos de subjetivação no exercício participativo / Ana Carolina Campagnole dos Santos. Belo Horizonte, 2013. 117f.: il.

Orientadora: Luciana Kind do Nascimento
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Assentamentos humanos – Belo Horizonte (MG). 2. Participação política. 3. Movimentos sociais. I. Nascimento, Luciana Kind do. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 333.11

Ana Carolina Campagnole dos Santos

**Assentamento Rural e Localidade:
processos de subjetivação no exercício participativo**

Dissertação de mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais, como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Luciana Kind do Nascimento (Orientadora) – PUC Minas

José Newton Garcia de Araújo - PUC Minas

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro – UFPE

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2013.

RESUMO

A presente dissertação é um estudo de caso de um assentamento rural da região metropolitana de Belo Horizonte, o qual nomeamos de Assentamento Mazzeto. Neste estudo, buscamos compreender os processos de subjetivação subjacentes ao exercício participativo dos assentados no município ao qual estão vinculados. Ao longo do trabalho foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas, em 2010 e em 2013, com assentados considerados lideranças do Assentamento, representantes em alguma instância política, como os Conselhos Municipais. Partindo das concepções sobre os movimentos sociais e ações coletivas e da noção de modos de subjetivação, foi que buscamos compreender a complexa dinâmica de participação dos assentados no município. A pesquisa esteve atenta também às transformações da ruralidade contemporânea e a formação dos assentamentos rurais em territórios rururbanos, problematizando questões em torno do conceito de território e de sua íntima relação com os modos de subjetivação .

Palavras-chave: Assentamento Rural. Participação política. Processos de subjetivação. Movimentos sociais. Território.

ABSTRACT

This work is the result of a study in a rural settlement called Mazzeto – located in the metropolitan area of Belo Horizonte. In this study, we sought to understand the subjectivity process and the dynamics of political participation of settlers in the Municipal Councils, in the city which the settlement is located. Over 10 interviews were conducted, during 2010 and 2013, with the settler's leaders that were representatives of some political institutions, as the Municipal Councils. Based on theories of social movements, collective action and the subjectivity process that we have sought to understand the complex dynamics of participation of this group in the city. The look of this research was also attentive to the transformations of contemporary rurality and the constitution of rural settlements, seeking to discuss issues around the concept of territory and its close relation with subjectivity process.

Key words: Rural Settlement. Political participation. Subjectivity process. Social Movements. Territory.

LISTA DE SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMS – Conselho Municipal de Saúde

CONAETI Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do Estado de Minas Gerais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITER – Instituto de Terras

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

PA – Projetos de Assentamentos Rurais

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDA – Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos Rurais

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

PSA – Programa de Segurança Alimentar

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

UDR – União Democrática Rural

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Projetos de Assentamentos na RMBH	25
QUADRO 2 – Caracterização dos assentados entrevistados	29

AGRADECIMENTOS

O meu profundo agradecimento à minha querida orientadora Luciana Kind, pela delicadeza em conduzir e orientar. A sua acolhida e confiança depositada em meu trabalho foi essencial para a sua conclusão. À todos os aprendizados: muito, muito obrigada!

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. E aos professores João Leite, José Newton e Rosineide Cordeiro pelas contribuições feitas no meu exame de qualificação e pela disponibilidade em participar da banca.

Ao Assentamento Mazzeto por proporcionar essa pesquisa e tantos ensinamentos sobre a luta pela terra. Em especial, agradeço à Vitória pelo apoio e parceria ao longo do processo.

Aos meus pais, meus exemplos de dedicação à ciência. À minha mãe pela amizade, apoio incondicional, sempre acompanhando meus passos e me incentivando. Ao meu pai, cientista e músico predileto, as suas conquistas me ensinam que acima de tudo devemos ter paixão em tudo àquilo que fazemos. Obrigada a vocês pelo amor, carinho e poesia cotidiana.

À minha linda vovó Regina, o grande amor da minha vida. Minha inspiração de cada dia, que preenche minha vida de afeto e coragem.

À Daisy e a minha cunhada Cris pelo apoio e aos meus muitos irm@s: Dedé, Ale, Helena, Catarina e ao pequeno príncipe, Pedro. Longe ou perto, estão sempre presentes.

As melhores amigas do mundo, por estarem sempre presentes, nas horas de angústia e alegrias: Camila, Carol, Gi, Lella e Paulinha.

Ao Felipe, pelo carinho, amor e apoio constante.

À minha cumadre Marcela, por ser essa pessoa inspiradora: doce, linda e sempre alegre! É uma benção ter você, Del e Clarice em minha vida. Mais que amiga, é uma verdadeira irmã.

Aos amig@s do mestrado: Fê, João, Mari, Nayene, Patrícia, Maria Eugênia e Cíntia. E às meninas de Recife: Diogivânia, Débora, Rebeca e Vanessa.

À minha analista. Tão importante durante todo o processo do mestrado, me ensinando a lidar com os vazios do percurso e com a incompletude de ser.

E à Lú (!), de novo e para sempre: muito obrigada!!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAMINHOS DA PESQUISA: ASSENTAMENTO MAZZETO.....	22
2.1. A produção dos dados.....	24
3. A EMERGÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	33
3.1. O cenário agrário no Brasil.....	35
3.2. Redemocratização e formação dos assentamentos rurais no país	44
3.3. A História do Assentamento Mazzeto pela voz dos Assentados	52
4. SUBJETIVIDADES E ARRANJOS POLÍTICOS.....	62
4.1. Movimentos sociais e ações coletivas.....	63
4.2. Movimentos sociais e esforços de compreensão dos sujeitos políticos	71
4.3. Os assentados: subjetividade e lutas políticas no Assentamento Mazzeto ..	79
4.3.1. Participação nos Conselhos	80
5. TERRITÓRIO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.....	87
5.1. “Terra ainda é poder”: o território Assentamento Mazzeto	91
6. CONCLUSÕES.....	101
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	110

1 INTRODUÇÃO

A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil remete a um longo processo de disputas e conflitos sociais, territoriais e econômicos que perpassam a história de formação do território nacional até os dias atuais. Segundo Norder (2004), a interação entre a ocupação do solo, as relações de trabalho e as formas de exercício do poder político possuem uma dinâmica muito particular na história do país, sendo essencial para a compreensão da constituição fundiária e de seus principais problemas.

A questão da terra é, sobretudo, uma questão histórica. O contexto rural brasileiro é marcado, desde a colonização do país, por lógicas de exclusão e processos de produção de subalternidades e cidadanias negadas (SOUZA, 2003). A ausência de políticas públicas para a população rural, assim como a precariedade das condições de trabalho e da vida no campo, são elementos característicos da história do campesinato brasileiro, que, em oposição ao poder hegemônico da elite agrária, esteve à margem de uma sociedade que se constituiu por lógicas de privilégios e hierarquias.

Esse ordenamento territorial desigual decorreu, em grande parte, do projeto modernizador do país que se consolidou de forma precária. A industrialização e a urbanização crescente desde a década de 60 não incluíram um projeto de desenvolvimento social adequado, gerando uma massa de marginalizados ou, como Souza (2003) se refere, produzindo a formação de uma “ralé” brasileira. As desigualdades sociais e a pobreza foram acentuadas, tanto pela expansão das periferias nos grandes centros urbanos, quanto pela precarização das condições de vida da população pobre rural. Telles (2006) nos fala da persistência desconcertante dessa pobreza num país que se quer moderno dentro do cenário do capitalismo periférico: “poder-se-ia mesmo dizer que, tal como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, compondo um elenco de problemas e dilemas de um país que fez e ainda se faz do progresso do projeto nacional” (TELLES, 2006, p.85).

Nesse contexto de desigualdades, os direitos sociais não se constituíram a partir da noção de justiça e igualdade (TELLES, 2006). As lógicas hierárquicas entre cidadãos e subcidadãos impuseram marcas de autoritarismos e inferioridades, guiando a formação de políticas assistencialistas, caracterizadas pelo controle e tutela da população.

No meio rural, a desigualdade apresentou-se tanto na discrepância entre a expansão de um agronegócio nacional e a permanência da miséria da população do campo, quanto na oposição entre civilidade e incivilidade que diferenciou o espaço urbano do rural. As noções de atraso, miséria, isolamento encontraram, no rural, uma referência, disseminando a ideia de uma população do campo apática e entregue ao seu destino. São percepções como essas que este trabalho visa desmistificar.

De fato, as políticas públicas para os setores mais frágeis do campo só foram institucionalizadas pela pressão dos movimentos sociais do campo que impuseram suas demandas na arena política (MAZZETTO, 2008). As lutas travadas pelos camponeses contra o poder público impulsionaram medidas de intervenção estatal através da demarcação de terras e da criação de alguns assentamentos, mas apenas no período de redemocratização do país, é construído um projeto institucional e legal para a realização da Reforma Agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido formalmente em 1984, foi o grande protagonista da luta por direitos para a população do campo. O grupo desse movimento, formado por trabalhadores rurais, se denominou Sem Terra, tendo como bandeira: “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores” (CALDART, 2000).

As políticas de Reforma Agrária desenvolvidas em vigor atualmente, incluem a desapropriação de terras improdutivas para a criação de Assentamentos Rurais, assim como o desenvolvimento de programas de crédito e de fortalecimento da agricultura familiar. Políticas de cunho assistencialista, que geram grandes debates em torno de sua eficiência em transformar a realidade da população do campo. Para Carvalho (2005), há dúvidas se não se trata de mais uma política compensatória do que de Reforma Agrária propriamente dita. Martins (1999) também faz duras críticas às políticas de Reforma Agrária e as encara como uma reforma impossível. Neste trabalho, consideramos as restrições das propostas, mas sem desqualificar a existência de uma luta e de um processo de mudança que se desenrola no cenário agrário atual.

Há mais de 20 anos no país, as políticas de Reforma Agrária vêm sendo desenvolvidas e os Assentamentos Rurais são uma realidade. Em números gerais, divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2010 havia 8.763 assentamentos criados no Brasil, abrigando 924 mil famílias assentadas, numa área total de 85,8 milhões de hectares (INCRA, 2010). É inegável, portanto, que hoje temos uma estrutura agrária em transformação. A criação dos Assentamentos faz parte de

uma nova forma de integração da população rural, num contexto de redistribuição de terras, alavancando processos de transformações econômicas, territoriais e identitárias do campesinato brasileiro. Novos atores sociais e lutas coletivas passaram a se movimentar em oposição a uma lógica agrária tradicional e perversa, reivindicando direitos de cidadania e instaurando novas formas de sociabilidade no campo (NORDER, 2004).

Falar de ruralidades no Brasil hoje implica, assim, em compreender os novos fenômenos que têm atravessado e transformado o território rural. E é diante desse contexto de transformações, que buscamos compreender os sujeitos do campo no seu exercício participativo.

O território de análise é um Assentamento Rural e os sujeitos da pesquisa são os trabalhadores rurais Sem Terra assentados. Os nossos objetivos estão articulados em três eixos conceituais: o território, os processos de subjetivação e a participação política. Buscamos compreender a articulação desses elementos no nível local (municipal), diante de algumas questões que nos interpelam: como esses assentamentos têm se relacionado com os municípios onde estão inseridos? Quais processos de subjetivação estão imbricados no exercício participativo dos assentados no nível local? Estamos tratando dos impactos locais relacionados ao processo de constituição dos assentamentos e da “emergência” dos assentados.

É evidente que os impactos de um Assentamento Rural extrapolam os limites municipais, mas, para maior delineamento da pesquisa, optamos por realizar esse recorte. Além disso, as análises centradas na dimensão municipal ainda são incipientes nos estudos sobre os Assentamentos Rurais e apresentam-se como um campo rico de investigação (MEDEIROS; LEITE, 1998).

De acordo com Medeiros e Leite (1998), o assentamento introduz novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder local. Desapropriar uma área e assentar famílias significa identificar um conflito fundiário na região e, mais, que o Estado o reconheça e atue através de negociações com o proprietário, alterando as relações de poder até então prevalentes. Para esses autores, a “emergência do assentado” representa um processo de mudança e mobilização social na localidade em que o assentamento se insere.

O assentamento implica numa ruptura com uma situação anterior que, a partir do momento em que se estabelece em dada região, passa a participar da dinâmica política, econômica e cultural já estabelecida. Um significativo segmento social, a partir da luta pela terra, passa a dialogar com o Estado e com a sociedade civil, impondo seus

interesses na arena política e fazendo-se reconhecer enquanto sujeitos de direitos. Os Sem Terra, na condição de assentados, exigem, ainda, sua inclusão nas políticas municipais, podendo, até mesmo, alterar a dinâmica de demandas sociais, somando ou disputando com as reivindicações da comunidade local.

Consideramos que a participação política no município mostra-se fundamental para o desenvolvimento do assentamento, pois este é o local privilegiado para a emergência do conflito político, onde esses sujeitos deverão articular seus interesses e demandas. Isso significa não só reivindicar pela inserção do assentamento nas redes de serviços e nas políticas municipais, mas, também, construir um lugar político dentro do município, através de novas reivindicações e participação do processo democrático.

O elemento de análise território nos convoca, ainda, a pensar esse espaço do assentamento como lugar de ressignificação do rural tradicional, em processos de reterritorialização material e simbólica. Para isso, recorreremos aos teóricos que fazem do território seu objeto de estudo, como Lefebvre (1999), Haesbaert (2002) e Santos (2002). Território é explorado como espaço de materialidade e do simbólico, onde subjetividades se constroem no curso de contingências sociais e históricas, em meio a trajetórias coletivas e individuais, num mundo de significações e afetos.

O processo de reterritorialização que nos parece fundamental na construção do território assentamento, refere-se ao que Lefebvre (1986) designa como reapropriação do espaço a partir de novos sentidos socialmente partilhados por um grupo. O espaço natural, concreto, puramente funcional, é apropriado e investido de significações simbólicas e afetivas, constituindo a base para a reprodução da vida social. É o espaço vivido, sobre o qual Lefebvre (1986) afirma:

De um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e, mais frequentemente, um desvio desta atividade 'apropriativa' que alcança seu ápice na obra de arte. Um espaço apropriado lembra uma obra de arte, sem que ele seja seu simulacro. (LEFEBVRE, 1986, p.193)

Partindo das considerações de Lefebvre (1986), a apropriação física e dominação objetiva do espaço, no caso, a conquista da terra, vai além da dominação material, incluindo processos subjetivos a partir de uma reapropriação simbólica. Temos, uma ressignificação desse rural através da construção de novas possibilidades concretas de

vida no assentamento rural e, principalmente, da emergência de novos laços afetivos entre o grupo e o seu território.

Outra especificidade do território dos assentamentos rurais é a sua articulação com o urbano. A cidade e o rural são espaços em constante interação. Não podemos dizer de identidades tipicamente urbanas, nem rurais, mas de identidades híbridas, situadas nos territórios *rururbanos* (VEIGA, 2001; SILVA, 1999). Nesta pesquisa, investigamos um assentamento rural imerso na região metropolitana de Belo Horizonte, composto por sujeitos com trajetórias migratórias diversas, que têm como elemento comum a interação entre experiências no meio rural e no urbano. Nas falas dos entrevistados, todos referiram ter uma origem rural, experienciada por eles mesmos ou por seus parentes próximos, como também relataram a saída do campo e o exercício de atividade profissional na cidade. A participação no movimento, foi motivada, muitas vezes, pelo desejo de reinserção ou retorno ao campo. Há nos relatos de pesquisa, a descrição desse processo migratório da saída do campo para a busca de alternativas de vida na cidade e, a partir da participação no movimento social de luta pela terra, a migração da cidade para o meio rural. A trajetória de “idas e vindas” entre rural e urbano constrói uma relação específica dos assentados com o rural e permeia a atuação desses sujeitos também no espaço político.

A noção de processos de subjetivação foi outro eixo teórico importante para a pesquisa, permitindo-nos compreender a emergência desse sujeito assentado, em meio aos processos territoriais e de participação política. A subjetividade foi considerada nesse trabalho, como uma pluralidade de processos sociais, culturais e econômicos, ou seja, como modos de subjetivação contingentes e históricos. Trata-se de uma perspectiva que se coloca em oposição a noção de uma interioridade identitária do sujeito, para trabalhar com a ideia de processualidade da constituição do sujeito (FERREIRA NETO, 2011). E, desse modo, pensamos os Sem Terra como processos contingenciais, composto por sujeitos que se articulam por agenciamentos múltiplos.

Buscamos, ainda, aproximar a discussão de processos de subjetivação à noção de *parresía* e do governo de si e dos outros, em Michel Foucault. Recorrer a essas concepções possibilitou enriquecer a discussão sobre exercício político dos sujeitos assentados e das relações de poder e autonomia que a atravessam.

Acenado esse contexto geral, a presente pesquisa interessa-se por compreender esse sujeito assentado e os processos de subjetivação implicados na sua atuação política local, no município ao qual estão vinculados, buscando pelos elementos que compõem

essa “subjetividade rural assentada”, articulada aos processos de reterritorialização, relações de poder e autonomia. Para tanto, realizamos um estudo de caso de um assentamento rural inserido na região metropolitana de Belo Horizonte, o qual denominamos de Assentamento Mazzeto.

Pensar essas questões através do olhar da Psicologia, nos coloca desafios específicos. A Psicologia, apesar de se debruçar sobre diversos temas pertinentes sobre os processos de inclusão e exclusão de diferentes grupos sociais, direciona a maior parte de seus estudos contemporâneos para o universo urbano. Poucos trabalhos têm debatido temas que concernem à realidade rural e, principalmente, sobre as lutas empreendidas pelos sujeitos do campo (ALBUQUERQUE, 2002).

Em um levantamento no banco de teses da Capes, realizado por Domingues (2007), constatou-se que durante o período de 1987 a 2004 foram publicados apenas 11 trabalhos nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia sobre o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em Belo Horizonte, no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFMG, encontramos, nos últimos dez anos, poucos trabalhos sobre a temática rural, dos quais destacamos: Campos (2004) e Silva (2011), elaborados na área de Psicologia do Trabalho, e os trabalhos de Pimenta (2005), Magalhães (2008) e Oliveira (2012), filiados ao Núcleo de Psicologia Política. No Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUC Minas, através da busca por títulos dos trabalhos defendidos, que contenham as palavras “rural” ou “terra”, foi identificado o trabalho de dissertação de Moreira (2012), sendo está a segunda pesquisa que se dedica ao tema no Programa.

Nas leituras exploratórias para realização do presente estudo, um mapeamento de artigos publicados em três bases de dados online – Scielo, PePSIC e Lillacs – no período de 2000 a 2010, em revistas de psicologia, constatou-se a existência de somente 30 artigos que abordavam a temática rural, utilizando diversificadas palavras-chave, das quais se destacam: acampamentos; acampamentos rurais; assentamentos; assentamentos rurais; Sem Terra; identidade Sem Terra; camponês; políticas públicas para a população rural; PRONAF; população rural; questão social da terra; movimentos sociais; movimentos rurais; movimentos agrários; MST; rural; trabalhadores rurais. O uso de várias palavras-chave se deve à dificuldade de encontrar artigos sobre a temática. Foi necessário utilizar de combinações variadas para facilitar o mapeamento. Foram encontrados, ao todo, 30 artigos que abordavam a temática rural em 12 revistas de psicologia. Através da leitura dos resumos foram selecionarmos apenas os artigos que

tratavam da questão dos assentamentos e acampamentos de Sem Terra (com ou sem vinculação ao MST). Após essa seleção, restaram apenas dez artigos que investigavam problemas referentes aos acampamentos e assentamentos Sem Terra. Esses dados apontam para uma produção científica no campo da Psicologia ainda escassa sobre o tema, em relação ao vasto número de trabalhos que abordam a realidade urbana.

As maiores contribuições para o estudo da problemática rural são de disciplinas como a Geografia Agrária, a Sociologia Rural, a Pedagogia do Campo, entre outras, que desenvolveram estudos importantes sobre a questão agrária e sobre o campesinato brasileiro, centrando-se, principalmente, em questões macrosociais (BERGAMASCO, 1997; CALDART, 2000; LEITE, 2004; MARTINS, 1979; MEDEIROS, 1994; 1998; NORDER, 2004).

Ao passo que a temática da terra já é bem explorada pelos cientistas sociais, a Psicologia atenta tardiamente para a questão. Lopes (2007) considera que o atraso da Psicologia em relação a esse tema pode estar relacionado ao contexto urbano em que a ciência psicológica se desenvolveu, estando mais conectada aos problemas do “público” da cidade. Para o autor, o problema somente é encarado quando os movimentos sociais o colocam como demanda para a Psicologia e, quando esta se desdobra em subcampos mais específicos, incorporando novos espaços de atuação e pesquisa. O interesse da área pelas ruralidades coincidiria com a crise da Psicologia Social e da expansão da Psicologia Comunitária. No momento em que a Psicologia Social abrapiana buscou por novos referenciais teóricos e voltou-se para problemas mais contextualizados com a realidade do País e da América Latina, a questão da terra tornou-se um objeto de análise importante.

Além disso, outra hipótese apontada por Lopes (2007) é que a compreensão do espaço foi se tornando, ao longo do tempo, um aspecto de interesse para a Psicologia: “uma das referências centrais da questão social da terra que tocam e instigam a Psicologia é a compreensão do espaço como substrato para a constituição da subjetividade” (LOPES, 2007, p.586).

A importância da dimensão espacial para análise das subjetividades apresenta-se, assim, como um elemento essencial para compreender a diversidade de experiências humanas, em espaços e contra-espaços presentes na sociedade moderna. A própria configuração do território nacional, recorta relações espaço-temporalmente, construindo fronteiras visíveis e invisíveis num país plural, de diversidades e desigualdades complexas.

Se há uma recusa da Psicologia Social abrapiana em compreender o “sujeito psicológico”, tradicionalmente concebido pelas correntes psicológicas americanas e europeias caracterizadas por um sujeito socialmente descontextualizado e apolítico, isso se deve ao interesse em compreender a pluralidade dos sujeitos e de suas experiências, fazendo e refazendo subjetividades, na história e no meio social.

Consideramos, assim, importante aprimorar os modelos de análise existentes. Uma das possibilidades de contribuição da Psicologia seria a tentativa de compreender modos de subjetivação do campo, bem como a ação desse coletivo. O estudo que se apresenta justifica-se, assim, pela relevância social e pela necessidade de compreender e dialogar com o campesinato que tem transformado a realidade rural, através de experiências diversas de subjetivação e articulação política.

A minha inserção no campo de estudos sobre os assentamentos rurais, retoma experiências de pesquisa realizadas ao final da graduação em Psicologia. Participei da equipe do Projeto de Extensão “Memória e história de um massacre: intervenção psicossocial no acampamento Terra Prometida”, coordenado pela professora Fabiana de Andrade Campos, no então Instituto de Psicologia da PUC Minas, entre 2006 e 2007. Nesse trabalho, desenvolvemos uma pesquisa e intervenção psicossocial em um acampamento Sem Terra no Vale do Jequitinhonha e foi a partir dessa experiência que pude me aproximar das discussões sobre a temática rural. Assim, desenvolvi como tema da minha monografia, em 2007, questões construídas durante minha inserção no campo a partir desse Projeto de Extensão. Como foco nos processos educacionais, meu trabalho foi intitulado “Educação do campo: contradições e propostas educacionais”.

Em 2008, tive a oportunidade de acompanhar, informalmente, parte do desenvolvimento de uma pesquisa sobre assentamentos rurais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), denominada “A dinâmica dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária na RMBH”, coordenada pelo professor Carlos Eduardo Mazzetto Silva, docente na UFMG. Essa experiência permitiu-me conhecer a realidade dos assentamentos rurais da RMBH e estabelecer um primeiro contato com esses cenários. Naquele mesmo ano, havia ingressado no mestrado em Psicologia da UFMG e delimitei minha pesquisa sobre a participação política de assentados rurais, tendo em vista um dos assentamentos visitados. Durante esse período, realizei algumas entrevistas com os assentados rurais, que são analisadas no presente trabalho. O trabalho foi interrompido em 2010, por questões contingenciais. Com o ingresso no curso de mestrado do

Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, em 2012, foi possível retomar a pesquisa, redimensionando as discussões feitas até aquele momento.

A dissertação que aqui se apresenta é, portanto, uma nova mirada para uma pesquisa iniciada anteriormente. A retomada da pesquisa anterior, incorpora novos elementos teóricos e metodológicos em sintonia com os novos contornos dados ao momento atual da pesquisa. A pesquisa de campo é dividida em dois momentos, incorporando entrevistas, observações de campo e análise de documentos oficiais anteriores e atuais.

O tratamento do material qualitativo, obtido nas entrevistas e observações de campo, foi trabalhado a partir da análise de conteúdo (BARDIN,1977), com apoio do *software* Atlas.ti, ferramenta de apoio à análise qualitativa. A análise foi realizada através da identificação de unidades de codificação das mensagens e do estabelecimento de categorias que permitiram analisar o material coletado, construindo-se inferências e interpretações dos dados como proposto por Bardin (1977). Os resultados do processo analítico foram articulados com as discussões teóricas decorrentes da pesquisa bibliográfica em torno dos conceitos de processos de subjetivação, participação política e território, além da revisão sobre ação coletiva e movimentos sociais.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Caminhos da pesquisa: estudo de caso do Assentamento Mazzeto”, tem um caráter metodológico. Nele são expostas as escolhas metodológicas e o processo de desenvolvimento da pesquisa. Apresentamos, também, o contexto geral dos Projetos de Assentamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o assentamento específico a que essa pesquisa se dedica.

O capítulo “A emergência dos Assentamentos Rurais”, apresenta uma breve contextualização da questão agrária no Brasil e os processos de mobilização política de movimentos sociais no campo. Apontamos também o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a população rural e das questões e as problemáticas atuais sobre o tema. Ao final do capítulo, apoiando-nos em alguns dados coletados nas entrevistas como os assentados é apresentada a história do Assentamento Mazzeto.

O capítulo seguinte, “Subjetividades e Arranjos Políticos”, apresenta discussões sobre o campo de estudos dos movimentos sociais e suas perspectivas teóricas, além da conceituação dos processos de subjetivação. Nessa capítulo, recorreremos à análise dos dados obtidos a partir das entrevistas com lideranças do assentamento no primeiro e segundo momento da pesquisa de campo.

Em “Território e Subjetividade”, é apresentada a discussão sobre o conceito de território, articulado ao de subjetividade, como elementos importantes que dialogam com os dados. Por último, apresentamos as conclusões do trabalho e indicamos questões suscitadas pela pesquisa.

Eu precisava de ficar pregado nas coisas vegetalmente e achar o que não procurava.

(Manoel de Barros,1998)

2 CAMINHOS DA PESQUISA: ASSENTAMENTO MAZZET

Apresentamos nessa pesquisa um estudo de caso sobre o Assentamento Rural Mazzeto¹, situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Buscamos a partir da “pesquisa social” ou qualitativa, conhecer a realidade dos assentados e, em consonância com Minayo (2008), tomar o significado como conceito central para análise. Entende-se “o significado e a intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 2008, p. 22-23). O significado é, portanto, parte integrante da totalidade, devendo ser compreendido nas suas diferentes dimensões da representação e determinações sociais. Dessa forma, buscamos identificar o significado da experiência de “ser assentado” a partir do território que situa o assentamento e da trajetória de vida dos assentados e suas motivações individuais e coletivas para participar da luta pela terra.

As ideias de Foucault sobre a constituição do sujeito em sua processualidade também orientou nosso olhar para os assentados. Os processos de subjetivação envolvidos no exercício participativo, foram percebidos atrelados a processos múltiplos – sociais, históricos e econômicos – e as falas dos assentados foram marcadas por questões variadas em torno de suas motivações para participar da luta, expectativas em relação ao Assentamento e apropriação simbólica desse espaço. Durante o processo da pesquisa, ficou evidente que a constituição do coletivo em meio a um processo de luta pela terra, nunca é homogêneo em relação as motivações individuais, expectativas e estratégias e, congrega diversos processos sociais.

O contato com o campo resultou em uma complexidade de elementos de análise, tornando impossível a antecipação de hipóteses, categorias prévias e conceituações. A pesquisa foi construída a partir de um compromisso com a produção de conhecimento junto aos pesquisados, possibilitando uma reflexão sobre a realidade. De acordo com Ecléa Bosi (1987):

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer

¹ Nome fictício dado ao Assentamento, em memória do Professor Carlos Eduardo Mazzeto Silva, pesquisador sobre questões rurais, que desenvolveu projetos junto a comunidade do Assentamento.

excursões saltuárias na situação do observado, mas participar, de sua vida (...). Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados. (BOSI, 1987, p. 2).

A relação pesquisadora e pesquisados foi construída, desse modo, a partir da troca de saberes e da discussão em torno de problema de pesquisa. Sendo redelineada ao passo que os dados foram coletados. Os pesquisados foram coconstrutores de conhecimento e, a pesquisadora não partiu de uma posição de neutralidade científica, indiferente aos seus valores, empatia e afeto estabelecido com os pesquisados.

Em relação à troca de conhecimentos no fazer da pesquisa, vale ressaltar as proposições de Santos (2002) a respeito da “tradução dos saberes” que possibilita reconhecer a importância de romper com a dicotomia entre sujeito-objeto e, de desmistificar a neutralidade e universalidade de qualquer conhecimento. A construção de conhecimento não deve, assim, se pautar na reprodução de uma “razão indolente” (SANTOS, 2002), de saberes universais e neutros, mas no reconhecimento de uma pluralidade de saberes, constituídos por diferentes racionalidades, sendo sempre localizados e parciais.

Consideramos, ainda, a importância da questão da igualdade e da diferença que permeia o campo da pesquisa. Portelli (1997) ao falar da pesquisa de campo e, em especial, do momento da entrevista, refere-se a ela como um experimento de trocas entre sujeitos. Apesar de situar suas reflexões na arena da história oral, elas nos servem de inspiração para pensar a situação de entrevistas que foram realizadas neste estudo. A relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado, não pode impor uma igualdade inexistente, mas deve almejar construir um conhecimento mútuo sobre o problema da pesquisa, ou seja, construir uma igualdade em meio as diferenças. Portelli (1997) afirma: “[sem] diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante” (PORTELLI, 1997, p.23).

A relação estabelecida durante a pesquisa foi pensada a partir da noção da igualdade e da diferença, por inspiração nos apontamentos de Portelli (1997). Enquanto pesquisadora, urbana, fui ao encontro dos Sem Terra, trabalhadores rurais, entrando em um território da diferença. E é a partir de nossas diferenças que buscamos construir uma igualdade, num processo de reconhecimento de um e do outro.

Essa diferença, foi explicitada pela própria liderança que, em uma das minhas visitas ao assentamento, falou como o nosso conhecimento era distinto. Ela afirmou da

impossibilidade de sua experiência ser ouvida, por ela mesma, na universidade: “*quem iria me ouvir?*”, me interroga. E concluía que o saber “popular” para ser escutado, deve ser mediado pelo saber acadêmico, mediado pelas regras burocráticas e formais que o atravessam. E foi a partir dessas interrogações, estabelecido um pacto entre nós: eu, enquanto pesquisadora, resguardando os objetivos da minha pesquisa, buscaria traduzir a experiência que eles, pesquisados, queriam que fosse ouvida. Nesse momento, delimitamos também um compromisso político da pesquisa.

2.1. A produção dos dados

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos, no Assentamento Mazzeto. O primeiro contato com o Assentamento foi realizado enquanto eu cursava o mestrado em outra instituição, durante os anos de 2009 e 2010. Nesse período, realizei 9 entrevistas semiestruturadas com os assentados que possuíam papel de liderança dentro do Assentamento como representantes do grupo em instâncias de participação local, como os Conselhos Municipais e/ou associações locais. As entrevistas abordaram as seguintes temáticas: trajetória de vida do assentado, trajetória no movimento de luta pela terra, motivação de entrada no assentamento, significações e expectativas sobre o assentamento, participação política municipal, conhecimento das políticas locais, demandas individuais e coletivas².

Em complementaridade à essas entrevistas, foi restabelecido contato com os assentados em 2013, para apresentar os interesses atuais de investigação. Esse segundo momento, constituiu-se por duas visitas ao Assentamento Mazzeto, nas quais foram realizadas conversas iniciais sobre a retomada da pesquisa e, posteriormente, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a liderança em Belo Horizonte, na feira onde o Assentamento tem comercializado seus produtos.

A escolha do Assentamento para a pesquisa, como já relatado no capítulo introdutório da dissertação, ocorreu após a minha participação informal em algumas visitas de campo da pesquisa sobre os Projetos de Assentamentos Rurais (PAs) da RMBH, em 2007, coordenada pelo Professor Carlos Eduardo Mazzetto Silva. Nessa época, pude conhecer os quatro Projetos de Assentamento Rurais existentes na RMBH e

² O detalhamento dos temas orientadores das entrevistas é explicitado no Apêndice C.

suas diferenças tanto em relação ao período e processo de constituição, quanto à forma de organização política e produtiva.

Os Assentamentos se diferem quanto ao número de famílias assentadas e extensão de área ocupada, como também quanto à disponibilidade de recursos naturais na área (água, vegetação) e de infraestrutura local (escolas, centros de saúde, transporte, energia, saneamento básico). Além disso, os PAs encontram-se em momento diferenciado de desenvolvimento técnico-produtivo, social e ambiental, de acordo com as limitações físicas da área de assentamento (naturais e de infraestrutura local), das condições sociais da região e, ainda, pela capacidade estratégica de articulação política do grupo no município e com órgãos federais e estaduais responsáveis pela questão dos Assentamentos Rurais, como: o Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e órgãos de regulação ambiental. Apresenta-se no quadro abaixo os dados gerais dos Assentamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quadro 1 – Projetos de Assentamentos na RMBH

Projeto de Assentamento	Ano de criação	Movimento Social	Área (há)	Número de famílias
D.O.	1997	FETAEMG	215,95	39
S. N.	1999	FETAEMG	246,59	26
Mazzeto	2006	Autônomo	156,40	22
H.C.M	2005	MST	758,94	42

Fonte: Adaptado do INGRA, 2008.

A partir dos dados acima, identificamos características do Assentamento Mazzeto bem diferentes dos demais, sendo o único sem vinculação a um movimento social rural considerado como um movimento autônomo, de acordo com a Superintendência Regional 06 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA- SR/06).

É, ainda, o Projeto de Assentamento mais recente da região e de menor dimensão territorial, com área total de 156,40ha, das quais apenas 16 ha estão licenciados para o uso do Assentamento (45% - 70.8619 ha), sendo o restante

constituído por área de Preservação Ambiental, ou seja, por área de Reserva Legal (RL)³ ou Preservação Permanente⁴ (55% - 85.4452 ha).

As vinte e duas famílias do Assentamento estão organizadas em seis grupos de produção, que são grupos divididos pelo trabalho na agricultura. Cada grupo possui uma área para plantio e define o que deverá ser produzido e como as tarefas deverão ser distribuídas. A comercialização da produção, entretanto, é realizada em conjunto com todos os grupos, mas o lucro é dividido pelos grupos, que repartem entre seus membros. Os grupos de produção são assim nomeados: Grupo Esperança; Grupo das Mulheres; Grupo da Virada; Grupo Recanto da Lagoa, Grupo Verde e Grupo Trabalho Solidário. Os grupos foram compostos de acordo com afinidades entre os assentados e por parentesco e, operam de modo a organizar o trabalho cooperado.

Desde o primeiro contato, o Assentamento Mazzeto chamou a minha atenção por sua organização interna e articulação política municipal. O Assentamento, apesar de ter a menor área em relação aos outros PAs, já havia uma produção avançada – com diversidade de produtos e grande área de plantio organizada – e, estabelecia redes de comércio locais e em Belo Horizonte. Esse fato foi significativo porque a produção e a comercialização dos produtos, apresentava-se como uma das grandes dificuldades enfrentados pelos Assentamentos da região. Os outros Assentamentos da RMBH, tinham uma produção precária e mantinham-se, principalmente, por relações de trabalho fora do Assentamento, seja trabalhando no campo, prestando serviços para fazendas próximas, ou exercendo atividades de comércio e serviço nas cidades do entorno.

Outro ponto de destaque, foram as reiteradas falas dos assentados sobre a autonomia política do Assentamento Mazzeto, já que não tinham vinculação com nenhum movimento social do campo ou sindicato. Eles enfatizavam essa autonomia, valorizando a liberdade de se organizarem, principalmente, em relação à produção e à divisão dos lucros. Os outros 3 PAs estavam organizados da seguinte forma: um

³ A Reserva Legal (RV) é caracterizada como: “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, de utilização limitada, ressalvada a de preservação permanente, representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo de fauna e flora nativas, equivalente a, no mínimo, 20% da área total da propriedade”. (MINAS GERAIS, Decreto 43.710-2004)

⁴ A área de Preservação Permanente (PP) é assim definida como: “área protegida [...], coberta ou não com cobertura vegetal, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” (MINAS GERAIS, Decreto 43.710-2004)

vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os outros dois à Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

A desvinculação ‘política’ do Assentamento Mazzeto não ausentava, entretanto, seus membros do envolvimento com as questões da terra. Os assentados reivindicavam seus direitos enquanto Sem Terra, se auto-reconhecendo assim, e mostravam-se conscientes da importância dos Assentamentos Rurais num contexto regional e nacional. Mantinham contato com os movimentos, em especial, com o MST participando de cursos, debates e oferecendo apoio em eventos organizados pelo grupo.

A questão política e produtiva que distinguia, consideravelmente, o Assentamento Mazzeto dos outros PAs, suscitou muitas interrogações e o interesse para defini-lo como campo de minha pesquisa. A proposta de pesquisa foi então apresentado para a liderança do Assentamento, Vitória, e foi aceita de imediato com muita disponibilidade, consolidando o início da pesquisa a partir de um processo de conversas e troca de conhecimentos. Foram realizadas ao total 10 de visitas ao Assentamento, onde realizei as observações e as entrevistas.

A primeira visita ao Assentamento, realizada em julho de 2009, foi agendada somente com Vitória e consistiu em uma conversa inicial (não gravada), sobre a proposta da pesquisa e o detalhamento de como seriam realizadas as entrevistas e sua forma de registro, além dos esclarecimentos éticos sobre o sigilo na identificação dos sujeitos. A conversa com Vitória, que durou cerca de uma hora e meia, e foi realizada em sua casa, abordou o contexto da formação do Assentamento, bem como as dificuldades enfrentadas pelo grupo no município e, da relação, por vezes, conflituosa entre os assentados. Outro tópico bastante enfatizado foi a forma de produção de conhecimento acadêmico, como já relatado na primeira parte deste texto. De acordo com Vitória, a universidade deveria ter maior interlocução com as comunidades estudadas e, criticou o rigor acadêmico e as burocracias existentes, enfatizando que: “(...) tem que ser tudo assim no papel, escrito, de uma forma tal... quando entrei na universidade achei que era de outro jeito, que era um lugar que pudéssemos ser ouvidos, mas não é....” (Vitória, anotações em Diário de Campo, 2009).

Apesar da entrevista não ter sido gravada, registrei os pontos principais em um Diário de Campo, que mantive ao longo de todo o processo da pesquisa. O diário foi um instrumento essencial para registrar todas as observações de campo, além das indagações que o campo suscitava e hipóteses de análise. Foi útil, também, em casos de imprevistos, quando, por exemplo, ocorria alguma falha no uso do gravador de áudio,

ou para o registro de conversas informais que ocorriam com os entrevistados e outros assentados. As conversas informais foram importantes para estabelecer um vínculo e ter acesso a informações relevantes que não tinham sido suscitadas durante as entrevistas. As conversas com Vitória foram entre as entrevistas eram frequentes e essenciais, todas as idas ao Assentamento eram por ela mediadas e, sempre conversávamos sobre o andamento das entrevistas, do desenvolvimento do Assentamento e assuntos triviais, que geravam novas questões e observações sobre a dinâmica de organização do grupo no cotidiano.

Vitória foi-se consolidando, desse modo, como uma figura central durante a pesquisa de campo, sendo responsável, também, por selecionar os entrevistados, a partir do pedido de que fossem lideranças, envolvidos em algum Conselho Municipal ou associação. O quadro abaixo apresenta a caracterização dos assentados entrevistados⁵ de acordo com idade, escolaridade e a vinculação institucional no município.

QUADRO 2 – Caracterização dos Assentados entrevistados

Assentados	Idade	Vinculação Institucional
André	20 anos	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável Conselho Municipal de Saúde
Bernadete	39 anos	Conselho da Escola Municipal
Carlos	43 anos	Conselho da Escola Municipal
Laura	28 anos	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Lena	42 anos	Conselho Municipal de Saúde
Margarida	40 anos	Conselho Municipal de Educação
Marta	36 anos	Conselho Municipal de Saúde
Sílvio	23 anos	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável
Vitória	35 anos	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo realizada em 2009 e 2010.

A escolha por entrevistar lideranças, pautou-se na compreensão de que esses atores são essenciais para o processo articulatório de diferentes discursos do grupo e por serem responsáveis pela coesão e tradução desses discursos na arena política. Foi considerado como liderança aqueles sujeitos que eram assim reconhecidos pelo Assentamento e de igual modo, foi necessário que esses sujeitos apresentassem uma participação frequente nas ações desenvolvidas pelo grupo no município.

⁵ Os nomes dos assentados apresentados são fictícios, de modo a preservar a identidade dos sujeitos envolvidos de acordo com as normas do Conselho de Ética da PUC Minas.

Além das observações e entrevistas, tive acesso ao documento referente ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que será aqui referido apenas como PDA do Assentamento Mazzeto, de modo a preservar o sigilo das informações sobre os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. O documento contém informações gerais como histórico de constituição do Assentamento, dados sobre as famílias, dados sobre o território e, projeto de desenvolvimento técnico e produtivo.

O PDA é um documento obrigatório, exigido pelo INCRA a todos os Assentamentos Rurais, que devem desenvolvê-lo junto a um órgão técnico em Agricultura. O objetivo do PDA é realizar um levantamento das informações do contexto socio-econômico e ambiental da área de influência do Assentamento, como, também, realizar um diagnóstico sócio-econômico das famílias assentadas e, a partir dessas informações, construir um projeto de desenvolvimento. O Plano delimita ainda, a área destinada à produção agrícola e a construção da agrovila, pautado em um projeto de desenvolvimento sustentável, servindo como um guia para que as famílias consolidem o Assentamento.

O PDA do Assentamento Mazzeto foi desenvolvido pela empresa Cáritas Brasileira Ltda., licenciada pelo INCRA para a prestação do serviço de assessoria técnica, social e ambiental, e envolveu técnicos agrônomos, um engenheiro, um sociólogo e uma pedagoga. O Plano foi finalizado em 2007 e utilizou de metodologias participativas, incluindo as famílias no processo de identificação dos problemas e execução das propostas. Teve como foco o desenvolvimento de um PDA voltado para o trabalho coletivo e, também, incluiu um viés pedagógico, com o intuito de envolver todos os assentados em um processo de aprendizado sobre a produção agrícola sustentável.

Além do PDA, foi possível ter acesso ao “Plano Diretor de Desenvolvimento do Município” e ao “Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável”. Esses documentos, cedidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do município, contêm diagnósticos da situação rural e urbana da região e projetos de desenvolvimento sócio-econômico do município, realizados em parceria com todas as comunidades da região, incluindo o Assentamento.

Dentre as estratégias de retomada da pesquisa, como anteriormente mencionado, foi restabelecido o contato com o Assentamento, através de Vitória. O retorno ao campo foi essencial para a conclusão do trabalho e consistiu em duas visitas ao Assentamento e a realização de uma entrevista com a liderança.

Passados dois anos do início da pesquisa, num primeiro olhar, a impressão era de que nada havia de fato mudado, pois problemas antigos persistiam como a falta de rede de esgoto e de água, além da dificuldade para construção das casas para a formação da agrovila. Entretanto, ao longo da visita e da conversa com Vitória, tornavam-se visíveis as mudanças na paisagem e no grupo de pessoas que por ali circulavam. O Assentamento estava modificado: a área de plantio havia sido bastante expandida, quase todas as casas da agrovila tinham sido construídas houve reorganização da comercialização da produção, os assentados haviam deixado de participar dos Conselhos Municipais, novos moradores haviam sido incorporados e poucos haviam se mudado.

Um dos primeiros aspectos destacado por Vitória, era de que o grupo não estava unido como antes, havia uma segregação, principalmente em relação à comercialização dos produtos agrícolas. A própria desistência do grupo em participar dos Conselhos Municipais, apontava uma possível desarticulação, mostrando-se como um ponto fundamental a ser investigado. Desse modo, as conversas iniciais não foram gravadas, apenas registradas no Diário de Campo, e contribuíram para fazer o “reconhecimento” do território e reorganizar o roteiro inicialmente pensado para a entrevista⁶, que girava em torno das questões atuais e na exploração os pontos abordados nas entrevistas anteriores.

Optamos por realizar a entrevista apenas com Vitória, que ainda se configurava como a liderança do Assentamento e por ela ter acompanhado todo o processo da pesquisa em seu momento inicial. A entrevista não foi realizada no Assentamento, devido a sua disponibilidade, sendo realizada em Belo Horizonte, em uma feira onde o grupo tem comercializado seus produtos.

Para a análise do material qualitativo obtido nas entrevistas, Diário de Campo e documentos recorreremos à análise de conteúdo de Bardin (1977), considerando-o como um instrumento adequado para auxiliar no processo analítico, pois “[...] oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.” (BARDIN, 1977, p.9). Bardin (1977) considera que a análise deve ir além da “leitura simples do real” (p. 28), evitando a atribuição de significações imediatas às falas dos sujeitos, deve-se questionar o que é dito, considerando sua validade, generalidade e pertinência. O campo de aplicação da análise de conteúdo é amplo, adaptável a todo tipo de

⁶ O detalhamento dos temas orientadores da entrevista estão disponíveis no Apêndice D.

comunicação que, através da identificação de unidades de codificação das mensagens, ou de registro, e do estabelecimento de categorias permite analisar o material coletado a partir de inferências e interpretações

Os resultados do processo analítico serão apresentados ao longo dos capítulos, buscando articular com as discussões teóricas decorrentes da pesquisa bibliográfica em torno dos conceitos de subjetivação e território, além da revisão sobre ação coletiva e movimentos sociais.

No capítulo seguinte apresentamos o contexto agrário brasileiro e o percurso dos movimentos sociais de luta pela terra, bem como o desenvolvimento das políticas de Reforma Agrária. Dedicamos, também, a apresentação da história de formação do Assentamento Mazzeto, a partir dos relatos das entrevistas com os assentados, obtidas no primeiro momento da pesquisa de campo.

Gostava da roça. O negócio dele era a roça. Queria voltar pra roça.

Ouvira falar de uma tal reforma agrária. Não sabia bem o que era. Parece que a idéia era lhe dar uma terrinha. Se não era outra provocação, era uma boa.

Terra era o que não faltava.

Passou anos ouvindo falar em reforma agrária. Em voltar à terra. Em ter a terra que nunca tivera. Amanhã. No próximo ano. No próximo governo. Concluiu que era provocação. Mais uma.

Finalmente ouviu dizer que desta vez a reforma agrária vinha mesmo. Para valer. Garantida. Se animou. Se mobilizou. Pegou a enxada e foi brigar pelo que pudesse conseguir. Estava disposto a aceitar qualquer coisa. Só não estava mais disposto a aceitar provocação.

Aí ouviu que a reforma agrária não era bem assim. Talvez amanhã. Talvez no próximo ano... Então protestou.

Na décima milésima provocação, reagiu. E ouviu espantado, as pessoas dizerem, horrorizadas com ele:

- Violência, não!

(Luis Fernando Veríssimo - Provocações)

3. A EMERGÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O cenário rural brasileiro não é homogêneo. Apresenta-se como um universo de ecossistemas, diversidade de territórios e populações. Na vastidão do território nacional, nos interiores ou às margens, grupos sociais e culturais diversos experimentam e vivem o rural. Quilombolas, ribeirinhos, pescadores, índios, Sem Terra, fazendeiros, agricultores, entre tantas outras possibilidades de nomear os sujeitos que habitam este espaço. Desse modo, é impossível abrigar toda essa variedade sob a palavra “rural”. Como Brandão (2007) nos fala:

Onde parece haver uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante, também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo. Comunidades indígenas ampliam suas áreas de espaços-reservas homologadas e, pouco a pouco e perigosamente, algumas delas se integram a uma economia regional de excedentes. Comunidades negras rurais quilombolas (bem mais do que contamos ou imaginamos até agora) conquistam direito de existirem em suas terras ancestrais de pleno direito. Comunidades camponesas reiventam estratégias para se preservarem, transformando todo o necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca. Acampamentos dos movimentos sociais de reforma agrária cobrem de lonas pretas tanto os espaços estritos de beira de estradas, quanto de terras de fazendas improdutivas e ocupadas. (BRANDÃO, 2007, p.42).

Falaremos, então, de *ruralidades*. Ruralidades múltiplas, antagônicas e complexas. E, no caso específico dessa pesquisa, nos dedicaremos à compreensão de um dos fenômenos rurais: a luta pela terra.

No escopo do que se denomina *a luta pela terra*, encontramos seus sujeitos: trabalhadores rurais acampados e assentados, ou “apenas”, os Sem Terra. Situa-se aqui, não uma categoria social homogênea, não uma classe social, mas uma variedade de sujeitos que se encontram, contingencialmente, em um processo de luta e/ou movimento social. Muito além da figura do tradicional camponês, os trabalhadores rurais na luta pela terra, ou, os Sem Terra, incorporam diferentes experiências, culturas e histórias. Trajetórias que nem sempre são tipicamente rurais, incluindo, também, os trabalhadores urbanos.

Considerada a diversidade de seus sujeitos, nos interrogamos: afinal, quem são os sujeitos Sem Terra? De modo simplificado, o ponto comum que os une é a busca pelo acesso à terra e às possibilidades de trabalho autônomo no campo. E se buscarmos por fronteiras, marcaremos a distância entre os trabalhadores rurais e os grandes latifundiários, ou mesmo, entre o trabalho no campo e o agronegócio.

Brandão (2007), analisando o livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, de Milton Santos (2006), afirma que no rural convivem, atualmente, duas racionalidades. De um lado, a racionalidade empresarial, que avança indiscriminadamente e impõe novas ordens mercadológicas e territoriais. E, de lado oposto, emergem contra-razionalidades, constituídas pelas formas de resistência da população do campo, expropriada e submetida às condições precárias de trabalho.

A lógica do capital, do conhecimento especializado, da tecnologia e da modernização tem dominado os espaços rurais e os transformado em lugares anti-vida em prol de um “progresso” e desenvolvimento econômico do país. E, desse modo, o rural experimenta um processo de desconstrução e de deslegitimação de valores e vivências tradicionais de tempo-espaço rurais. Brandão (2007) sobre essas racionalidades, afirma:

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o ‘agronegócio’ é o melhor (e o pior) espelho altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços e de vida, trabalho e produção. Altera – as vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. (BRANDÃO, 2007, p.38-39).

O discurso da produtividade e rentabilidade transforma o rural em um espaço de previsibilidades e de homogeneidades, guiado pela “ética” de mercado. Por isso, Milton Santos (2006) fala de um rural domesticado. Um rural submetido aos valores do capitalismo, que regula tanto o seu ordenamento territorial, restringindo seu acesso e determinando a produção e o trabalho, bem como controla as relações sociais e as subjetividades do campesinato.

A história fundiária do Brasil, antiquíssima em suas raízes e seus problemas, atualiza-se em relações contemporâneas de disputa de terras, desigualdades, violência, poder, política e “politicagens”. Gómez (2005) afirma que o Brasil ainda apresenta os maiores índices de concentração de terras do mundo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente Censo Agropecuário de 2006, apresenta os seguintes dados conforme Gómez (2005):

Menos de 50 mil proprietários rurais possuem áreas superiores a mil hectares e esse grupo controla 50% das terras cadastradas. As melhores terras ocupadas se destinam hoje a monocultura para a exportação, como cana, café, algodão, soja e laranja. Ao mesmo tempo, há cerca de 32 milhões de pessoas que passam fome e mais que o dobro se alimenta de forma precária. Desse total, metade vive na zona rural. Dos 23 milhões de trabalhadores rurais,

apenas cinco milhões são assalariados permanentes e temporários. E dos assalariados, cerca de 65% não possuem carteira assinada e apenas 40% possuem trabalho o ano inteiro. (GOMÉZ, 2005, p.255)

Esses dados, revelam mais do que à desigualdade em relação a distribuição de terras e à precariedade das condições de trabalho no campo, mas a permanência de uma estrutura agrária pautada em lógicas tradicionais de exclusão dos camponeses. Como Wanderley (2001) afirma, no Brasil temos a constituição dos chamados espaços vazios, dominados pelas grandes propriedades improdutivas que ameaçam a sobrevivência da população do campo, para a autora: “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou reserva de valor” (WANDERLEY, 2001, p. 36).

Desse modo, a dicotomia entre latifundiários *versus* trabalhadores rurais persiste perante a uma estrutura fundiária que não se modifica. Não se trata de reproduzir uma equação simples entre *opressores* e *oprimidos*, apenas há a constatação da existência de uma desigualdade econômica e social profunda, que separam “miseráveis” de “milionários” no campo. É uma diferença concreta. A recusa dessa equação literal justifica-se no questionamento da existência de uma opressão dada em si mesma, a partir de uma leitura marxista ortodoxa (ou vulgar), determinando lugares rígidos dos atores sociais. Os atravessamentos inquestionáveis de classe social, não são definidores de posicionamentos sociais, simbólicos e políticos homogêneos e, muito menos, determinantes identitários, mas constituem-se como parte dos processos de subjetivação dos trabalhadores rurais.

Buscaremos, assim, apresentar a formação dos assentamentos rurais em sua historicidade, atentas à ideia de que não há uma história única e coesa, mas sim histórias ou versões multifacetadas de acontecimentos. Do mesmo modo, não existe o trabalhador rural Sem Terra, mas trabalhadores rurais Sem Terra, constituídos processualmente, a partir de contingências históricas, sócio-econômicas, fruto de experiências individuais e coletivas.

3.1. O cenário agrário no Brasil

O ordenamento territorial desigual no país decorre de processos históricos bastante conhecidos, como a política colonizadora do Regime das Sesmarias, o estabelecimento de oligarquias agrárias e do coronelismo. Todos esses fenômenos

marcaram a constituição da sociedade brasileira e a configuração do espaço rural, através de hierarquias e distribuição desigual e, em sua maioria, ilegal de terras⁷.

Norder (2004) afirma que os grandes proprietários de terra foram se constituindo, ao longo da história do país, como fortes poderes locais, dominando além dos territórios, a economia e o espaço público. Foi sendo constituída uma elite agrária com fortes poderes de controle sobre a população rural, que se mantinha a partir da pequena propriedade e da agricultura familiar. No entanto, a pequena propriedade independente, formada em oposição ao latifúndio, foi travada sempre em desigualdade de condições, entre camponeses sem terra e a classe latifundiária. Estando caracterizada pela marginalidade, instabilidade e, principalmente, pela vulnerabilidade política e institucional (NORDER, 2004).

Além disso, as medidas estatais para o controle do espaço agrário foram muito restritas e insuficientes para conter a apropriação ilegal desordenada e impor restrições ao poder político exercido pelos latifundiários. Tais medidas sedimentaram a manutenção de formas de violência, exploração e dominação praticadas contra trabalhadores rurais. Para Wanderley (2001), “a população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política” (p.36).

Os índices de violência no campo são parâmetros importantes para compreender o contexto de desigualdade social e suas consequências. A violência manifesta-se pelas elevadas taxas de homicídios, caracterizadas tanto por crimes encomendados por grupos de pistolagem, mandantes particulares que executam trabalhadores rurais, como a existência de chacinas de lideranças e grupos de resistência camponesa, que “(...) visam provocar efeitos de silenciar, punir e tornar os corpos e mentes dóceis. São tecnologias de poder...” (GOMÉZ, 2005, p.255). De acordo com Goméz (2005), essas violências teriam aumentado devido à impunidade daqueles que cometem esses crimes, fato

⁷ Entre os processos de apropriação de terras, destaca-se a concessão de terras (sesmaria) e a grilagem. A Lei das Sesmarias, de 1375, instituiu jurídica e politicamente a apropriação privada de terra, a partir da doação de terras pela Coroa Portuguesa para particulares que possuíam disponibilidade financeira para desenvolverem atividades agropecuárias, voltadas, especialmente, para o comércio exterior e para o abastecimento alimentar de Portugal (NORDER, 2004). Já o nome grileiro advém do uso de grilos, que eram confinados em gavetas de escritório junto com documentos falsos de propriedade de terra, para que eles pudessem corroer os documentos, dando um aspecto envelhecido e conferiam veracidade aos papéis. A atuação dos chamados grileiros de terra foi um importante instrumento para a continuidade do processo de concentração fundiária. O grileiro era um especialista da época colonial, responsável por falsificar documentações de títulos de sesmarias ou de documentos que contribuíam para a regularização de posses anteriores à Lei de Terras. As propriedades constituídas de forma ilegal foram, assim, regularizadas e permitiram o domínio sobre novas áreas permanência (CAMPOS, 2004).

comprovado pela existência, por exemplo, no Pará⁸ de listas de morte⁹ de líderes camponeses, com tabela de preços de execuções, que circulam livremente por todo o país. A impunidade opera na manutenção das estruturas econômicas de poder no campo e gera tortura mental e simbólica nos trabalhadores: “(...) às mortes que todos os anos ocorrem somam-se verdadeiras expressões de tortura mental e simbólica a que são submetidos trabalhadores, sobretudo os que lideram algum movimento de resistência, nas formas de ameaças de morte, de mortes anunciadas ou de mortes juradas” (GOMÉZ, 2005, p.256).

Outra faceta da violência apresenta-se nas elevadas taxas de suicídios de trabalhadores rurais que decorrem como já apontados em vários estudos (GOMÉZ, 2005; SILVA et al, 2005), pelo uso abusivo de agrotóxico e pesticidas, e do trabalho superexplorado dos trabalhadores rurais.

Algumas pesquisas na área da Psicologia do Trabalho, também já identificaram maior prevalência de adoecimento mental causado pelo trabalho na categoria profissional trabalhador rural (LIMA, 2003; SILVA et al, 2005). Esse adoecimento correlaciona-se ainda a grande prevalência, nessa categoria profissional, de alcoolismo. As causas possíveis para o adoecimento seriam o contato desses trabalhadores com substâncias tóxicas, como é o caso de agrotóxicos e pesticidas e, as próprias condições de trabalho, em sua maioria, caracterizadas por longas jornadas de trabalho, trabalho exaustivo e explorado e, a ausência de direitos trabalhistas. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra de 2013, 60% dos trabalhadores rurais não têm acesso a direitos trabalhistas, eles ficam à “margem de seus direitos que as leis trabalhistas lhes conferem: remuneração justa, descanso semanal remunerado, férias, 13º salário, observância das condições de insalubridade, garantias previdenciárias e outras” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2013, p.257).

Alguns estudos, como o de Carneiro e outros (2005) e Faria e outros (2005), têm se dedicado a compreender as condições de saúde da população do campo, demonstrando um perfil de saúde precária da população rural, com maior déficit nutricional, doenças respiratórias e morbimortalidade referida se comparada à

⁸ O Pará, assim como o Paraná, são os estados brasileiros onde são identificados os maiores índices de violência contra trabalhadores rurais e conflitos agrários (GOMÉZ, 2005).

⁹ Gómez (2005) afirma que de acordo com MST, até o dia 4 de outubro de 2001, havia cerca de 20 nomes de lideranças para serem executadas. Já, os dados da Comissão Pastoral da Terra de 2013, como informa Gómez (2005), indicam que até o ano de 2012, 245 pessoas vivendo em áreas rurais, estão ameaçadas de morte no país. Esses dados incluem trabalhadores rurais posseiros, ribeirinhos, lideranças comunitárias, sindicalistas, Sem Terras, lideranças quilombolas, índios e agentes pastorais ou religiosos que apoiam as comunidades.

população urbana. Entre as causas identificadas por Carneiro e outros (2005), para maior vulnerabilidade dos camponeses (incluindo boias-frias e trabalhadores rurais acampados e assentados) é a deficiência dos sistemas de saneamento básico e abastecimento de água em suas moradias, alimentação precária, pouco acesso à redes de serviço de saúde e as condições de trabalho (uso de agrotóxicos, trabalho explorado).

A situação das mulheres e das crianças rurais são ainda mais graves. O combate ao trabalho infantil constitui um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador¹⁰, com parcerias de órgãos governamentais e não governamentais, em busca da retirada de crianças do trabalho e direcionamento para o acesso à escolas. De acordo com os dados Censo 2010 – Diagnóstico Digital do Trabalho Infantil, dos trabalhadores infantis, 41,4% dedicavam-se a atividades agrícolas. Considerando que 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, proporcionalmente, o trabalho infantil no meio rural é maior que na cidade.

Em relação às mulheres rurais, a precariedade de vida é marcada pela dupla jornada de trabalho, entre o trabalho doméstico e o trabalho no campo, pela ausência de documentos pessoais o que acarreta, também, na dificuldade ou impossibilidade de acesso a direitos e no auxílio no caso das viúvas. Segundo Gómez (2005), as chamadas “viúvas da terra”, caracterizam essas mulheres que sem documentação pessoal, de matrimônio e de propriedade ficam desprotegidas com o falecimento de seus parceiros. A ausência de documentos inviabiliza o acesso a direitos, deixando as mulheres rurais, muitas vezes, sem proteção do poder público e, ainda, com a responsabilidade de chefiar e garantir orçamento familiar. No caso das mulheres que ficaram viúvas após o assassinato de seus maridos essa situação é agravada com a impunidade, permanecendo um clima tenso de medo de ameaças, que normalmente persistem após o evento (GOMÉZ, 2005).

Sobre o caso específico das mulheres, a tese de Rosineide Cordeiro (2004) “Além da secas e das chuvas: o uso da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco”, foca na invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar. Essa invisibilidade ocorre tanto pela ausência de documentos pessoais, quanto pela falta de documentação de propriedade da terra e de comprovação de trabalho no campo, que restringe a liberdade dessas mulher e impedem o acesso aos seus direitos.

¹⁰ O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (BRASIL, 2011), foi elaborado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e, é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Esses cenário complexo de precariedades, desigualdades e violências decorrem, como já apontado, por processos históricos de distribuição de terras e constituição de uma elite agrária e do agronegócio, que restringe as possibilidades de vida digna e trabalho no campo. Além da questão fundiária, questão estrutural e central, outros processos históricos contribuíram para o enraizamento dos problemas no campo. O modo que se deu a urbanização no país e a modernização e industrialização dos modos de produção na agricultura, são marcos importantes.

Os processos de urbanização e industrialização, crescentes a partir da década de 1950, intensificaram os processos de exclusão dos trabalhadores rurais, modificando profundamente o meio rural. Para Mazzetto (2008), o processo acelerado de êxodo rural provocou uma nova configuração sócio-espacial, articulando o rural e o urbano, a partir do crescimento acentuado das metrópoles. O processo intenso periferização/favelização dos grandes centros urbanos, a partir do estabelecimento de moradias irregulares em seu entorno, resultou na formação de regiões metropolitanas que abrigaram a população mais carente. Mazzetto (2008) descreve o surgimento de novas identidades, “(...) já não mais rurais, nem tipicamente urbanas” (MAZZETTO, 2008, p.2), constituindo como afirmam Veiga (2001) e Silva (2000) em territórios *rururbanos*. Neste trabalho, buscando outros diálogos conceituais, analisaremos os modos de subjetivação que resultam dessa dimensão *rururbana*.

Entre 1930 e 1960, a população urbana aumentou de 11,5 milhões para aproximadamente 32 milhões, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos oitenta, apresentados por Norder (2004), o que decorre em grande parte, segundo o autor, do intenso êxodo rural. A migração para os principais centros urbanos do país foi impulsionada pelo crescimento econômico industrial que gerava novos e melhores postos de trabalho. A grande leva de trabalhadores rurais que se deslocavam para as capitais e para os grandes centros urbanos era, em sua maioria, destituída de recursos sequer para uma adequada instalação habitacional. Isso acarretou tanto na decadência econômica e populacional de pequenos municípios, como na emergência dos mais variados problemas sociais na cidade, relacionada à precariedade do abastecimento de água, esgoto, saneamento, eletricidade, saúde e educação para a população (SANTOS, 1980).

Nessa conjuntura, abriu-se um amplo debate sobre a *crise agrícola* e seus desdobramentos na questão agrária. Formas de agricultura tradicionais, baseadas na concentração fundiária, permaneciam de forma precária, ao passo que a produção

agrícola se transformava com a entrada de novas técnicas e instrumentos no processo produtivo, como a inclusão de adubos químicos, agrotóxicos e mecanização das atividades (NORDER, 2004). Além do desenvolvimento de uma pecuária ultraintensiva em grandes propriedades. Esse processo resultou na diminuição da absorção de trabalho no meio rural, contribuindo para transformar as relações sociais do campo e impulsionar a migração para as cidades. Para Norder (2004, p.48) trata-se de uma degradação do complexo rural brasileiro, em que “(...) a reprodução da força de trabalho tornava-se dependente de relações sociais exclusivamente mercantis, dada a desconexão entre trabalho e moradia e a destruição da articulação entre a produção de autoconsumo e produção de mercadorias agrícolas”.

O meio rural cada vez mais frágil e precário nas suas condições de vida, sem políticas estatais direcionadas, impulsionou o surgimento de diversas mobilizações sindicais e partidárias, visando à conquista dos direitos trabalhistas e previdenciários, já obtidos pelos trabalhadores urbanos, além da luta pela reforma agrária.

Destacam-se as Ligas Camponesas, criadas em 1945, com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB), que organizavam os trabalhadores rurais a partir de uma aliança operária camponesa. Menezes Neto (2001), destaca que as Ligas tinham pretensão de até mesmo iniciar uma luta armada, contestando a política institucionalizada, e, por outro lado, esboçavam a formação de um “Partido Agrário”. Também com apoio e controle do PCB, foi criada a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (ULTAB), organizada a partir da 2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, que teve atuação em boa parte do território nacional. No estado do Rio Grande do Sul, a partir do final da década de 50, foi organizado o *Movimento dos Agricultores Sem-Terra* (MASTER), ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Leonel Brizola, que, eleito para o governo estadual, manifestou apoio às reivindicações dos trabalhadores rurais. Além desses, ocorreu uma intensificação da atuação das organizações sindicais, que em 1960 já somavam oito sindicatos (MARTINS, 1990; MENEZES NETO, 2001; CAMPOS, 2004.).

De acordo com Menezes Neto (2001), entre 1953 e 1964, foram realizados cerca de 30 congressos de trabalhadores. Em 1962, o Governo Federal reconheceu as entidades sindicais rurais, legalizando cem sindicatos junto ao Ministério do Trabalho. Em 1963, funda-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

(CONTAG), que congrega as Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais, incluindo os camponeses na disputa de poder político.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, o Brasil deparava-se, assim, com importantes transformações sociais e políticas no meio rural, principalmente pela alteração nas formas de ação política dos trabalhadores rurais que demandavam pela reforma agrária e lutavam por seus direitos trabalhistas.

Outro marco importante, é a posse presidencial de João Goulart em 1961, após renúncia de Jânio Quadros causando grande instabilidade política no país. De acordo com Norder (2004), Goulart enfrentou a rejeição dos militares e buscou pelo apoio popular para a realização das *Reformas de Base*: reforma agrária, tributária, urbana, bancária, administrativa, universitária, cambial. Além disso, teve papel fundamental para a promulgação, em 1963, do *Estatuto do Trabalhador Rural*, que garantia os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais.

Apesar da importância do *Estatuto do Trabalhador Rural* para a regularização trabalhista e garantia de direitos aos camponeses, ele resultou em demissões e expulsões de trabalhadores pelos fazendeiros. A nova legislação dificultava a reprodução das condições tradicionais de subordinação do trabalho no interior das fazendas, indo contra aos interesses dos latifundiários, contribuindo para a ampliação do estabelecimento de trabalho assalariado temporário, sem vínculo empregatício, excluindo o enquadramento dessas relações de trabalho nas normas da lei do Estatuto (NORDER, 2004; MENEZES NETO, 2001).

Os esforços de Goulart, para instituir a reforma agrária, ganhava consistência através da imposição de recursos jurídicos para a desapropriação de terras devolutas. Mas, com o golpe de Estado em 31 de março de 1964, com apoio da embaixada norte-americana, interrompeu-se o processo de reforma agrária no país e todas as organizações populares são severamente reprimidas e perseguidas, com exceção dos sindicatos submetidos a diversos mecanismos de controle governamentais (NORDER, 2004; MENEZES NETO, 2001).

O golpe militar no Brasil esteve ligado, no meio rural, a algumas questões que podem ser aqui elencadas: aos desdobramentos da crise da agricultura de exportação; à alteração das relações de trabalho; às mobilizações populares para a regulamentação trabalhista e realização da reforma agrária; ao impacto do êxodo rural para as cidades.

O país sob o domínio militar enfrentou profundas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas na indústria e na agricultura, sendo o seu impacto social um dos maiores

da história brasileira. Os interesses das políticas estatais do período anterior foram redimensionados pelos militares para a realização de um processo intenso de industrialização e mecanização do campo. O Estado autoritário reforçava a implementação de uma deliberada política de modernização da agricultura, beneficiando grandes empresas nacionais e multinacionais que atuavam no setor de máquinas, implementos agrícolas e na indústria química. Uma das principais estratégias desenvolvidas pelos governos militares foi a ampliação do sistema de créditos – crédito rural –, o que uniu o capital ao latifúndio, resultando em fazendas tecnologicamente avançadas e, no que concerne às relações de trabalho, deu origem, muitas vezes, ao emprego do trabalho “escravo” (MENEZES NETO, 2001; CAMPOS, 2004).

Esse processo “modernizador” do meio rural, enfrentado durante a ditadura militar e estendido até o final dos anos 70, é conhecido como “modernização conservadora”. Para Menezes Neto (2001), a modernização conservadora engloba as diversas medidas adotadas pelo Estado autoritário com o objetivo de modernizar o campo, introduzindo novas tecnologias e produtos no processo produtivo, mas sem, no entanto, acabar com o latifúndio e as formas de exploração dos trabalhadores rurais. Esse processo acarretou na crescente monopolização e acumulação de capital pelas grandes empresas de biotecnologia e agroquímico, tais como a Monsanto que explora o mercado latino-americano, incrementa e intensifica a produção agrícola, mas sem incluir ganhos aos trabalhadores rurais. Menezes Neto (2001) analisa a modernização conservadora sob as diversas modificações e, principalmente, contradições causadas ao meio rural, afirmando que:

Questões políticas transformam o mundo rural num campo de exclusão e integração, de globalização e localismos, de modernidade e tradicionalismo. O atual processo de expansão e recriação do capital traz profundas mudanças na cultura, na sociabilidade e na produção do campo. O monopólio da grande produção pelas agroindústrias, a produção para o mercado, o consumismo e a cultura moderna integram ao mundo rural às competitividades do mercado. (MENEZES NETO, 2001, p.20)

Segundo Menezes Neto (2001), essas modificações alteraram profundamente a produção agrícola e, conseqüentemente, as relações sociais e de trabalho no campo, que tem uma diminuição da necessidade do trabalho vivo. Além disso, Norder (2004) destaca quatro aspectos das transformações nas relações de trabalho, caracterizadas por um aumento da mercantilização das relações sociais e das formas de reprodução social:

a) destruição dos vínculos tradicionais de dominação no interior do latifúndio; b) aprofundamento da separação entre trabalhadores e a posse ou propriedade de meios de trabalho; c) destruição das tradicionais formas de reprodução da força de trabalho, com a separação entre o local de trabalho e local de habitação, e também o condicionamento da obtenção de alimentos às relações mercantis; d) simplificação e especialização de tarefas no processo do trabalho, ou seja, expropriação e destruição do saber camponês. (NORDER, 2004,p.51)

Para Campos (2004) as drásticas transformações do *tradicional complexo rural* para o *moderno complexo agroindustrial* foram altamente parciais, seletivas e concentradas nos interesses dos grandes produtores, sem a existência de um plano de desenvolvimento social para a população do campo e de inclusão dos trabalhadores rurais no novo processo de produção, através, principalmente, de investimentos técnicos.

Entretanto, medidas governamentais compensatórias foram realizadas com intuito de uma integração da população rural, através: da expansão das redes de atendimento médico-hospitalar e educacional, da aposentadoria por invalidez ou velhice, do cooperativismo (tutelado), do sindicalismo (altamente vigiado) e da distribuição de terras para a colonização da Amazônia¹¹.

Além disso, é criado em 1964, o *Estatuto da Terra*, que define que as desapropriações seriam indenizadas através de títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos (NORDER, 2004). Criado pela lei 4.504, em 30 de novembro de 1964, em plena ditadura, o Estatuto é uma medida de conter a organização dos trabalhadores rurais e tranquilizar a elite agrária que temia por uma revolução camponesa, dada a crescente insatisfação dos trabalhadores rurais e de suas reivindicações por redistribuição de terras. O Estatuto da Terra estabeleceu, portanto, duas medidas principais: a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Ao passo que a Reforma Agrária nunca se efetivou de fato, o governo dedicou ao intenso desenvolvimento, capitalista e empresarial, da agricultura. Desse modo, como afirma Oliveira (2001) o Estatuto da Terra era uma lei morta, insuficiente sequer para o governo militar desenvolver um plano de Reforma Agrária.

¹¹ A colonização da região nordeste da Amazônia, faz parte de um programa do governo militar denominado *Colonização Dirigida*. Esse programa tinha como objetivo deslocar famílias rurais para áreas menos povoadas, gerando empregos e expandindo a utilização de insumos industriais na agricultura. Cerca de 160 mil famílias foram instaladas em 262 projetos de colonização, mas que não contavam com políticas sociais mínimas nas áreas de saúde, educação, transporte, moradia e eletrificação, precariedade que fez com que as famílias migrassem. A colonização dirigida é interpretada como um elemento decisivo na estratégia de contrarreforma agrária promovida pelo governo militar. (CAMPOS, 2004)

O cenário rural brasileiro configurou-se, portanto, após a década de 1970, como um complexo agroindustrial intensificado e fortalecido pelos créditos subsidiados pelo Estado e pelo investimento estrangeiro, ao passo que o campesinato encarava as precariedades nas práticas de subsistência e nas relações de trabalho. Esse contexto, somado a insuficiência das políticas estatais voltadas para a população rural, levaram a um intenso processo migratório do campo para as cidades, resultando em uma massa de trabalhadores sem trabalho e sem terra, e impulsionaram a organização da luta pela terra durante a redemocratização do Brasil.

3.2. Redemocratização e formação dos assentamentos rurais no país

O processo de redemocratização do Estado brasileiro, após o regime militar, foi marcado por uma intensa participação dos movimentos sociais e sindicais do país. A organização de novos movimentos sociais no campo e na cidade gerou um intenso debate político sobre as demandas sociais de grupos populares por direitos e inclusão no processo democrático. Entre os movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgiu em 1984, com a bandeira: “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores” (CALDART, 2000), consolidando-se como um dos maiores movimentos sociais do Brasil. Também, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e outras organizações passaram a disputar a representação política de segmentos sociais surgidos e sufocados durante a ditadura militar.

Vale destacar a importância do surgimento do MST para as transformações políticas do país e da população rural. O MST formou-se através da articulação política entre várias iniciativas de luta pela terra e com o apoio da ala progressista da Igreja

Católica¹², durante o *Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra*, realizado na cidade de Cascavel no Paraná. O MST difundiu-se por todo o país, reivindicando pela Reforma Agrária e por melhores condições de trabalho. Formou-se como um movimento de luta por bens e direitos de cidadania, um movimento contra hegemônico em defesa do direito ao trabalho e vida no campo (MARTINS, 1990; CAMPOS, 2004; CALDART, 2000).

Para Caldart (2000) é necessário falar da emergência de uma nova categoria de sujeito social, que se denomina Sem Terra com letra maiúscula. São trabalhadores que possuem uma “identidade coletiva” de *ser Sem Terra*, que a princípio é uma identidade política, mas que passa a ser também cultural. O projeto do MST estendeu-se, assim, para além da questão agrária, passou a representar a história de uma classe e tornou-se um movimento sociocultural de massa que difere dos padrões culturais dominantes.

A formação dos Sem Terra nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo em um movimento de luta social, que também se constitui como parte de um movimento sociocultural mais amplo, que mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade. (CALDART, 2000)

A constituição dos Sem Terra, diretamente ligada ao movimento social, recriou a identidade camponesa em um projeto de resistência e utopia. Há um movimento de construção de um projeto político autônomo, com referências socialistas, que tem como base um novo modelo de produção: o cooperativismo. Para o MST, as cooperativas são a melhor alternativa para o trabalho rural e resistência da população frente à expansão agroindustrial, que exclui a maioria dos trabalhadores e os mantém subordinados aos interesses de uma elite agrária (CALDART, 2000, MENEZES NETO, 2001). Sobre a importância do MST no país, Oliveira (2001), afirma:

¹² Destaca-se a importância da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil para a mobilização e organização dos movimentos sociais durante a ditadura. As CEBs instaura uma nova relação entre Igreja e sociedade, inspirada pelo pensamento marxista, trazendo a ideia da sociabilidade comunitária, justiça social e combate às desigualdades. O seu caráter democrático, estimulava a participação popular de grupos excluídos, orientando-os sobre temas da família, educação e trabalho (CARDOSO, 2011). Uma contribuição importante, como nos informa Cardoso (2011), foi propiciar o envolvimento das mulheres, público majoritário das Igrejas, nos debates políticos, a partir da noção de cidadania e igualdade entre os sexos. Entretanto, apesar dos avanços na inclusão da mulher no espaço público via participação política, as CEBs realizam um rígido controle social, através de discussões sobre conduta moral, valores, impondo uma homogeneidade a fim de garantir a coesão do grupo (CARDOSO, 2011).

O MST, como movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na Longa Marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem se mantido improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania. (OLIVEIRA, 2001, p.194-195)

Como um movimento de massa que luta por uma nova sociedade, por justiça social e cidadania, o movimento ultrapassa a barreira do rural, sendo os Sem Terra um grupo composto não apenas por trabalhadores rurais. Como aponta Mazzetto (2008), o movimento foi incorporando, ao longo do tempo, moradores de periferias, em condições de trabalho precário, que buscavam no acesso à terra, melhores condições de vida e maior autonomia. A integração entre a população rural e urbana, contribuiu ainda para o surgimento de vários Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, nas chamadas regiões metropolitanas (FERREIRA, 2002) e, conseqüentemente, na formação de territórios rururbanos (VEIGA, 2001; SILVA, 1999).

O debate sobre a reforma agrária foi, então, retomado na agenda política do país durante a década de 1980, impulsionado por atores sociais com um novo perfil ideológico que questionavam os rumos das políticas agrárias e do modelo econômico que vinha sendo adotado pelo Estado.

O Estatuto da Terra, de 1964, apesar de definir as condições de desapropriações e de determinar que a reforma agrária fosse realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, não havia sido suficiente para a realização da distribuição de terras. Mas, no governo de Sarney, em 1985, por pressões dos movimentos sociais, a reforma agrária foi incluída como um dos elementos para a transição democrática, sendo instituído o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O PNRA apesar de ter sido uma grande conquista para os movimentos sociais rurais, provocou grande resistência por parte da classe dos grandes proprietários, que temiam perder suas propriedades, já que o projeto determinava o uso de terras particulares (improdutivas) para o uso de Reforma Agrária. A fundação do partido União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, reuniu médios e grandes latifundiários

em defesa da propriedade rural, constituindo os maiores opositores à Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2001). Por pressões do UDR, logo foram impostas restrições ao PNRA, no qual seu caráter transformador de estímulo à mudança social tornou-se, apenas, em mais um obstáculo jurídico à Reforma Agrária. Ao passo que essas mudanças no projeto causaram indignação dos trabalhadores rurais, restituiu a aliança do governo com os setores de proprietários e empresários (NORDER, 2004).

Nas ambiciosas metas de Reforma Agrária foram incorporadas, assim, medidas jurídico-burocráticas que lentificavam o processo e impediam a viabilização do projeto político da PNRA. A Constituição de 1988 manteve o cumprimento da condição pautada na função social da propriedade e excluiu as propriedades produtivas como passíveis de desapropriação. Mesmo diante dessas dificuldades, foram criados mais de 700 assentamentos nos anos 80 (atendendo aproximadamente 110 mil famílias), ainda que a criação desses assentamentos foi uma forma de atenuação de conflitos sociais e não incluiu uma política sistemática de financiamento para o desenvolvimento da produção e de construção de obras de infraestrutura nas áreas reformadas (NORDER, 2004).

A partir do início da década de 90, proliferaram pelo país as ocupações e acampamentos nas propriedades improdutivas, a maioria organizada pelo MST, pressionando a desapropriação dos latifúndios improdutivos para a criação assentamentos de Reforma Agrária. Fernandes (2003) informa que durante o mandato de Collor (1990-1992), as pressões dos movimentos rurais para a realização da Reforma Agrária eram crescentes, entretanto, o programa de assentamentos foi paralisado, não houve nenhuma desapropriação de terra para fins de reforma agrária. Além da política neoliberal de Collor, o grande apoio da bancada ruralista mantida pelo presidente, foram impedimentos para a efetivar a Reforma. No governo de Itamar Franco (1992-1994) os projetos de reforma agrária foram retomados, sendo assentadas cerca de 23 mil famílias em 152 Projetos de Assentamento.

De acordo com Mazzetto (2008), só a partir da segunda metade da década de 1990 que foram institucionalizadas algumas políticas públicas direcionadas para o campesinato brasileiro. A formação do atual Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 via medida provisória, passou a gerir o Programa de Reforma Agrária e Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O MDA possui entre outras competências, a responsabilidade pela efetivação da reforma agrária, através da demarcação e titulação das terras ocupadas, além de

promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e, realizar a regulamentação fundiária da Amazônia Legal.

A criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e todos os programas relativos ao desenvolvimento da agricultura familiar, como já dito, ocorreu, em grande parte, pela pressão dos movimentos sociais, em especial o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e sindicatos, que retomaram a luta pela terra e por direitos (MAZZETTO, 2008).

No entanto, a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 assegurou, em novas bases, a presença de setores conservadores no governo federal, alterando o direcionamento dos movimentos sociais (SOUZA, 2006). O MST reuniu-se em 1995, e definiu pela intensificação da mobilização social através da criação de novos acampamentos e da realização de ocupações em massa. Essa postura acentuou os conflitos sociais, que culminaram em confrontos violentos, com assassinatos e massacres de trabalhadores rurais¹³ (CAMPOS, 2004; SOUZA, 2006; MENEZES NETO, 2001). O aumento dos conflitos no campo, afirma Oliveira (2003), resulta em grande parte da postura adotada pelo governo FHC contra os movimentos sociais, marcando até mesmo um novo tipo de violência no campo inexistente de forma tão explícita, que foi a morte de camponeses por policiais.

Diante desse contexto, Souza (2006) aponta que o governo FHC enfrentou forte oposição do MST, que crescia e ganhava notável fortalecimento político. As fortes pressões do MST e de outras organizações, bem como a existência de conflitos agrários frequentes, obrigaram o Estado a tomar medidas mais incisivas e abrangentes que os governos anteriores, priorizando a desapropriação de áreas improdutivas e a implementação de assentamentos rurais. Como afirma Oliveira (2001), a ampliação dos assentamentos foi sobretudo consequência de uma pressão social crescente dos movimentos sociais, do que uma política propositiva do governo.

Os assentamentos implicavam em investimentos governamentais para o pagamento de áreas desapropriadas, criação da infraestrutura social e financiamento da

¹³ Destacam-se os massacres ocorridos no município de Corumbiara, no estado de Rondônia, onde 17 trabalhadores rurais integrantes do MST são assassinados por policiais na extremidade oeste da Rodovia Transamazônica; e o massacre do Eldorado dos Carajás, na região sul do Pará, ocorrido em 1996, no qual foram mortos dezenas de acampados. Em Minas Gerais, na região do Vale do Jequitinhonha, temos um atentado recente. Em 2004, no acampamento do MST 'Terra Prometida', situado próximo a cidade de Jequitinhonha, são assassinados 5 trabalhadores rurais, muitos são feridos e todo o acampamento é incendiado por capangas à mando do fazendeiro da região (CAMPOS, 2004).

produção agropecuária das famílias assentadas (MENEZES NETO, 2001; SOUZA, 2006; NORDER, 2004).

Consta, nos dados do *I Censo da Reforma Agrária*, que a partir de 1995 houve um significativo aumento no número das famílias assentadas no país comparado aos períodos anteriores. Mas, como alerta Bergamasco (1997), em seu artigo onde avalia esse *I Censo da Reforma Agrária*, os dados do governo FHC estão muito aquém das metas que teriam sido estipuladas para dois anos. Durante o período de 95/96, os assentamentos totalizavam 55.692 famílias, sendo que o governo havia determinado o assentamento de 40 mil, em 1995, e 60 mil para o ano de 1996, num total de 100 mil famílias assentadas. Então, apesar da quantidade total de projetos de assentamentos constituídos serem bem superiores do que de anos anteriores – nos anos 80 foram assentadas 10 mil famílias por ano e, entre 1990-1994 foram 13 mil famílias – a meta não foi alcançada

Ademais, Bergamasco (1997) afirma que devemos ir além da avaliação quantitativa, para conhecer melhor a realidade dos assentamentos. Ao se analisar, portanto, os indicadores sociais ficou evidente que graves problemas sociais persistiam, não sendo suficiente apenas o acesso à terra. Os problemas encontrados foram: o alto índice de analfabetismo; a ausência de políticas públicas complementares à promoção do desenvolvimento sociocultural e técnico-econômico dos projetos (limitações na estrutura produtiva e na capacidade de consumo doméstico das famílias assentadas); presença de violências de gênero e pouco acesso das mulheres aos benefícios da Reforma Agrária; condições precárias de moradia; falta de energia elétrica; ausência de água encanada, esgoto e saneamento em grande parte dos assentamentos; precariedade dos serviços de saúde, com alta prevalência de verminoses, de caráter epidemiológico em algumas regiões. (BERGAMASCO, 1997).

No entanto, apesar das precárias condições de vida dessas famílias assentadas, ao analisar as relações de trabalho antes e depois da inserção no assentamento, houve uma nítida transformação no tipo de relações sociais, no uso da terra e, nas práticas de produção agropecuária. Os assentados representam, assim,

... uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como um ponto de partida para a redefinição de um conjunto de outras práticas sociais. (BERGAMASCO, 1997, p.43).

A criação dos assentamentos rurais marcou, portanto, um processo de reforma no contexto agrário brasileiro, mesmo com a permanência de problemas sociais estruturais, herdados de um longo e complexo processo de constituição do território nacional. Foi desse modo, uma possibilidade de recriação da vida rural pelos próprios camponeses a partir de novas perspectivas de trabalho e sobrevivência no campo. Além disso, impactaram as localidades que se inseriram e impulsionaram, até mesmo, o desenvolvimento local e regional por atraírem políticas sociais e de fortalecimento da agricultura familiar.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder com Lula, trouxe modificações para o panorama agrário e para a organização dos movimentos sociais. O Governo Lula, iniciado em 2003, necessitava responder às demandas e expectativas dos setores reformistas que o apoiaram, entre eles o MST. A relação estabelecida entre os movimentos do campo e o Estado foram as maiores mudanças ocorridas na mobilização e participação política dos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra durante esse período.

Barone e Ferrante (2012), analisam que nos governos anteriores ao PT, há uma oposição e um conflito aberto entre os movimentos sociais e o governo. Enquanto os movimentos pressionaram por mudanças, o Estado utilizou de estratégias para negociar, controlar e conter os conflitos gerados pelos movimentos. Já no governo Lula, principalmente a partir da nomeação de dirigentes dos movimentos à cargos institucionais, as tensões foram internalizadas. Disputas internas, de grupos ideologicamente próximos, começaram a disputar por posições políticas e poder, levando às tensões internas permanentes e crescentes, mas há uma atenuação nos conflitos externos via mobilização pública (marchas, ocupações, passeatas).

O próprio INCRA realizou, durante esse período, a cooptação de lideranças do MST e sindicalistas para se tornarem funcionários terceirizados do próprio órgão ou do governo federal (BARONE e FERRANTE, 2012), resultando na internalização dos conflitos e, inibindo as manifestações dos movimentos na arena pública. Barone e Ferrante (2012), afirmam:

No Governo Lula a transferência da arena de atuação dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores rurais, da rua para os gabinetes. O amplo recrutamento desses setores populares pelo governo federal – celebrado num primeiro momento do governo Lula, como “nosso governo” – levou as tensões, contestações e resistências dessas frentes de mobilização para dentro das instâncias governamentais. (BARONE; FERRANTE, 2012, p.770).

Desse modo, nos dois mandatos de Lula, o MST, de certo modo, foi enfraquecido a partir das alianças políticas estabelecidas com a incorporação de suas lideranças no governo, servindo para institucionalizar o movimento. Em um primeiro momento, o Estado tinha o MST como grande aliado e o movimento havia criado grandes expectativas para a realização plena da Reforma Agrária, reduzindo os embates do movimento com o governo. Porém, a não aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária no final de 2003, frustrou o movimento e impulsionou uma série de conflitos no campo e a retomada das ocupações, como apontam Barone e Ferrante:

tal postura, derivada da frustração das organizações e de partes da esquerda que ajudou a eleger Lula, era esperada, dadas as decisões que o governo federal tomou, tanto com relação à temática agrária, quanto da relação à gestão macroeconômica do Estado brasileiro, reeditando a linha tida como “neoliberal” do governo anterior. (BARONE; FERRANTE, 2012, p.774).

A crise política encarada no governo Lula foi intensificada pelas denúncias de corrupção e com o rompimento de integrantes do PT com o partido. O MST também encontrava-se dividido, mas na reeleição em 2006, apoiou explicitamente o ex-presidente Lula, indicando contradições claras sobre sua relação com o governo e aos contornos políticos desenhados até então. Essas contradições se estenderam ao governo Dilma. Atualmente, o MST alterna entre o apoio ao PT e, às críticas sobre a insuficiência das políticas de reforma agrária ainda vigentes no país.

Apesar dos avanços na área rural, a execução dos projetos ainda é dependente de questões político-partidárias, não havendo projetos definidos em relação aos assentamentos. Entre os próprios órgãos responsáveis pela PNRA, como é o caso do INCRA, as estratégias de atuação do poder público não são homogêneas, variando, também dependendo da região do país em que se desenvolve. O Programa de Reforma Agrária ainda é controverso, não havendo uma orientação comum para as políticas. Para Barone e Ferrante (2012), nessa disputa: “os trabalhadores beneficiários nos projetos de reforma agrária se apresentam, muitas vezes, em posição de subalternidade, porém em um relativo poder de barganha e de controle frente aos mediadores” (BARONE e FERRANTE, 2012, p.757).

Posições mais otimistas, como as de Medeiros e Leite (1998), acreditam em uma realidade agrária reformada, com potencial de inserção política, econômica e social de

milhares de trabalhadores rurais. Entretanto, os Assentamentos ainda enfrentam problemas básicos como a sua produção e sua organização política.

Em relação à produção, os Assentamentos lutam contra as adversidades e impossibilidades de inserção nos mercados locais e regionais, que os levam a criar várias estratégias para permanecerem na terra. O trabalho fora do assentamento aparece como uma estratégia contraditória adotada. Em nossa pesquisa, a liderança Vitória relata o trabalho fora do assentamento como um problema difícil de contornar, pois apesar de ser considerado uma prática oposta aos interesses dos assentados, muitas vezes, é necessário para a sobrevivência das famílias. A integração do Assentamento ao municípios e, principalmente, a sua dinâmica econômica é um grande impasse para o seu “sucesso”. Soma-se a essa questão a fragilidade da assistência técnica que desconsidera, muitas vezes, as particularidades do grupo e da região em que estão inseridos. A própria atuação do INCRA, visto como um órgão ainda excessivamente burocrático e moroso e, de pouco diálogo com as comunidades, dificulta o acesso ao crédito rural e ao desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, o próprio município impõe impedimentos para absorver a produção dos assentamentos, priorizando os grandes produtores da região.

A organização e participação política dos assentados configura outra questão fundamental, podendo corroborar diretamente no sucesso e insucesso dos Assentamentos. A ausência de representação política inviabiliza a exposição das demandas dos assentados e a busca por alternativas mais autônomas dos trabalhadores. A mobilização política, bastante presente durante o processo das ocupações e do estabelecimento dos acampamentos, enfraquece-se quando o assentamento se estabelece. Esse processo foi observado, também, no Assentamento estudado. Há uma progressiva desmobilização e desmotivação do grupo à medida que o Assentamento consolida-se.

3.3. A História do Assentamento Mazzeto, pela voz dos Assentados

O movimento que deu início ao grupo que formaria o atual assentamento, foi impulsionado por uma propaganda governamental, veiculada no ano 2000. A propaganda durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, doravante Governo FHC, convocava a população rural para realizar um cadastro nos correios a fim de

ingressarem no processo seletivo do programa de Reforma Agrária. Atraídos pela proposta, muitos trabalhadores das regiões realizaram o cadastro e procuram o Sindicato de Trabalhadores Rurais, em busca de maiores informações. O contato com o sindicato proporcionou muito mais do que apenas esclarecimentos sobre o programa do Governo, iniciou-se, nesse momento, o encontro de trajetórias de trabalhadores rurais e, também, da cidade, que compartilhavam de um sonho comum: a conquista do título da terra. Em meio à descrença em relação ao governo, reuniões começaram a se organizar em torno do tema da reforma agrária e a estratégia de ocupação de uma propriedade local foi sendo concretizada como uma necessidade pelo grupo.

A ocupação de terra é uma estratégia política que marca a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao realizar uma ocupação, o grupo força a intervenção do Estado, através, de órgãos responsáveis como INCRA, Secretária Estadual de Reforma Agrária, justiça estadual e local, evidenciando a existência de um conflito agrário na região e estabelece negociações para a determinação de uma área a ser desapropriada para fins de Reforma Agrária, resultando na criação de um Assentamento Rural. Vejamos como alguns assentados relatam a história de formação do grupo:

(...) esse grupo que tá aqui foi organizado lá no próprio sindicato que eu trabalhava, começou a ter reuniões com o pessoal lá da FETAEMG, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais, aí reuniu-se um grupo de produtores rurais da região e resolveu partir pra esse viés aqui da Reforma Agrária, com a promessa de que era fácil, igual tinha aquele, aquela propaganda do governo que o Fernando Henrique fazia, que dizia que não precisava fazer ocupação que era só cadastrar os produtores lá que ia conseguir a fazenda e o crédito pra trabalhar à vontade. E não foi bem assim, ficamos 10 anos aí na espera, 5 anos pra conseguir e só conseguimos por ocupação! (...) pra tá articulando um grupo mesmo, né... com essa promessa de que era uma coisa do governo. (Sílvia)

Ah, não só eu, mas todo mundo, através da carta né que tinha que por no correio. Na época tinha uma propaganda do Fernando Henrique que era só fazer a inscrição, que as porteiras iam ser abertas e iam chamar a gente pra ir para a terra. Aí nós acreditamos, viemos, só que não chamou né. Aí nós viemos meio que na força né. (Carlos)

Ah é que primeiro nós ouvimos aquela história, aquela da propaganda na televisão, que as porteiras estavam abertas, que era pra gente fazer o cadastro no correio, que em breve a gente ia ter a terra. E como meu marido ele, que desde criança que o pai dele... que ele é do Paraná e lá eles mexiam com lavoura né, algodão, soja, essas coisas. (..) Aí que ele já tinha essa experiência. (..) A gente foi criado nesse ambiente, meu pai trabalhava, toda vida, meu pai e a mãe trabalhava na horta né, lá em [cidade vizinha]. Aí a gente tinha um sonho de poder tá trabalhando no que era da gente né, sem ter que dividir com os meeiros, que era na verdade, quem ganha é o dono da

terra né. Quem trabalha mesmo, muito pouco. (...) Aí a gente fizemos o cadastro, aí nós fomos fizemos o cadastro né, fui eu, minha mãe, aí pronto. Aí daqui a pouco a gente recebeu a carta. E nada de acontecer o que realmente aparecia na propaganda da televisão. Aí há muito tempo que a gente já conhecia a Vitória e a família dela, aí que ela, conversando, decidimos. Aí tinha reunião no sindicato, depois que fez esse cadastro, a gente fazia reunião no sindicato, o pai da Vitória que era presidente do sindicato né, aí a gente fazia reunião. Aí da última reunião que a gente fez, que resolveu ocupar a fazenda. Daí o pessoal tomaram a decisão e vieram muitas famílias pra ocupar. (Laura)

Importante notar que o grupo se forma aleatoriamente, impulsionado por um desejo comum de retorno ao campo e pela possibilidade do acesso à terra. A insuficiência das políticas institucionalizadas, como foi o caso do cadastro, mobiliza os trabalhadores a buscarem outras alternativas para viabilizar a demarcação de terra para o Assentamento. Apesar do desconhecimento, da maioria, sobre o movimento Sem Terra e a Reforma Agrária, o grupo é capaz de se organizar à medida que as reuniões desenrolam no sindicato, e passam a inserir-se em um movimento local. Outro aspecto fundamental para a articulação do grupo é o papel desempenhado por Vitória, que desde o início apresenta-se como uma liderança.

Vitória, relata em sua entrevista, uma história de vida marcada por participação em movimentos estudantis e sindicatos, “herança” de seu pai que também militava em sindicatos e movimentos sociais variados. No momento de formação do grupo, ela possui, assim, o conhecimento necessário para organizar e liderar o grupo para a realização da ocupação em uma das propriedades na região.

A primeira ocupação ocorre no dia 25 de julho de 2001, com cerca de 160 pessoas, constituído por quase 90 famílias de trabalhadores rurais e da cidade – entre eles havia também desempregados, pleiteando uma propriedade próxima. As famílias, ao se incorporarem ao grupo, assumem a possibilidade de perder empregos temporários e moradias, deixando para trás uma vida anterior e ingressando num processo incerto de luta pela conquista da posse de terra, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mazzeto (2007): “Os trabalhadores e trabalhadoras não estavam cientes dos riscos e da demora que teriam a enfrentar até a legitimação do assentamento; mas tinham plena consciência da falta de perspectiva da vida de trabalho que haviam praticado desde a infância”.

Consta no PDA que passados 30 dias da primeira ocupação, as famílias foram despejadas após o pedido de reintegração de posse do proprietário e, surpreendentemente, foram acolhidas por uma mineradora local, que tinha sua área

contígua à terra ocupada. Com o novo acampamento, o grupo aguardou a vistoria do INCRA nas propriedades improdutivas da região para a liberação de uma área para a construção do Assentamento. Esse processo tornou-se extremamente burocrático e moroso. Apesar das promessas iniciais do INCRA de uma resolução no prazo de um mês, o grupo aguardou, acampado, por dois anos e meio.

A situação de acampamento é uma condição transitória que compõe a constituição dos assentamentos. Após a ocupação de terras, o grupo constrói um acampamento, com barracas de lonas, estabelecendo condições mínimas de “ocupação” e permanência na propriedade até a regulação fundiária da área. A situação acampada, além das óbvias condições precárias de sobrevivência, instaura movimentos de resistência política e alianças entre os membros dos grupos. Os acampados devem lidar com incertezas, transitoriedades e fragilidades do território ocupado, pois o despejo e a realocação para outras áreas são alternativas possíveis nesse momento. Sílvia, um dos entrevistados, relata a experiência de vulnerabilidade do acampamento:

A gente ficou acampado primeiro na área vizinha ali, depois nós sofreu uma reintegração de posse, foi lá pra beira da mineradora, perto da serra lá com um poeirão, caminhão passando sem parar, ficamos lá um ano, aí de lá que a gente resolveu ocupar essa área, aí ficava num espaço pequeno, não tinha jeito de produzir, uma barraca em cima da outra, era uma situação bem complicada. (Sílvia)

O período do acampamento foi marcante para as famílias. A vivência da situação de acampado constituiu uma marca de sofrimento, mas, também, de superação e coesão do grupo. Sem assistência governamental, o grupo sobreviveu sem água, sem luz, sem comida, dormindo em barracas de lona, enfrentando as mais variadas ausências. Somase à falta de infraestrutura básica, o enfrentamento do preconceito dos moradores do município e das ameaças constantes dos fazendeiros das regiões subjacentes, que delimitavam fronteiras visíveis e invisíveis com o grupo.

A precariedade de vida, a tensão social e a miséria foi conferindo o real da experiência da luta pela terra. E foi nesse momento, que o coletivo do que se tornou o assentamento foi se construindo, seja através dos conflitos cotidianos internos e externos ao grupo, como, também, das alianças, dos laços de amizade e solidariedade, dos afetos e desafetos que permeavam o movimento.

Entidades sociais, atentas à questão agrária, entre elas, o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) e o Instituto Marista de

Solidariedade (IMS), apoiaram as famílias com a doação de alimentos, remédios e auxílio pecuniário. Além disso, o acampamento, por se situar numa região metropolitana, atraiu a mídia local dando maior visibilidade para a situação das famílias.

No momento em que o INCRA reconheceu o grupo como acampados da Reforma Agrária, foi possível, também, o acesso ao Programa de Segurança Alimentar (PSA), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), executado no Estado sob a responsabilidade do Instituto de Terras (ITER) e da Cáritas Regional. Esse reconhecimento e acesso do grupo aos programas de assistência, permitiu o desenvolvimento de uma pequena produção de subsistência, com a possibilidade de aquisição de alguns insumos agrícolas. A Cáritas Regional, por intermédio da FETAEMG e da escolha dos acampados, foi a instituição responsável pela implementação do programa, em parceria com a ITER, que acompanhou o processo de formação e produção.

A produção, no entanto, não se efetivou por várias adversidades, entre elas: a insuficiência do espaço, as más condições do terreno para o plantio e a hostilidade dos proprietários locais que intimidavam o grupo e não permitiam que trabalhassem nas hortas da região. Essa situação, levava muitos a saírem do acampamento em busca de trabalho e/ou apoio com entidades públicas ou não-governamentais. Essa prática de saída era realizada, na maioria, pelos homens, o que configurava numa divisão sexual e social do trabalho, uma vez que, a organização e manutenção do acampamento ficava a cargo das mulheres, motivo pelo qual, o acampamento ficou conhecido como o “Acampamento das Meninas” (PDA do ASSENTAMENTO MAZZETO, 2007).

Ao longo de todo esse processo, muitas famílias abandonaram o grupo, não suportando as condições precárias de vida, ausência de trabalho, indisposição com a vizinhança e ameaça dos fazendeiros da região. A falta de resolução do governo, levou a desistências e minou a resistência da espera, mas também aguçou a urgência de uma atitude do grupo para pressionar o poder público. Foi então que na madrugada do dia 21 de dezembro de 2003, o grupo, composto por apenas 22 das 90 famílias iniciais, ocuparam uma nova área, reivindicando por 156 hectares de terra. De acordo com os relatos dos assentados, ao adentrarem a fazenda realizaram o que ansiavam por todo o tempo de espera e luta: trabalhar a terra. Com enxadas, homens e mulheres trabalharam, durante 24h ininterruptas, abrindo 10 hectares de terra e fizeram nascer a primeira horta que passou a fornecer o sustento de todos (PDA do ASSENTAMENTO MAZZETO, 2007; anotações em Diário de Campo, 2010).

A estratégia de retomar a produção, realizou-se meses depois da ocupação, garantindo a alimentação das famílias. O manejo e o potencial produtivo dos trabalhadores atraiu movimentos sociais, como também sindicatos, escolas, universidades, entidades internacionais, admirados com o processo organizativo e produtivo do grupo. O acampamento e, posteriormente, o assentamento, foi se constituindo como um espaço modelo dentro do cenário dos Assentamentos Rurais em Minas Gerais. Essa representação foi relatada pelos moradores com ambivalências: ora com orgulho, como reconhecimento da luta do grupo, mas, também, com posicionamentos de desconfiança frente aos reais interesses em determiná-los como um espaço-grupo “ideal”. A designação *modelo* é vista sob olhares de suspeita. Os Sem Terra identificam os atravessamentos políticos e o *marketing* realizado pelo governo¹⁴.

Eles falaram agora que a gente é modelo né, então vem italiano, alemão, mexicano, espanhol, canadense, tá sempre aí, um grupo de 8, 10 pessoas... Agora recentemente veio pessoal de Brasília, veio secretário do Ministro Patrus para conversar desse Programa de Aquisição de Alimentos né. Então, quer dizer, quando existe o interesse deles, eles sabem aonde a gente tá e o que a gente pode fazer, isso é lógico né! Agora, se não existe nenhum interesse é descaso, faz de conta que você nem existe, é a realidade. Essa é a realidade. Mas é muito legal essa parceria com as escolas, o pessoal sempre aí fazendo visita, conhecendo como que é o nosso dia-a-dia, tem aqueles que se interessa mais, volta mais vezes para aprofundar mais. Temos muitas parcerias que tem gerado resultados positivos aqui. (Carlos)

Normalmente o pessoal vem aqui, vem visitar, vem saber por que nós somos modelo. Não sei por que eles dizem que nós somos modelo, eu não vejo isso. Aliás, eu fico preocupadíssimo, porque se na situação que nós estamos hoje nós somos modelo, imagina quem tá abaixo. Eu não gosto disso, dessa qualidade que eles arrumaram para a gente não. Mas eu sei também que é resultado de uma luta muito difícil, difícil mesmo. E a gente assim, graças a Deus, consegue parcerias com escola, Igreja, né. Consegue muita ajuda também e vamos embora! (Bernadete)

Entre os movimentos sociais que buscavam parceria com o grupo, destacam-se as diversas investidas do MST para que os acampados se filiassem a eles. Apesar das tentativas, o grupo decidiu por se manter como um movimento autônomo, garantindo sua liberdade de organização e produção. Além do MST, apresentar-se como um movimento bastante institucionalizado e ter formas preestabelecidas de diálogo com o

¹⁴ O interesse pelo grupo cresceu à medida que o Assentamento foi-se estabelecendo e tornando-se cada vez mais produtivo, no mesmo ritmo em que se consagrou sob o signo de *modelo*. A desvinculação do MST, tornou o Assentamento ainda mais interessante, por deslocar a imagem do grupo dos julgamentos, usualmente negativos veiculados pela mídia, realizados contra o MST. Não é por acaso, que a própria Presidenta Dilma Rousseff escolheu esse Assentamento para gravar parte de sua propaganda eleitoral, pleiteando a sua reeleição. A visita da Presidenta Dilma Rousseff foi relatada pelos entrevistados durante a pesquisa de campo.

poder público, possui regras rígidas de organização dos Sem Terras e na forma como a produção deve ser realizada. O MST institui, também, regras morais rígidas para a conduta dos seus membros e do relacionamento com o grupo. Melo (2003) descreve que, em documentos do MST, há orientações explícitas sobre o modelo ideal de militante, com características de personalidade e comportamento próprios a serem seguidos. Além disso, os documentos enfatizam a necessidade de controle dos militantes através da conscientização política e do combate aos “desvios ideológicos”. Os assentados percebem essas orientações como instrumentos de controle sobre suas subjetividades e formas organizativas, que não respeitam as particularidades de cada grupo. Crítica direcionada, também, às empresas de assistência técnica agrícola e às políticas coordenadas pelo INCRA, por serem homogêneas e desconsiderarem as diferenças físicas e sociais dos Projetos de Assentamentos Rurais, nas diferentes regiões do país.

Enquanto movimento desvinculado do MST, o Assentamento Mazzeto possui autonomia para estabelecer prioridades, de acordo com as demandas individuais e coletivas, desde o modo de construção da agrovila, até o modo da divisão do trabalho e da comercialização produção, obedecendo apenas às normas legais do Plano de Reforma Agrária. Os diálogos entre os trabalhadores e o MST foram mantidos, mas a vinculação formal foi negada.

Olha, a Vitória teve contato, eu não tenho certeza para te dizer a verdade, se ela teve contato com o MST se foi depois ou se foi antes. Mas, eu acho que foi depois que ela teve contato com o MST. Aí que ela ficou... tinha também com o pessoal da FETAEMG também. Só que também nós desviou tudo da FETAEMG e, agora nós ficou só nós. Nós é um povo assim... somos livres, igual passarinho, bate as asas assim e vai aonde quer! (risos)

//E: E vocês têm alguma parceria com eles (MST)?/ Ah, a gente tem, assim, uma relação. Não é direta, mas quando precisa da gente pra fazer alguma coisa, algum... pra participar de algum congresso, algum seminário, alguma coisa assim que precisa da gente pra tá explicando alguma coisa. Ou eles vêm aqui na área também. A gente tem esse tipo de relação, mas não é uma coisa muito direta não. (Margarida)

Apesar dos avanços na produção e visibilidade do acampamento, as negociações para a criação do Assentamento foram lentas, permeadas por conflitos, prolongando a estadia provisória do grupo por mais dois anos. O processo de formação do Assentamento chega até mesmo a ser arquivado e só foi reaberto em 2004, quando foram realizadas novas vistorias na área, até a finalização do relatório técnico que conclui que as terras podiam ser desapropriadas.

As audiências entre o INCRA e a proprietária da terra, onde o Assentamento seria construído, só terminaram em dezembro de 2005, quando, então, o pedido de desapropriação foi encaminhado para autorização do Juiz da 12ª Vara Especializada em Reforma Agrária de Minas Gerais. O pedido foi negado por falha na documentação e os acampados se mobilizaram, reunindo com o INCRA para o encaminhamento de uma segunda proposta. A criação do Assentamento oficializou-se de fato no dia 21 de junho de 2006, a partir da assinatura do documento pelo Superintendência do INCRA. (Dados do PDA do Assentamento Mazzeto, 2007)

De acordo com os assentados, apesar da regulação fundiária do Assentamento Mazzeto, o documento de posse da propriedade até 2010 estava com o INCRA. Além disso, a maioria das famílias ainda morava em barracas de lona ou moradias provisórias, aguardando a finalização das obras de construção da Agrovila, iniciadas em 2008.

O PDA informa que o perfil geral das famílias, em 2007, era composto por um grupo majoritariamente jovem, sendo 45% com entre 15 a 40 anos e, num total de 87 assentados, 51 eram homens e 37 mulheres. As mulheres apesar de estarem em menor número, se constituíram como lideranças, organizando tanto o processo produtivo, como também, participando e representando o Assentamento nos Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário e Segurança Alimentar e Nutricional.

Atualmente, o grupo ainda é composto por 20 famílias, com apenas a desistência de uma moradora. O assentamento tem agregado novos membros, devido ao casamento de alguns jovens e do nascimento de crianças. Os grupos de produção formados sofreram mudanças profundas, como informou Vitória em 2013, oferecendo o contraste com a situação encontrada na primeira etapa da pesquisa:

Os grupos mudaram, mudaram muito. Essa organização mudou porque, de acordo com as necessidades, com as próprias afinidades pessoais, mudaram esses grupos. Pessoas mudaram de um grupo pro outro, pessoas deixaram alguns, alguns deixaram de existir... Pessoas começaram a trabalhar individualmente. (...) Grupos funcionando, funcionando mesmo, existem hoje apenas 3, eram 5. (Vitória - 2013)

Além das mudanças na organização da produção, ocorreu a saída de todos os assentados dos Conselhos Municipais, alterando as formas de inserção política com as instâncias municipais. Esses aspectos serão aprofundados ao longo do texto. No próximo capítulo, discorreremos sobre as concepções teóricas sobre os movimentos

sociais e as ações coletivas, e apresentamos outros elementos do Assentamento, em diálogo com os dados produzidos no estudo.

Ainda era confuso o estado das coisas no mundo, no tempo remoto em que a história se passa. Não era raro defrontar-se com nomes, pensamentos, formas e instituições a que não correspondia nada de existente. E, por outro lado, o mundo pululava de objetos e pessoas que não possuíam nome nem distinção do restante. Era uma época em que a vontade e a obstinação de existir, de deixar marcas, de provocar atrito com tudo aquilo que existe, não era inteiramente usada, dado que muitos não faziam nada com isso – por miséria ou ignorância ou porque tudo dava certo para eles do mesmo jeito – e assim uma certa quantidade andava perdida no vazio. Podia até acontecer então que num ponto essa vontade e consciência de si, tão diluída, se condensasse, formasse um coágulo, como a imperceptível partícula de água se condensa em flocos de nuvem, e esse emaranhado, por acaso ou por instinto tropeçasse num nome ou numa estirpe...

(Ítalo Calvino, 2005)

4. SUBJETIVIDADES E ARRANJOS POLÍTICOS

O estudo dos movimentos sociais e das ações coletivas tem sido um campo rico de investigação para a Psicologia Social que, ao longo do tempo, buscou compreender o comportamento coletivo como um campo de interlocução entre a esfera da vida privada e pública. Algumas questões importantes como a dinâmica de constituição e ação de grupos, as motivações individuais que levam os indivíduos a agirem em coletividade, bem como as estratégias para ações coletivas e as formas de constituição do pertencimento grupal, inserem numa série de discussões e problematizações sobre esse campo científico.

As diferentes perspectivas teóricas para o entendimento do que é o coletivo, orientaram-se tanto no sentido de definir o que são os sujeitos coletivos e seus comportamentos, como também buscam por delimitações do cenário onde esses sujeitos coletivos emergem e atuam, ou seja, na caracterização do espaço político. As conceituações sobre esses dois elementos, o sujeito coletivo e o político, foram fundamentais para a construção de diferentes concepções, marcando distintas posições políticas, éticas e morais que influenciaram tanto o desenvolvimento da Psicologia Social, quanto a orientação das ações governamentais em face às reivindicações dos movimentos sociais e das comunidades.

Entre a diversidade de conceituações sobre o coletivo e, especificamente sobre os movimentos sociais e seus atores, interessa-nos nesse estudo compreender alguns aspectos que nos auxiliam compreender os movimentos rurais de luta pela terra e seus sujeitos. De modo a delimitar o nosso olhar sobre esses sujeitos na luta política e no processo de construção de subjetividades desse coletivo, que se desenrola no jogo político da constituição dos territórios *rururbanos* dos Assentamentos Rurais.

Desse modo, nos itens que se seguem discorreremos sobre alguns aspectos importantes sobre o desenvolvimento dos movimentos sociais e das ações coletivas, no contexto de transformações geradas pelo capitalismo e pela emergência do Estado democrático, no contexto internacional e nacional. Buscamos enfatizar as características dos movimentos sociais no que concerne a noção de sujeito coletivo e do espaço político construído a partir das mudanças sociais e econômicas. Apresentamos também, algumas construções teóricas que nos auxiliaram a compreender os dados coletados em nosso estudo, buscando articular a noção de subjetividade e arranjos políticos no território do Assentamento pesquisado.

4.1. Movimentos sociais e ações coletivas

Os últimos dois séculos foram marcados por profundas modificações sociais no mundo, decorrentes do desenvolvimento industrial, da expansão do capitalismo e do crescimento das cidades. Transformações importantes ocorreram também na cultura, influenciada pelo aumento do consumismo, das tecnologias e das novas experiências proporcionadas pelo urbanismo (SENNETT, 1996). Na cidade, as diferenças entre classes sociais tornaram-se mais evidentes, ao passo que a burguesia se fortalecia nos modos de produção capitalista e, por outro lado, a classe operária encarava condições precárias de trabalho e vida. A convivência entre os diferentes grupos sociais se configurou em um novo dinamismo da vida social e na emergência de antagonismos e conflitos sociais diversos, que questionavam as relações sociais hierárquicas tidas até então como naturais. A experiência de mobilidade social proporcionada pelo urbanismo e pelo capitalismo, trouxe à tona a pluralidade dos sujeitos e grupos sociais, acarretando em transformações profundas também no espaço público, como afirma Prado (2000):

O fim das chamadas comunidades hierárquicas e naturais, as quais mantinham os indivíduos retidos aos grupos onde nasciam, especialmente no que diz respeito as suas funções sociais, trouxeram novos modelos de vida coletiva. O sujeito passou de uma referência com pouca mobilidade social para a constituição da referência de interesses coletivos e mais tarde de identidades coletivas, não mais naturalizadas mas construídas socialmente; neste sentido, as desigualdades sociais passaram a se constituir enquanto novos discursos antagônicos, pois na chamada sociedade industrial, deixaram de ser entendidas como naturalizadas ou vinculadas à lógica de feudos...(PRADO, 2000, p. 153)

A maleabilidade das posições sociais proporcionou, assim, a emergência de muitas vozes populares em prol de distintas reivindicações. Para Prado (2000), nesse cenário, consolidaram-se dois modelos antagônicos de pensamento: o liberal-conservador e o utópico comunitário. Por um lado, os revolucionários comunitaristas, formados pelos trabalhadores e camponeses, buscaram por uma unidade e pela equivalência de direitos sociais, e, do lado oposto, os liberais defendiam a liberdade individual e de mercado, restringiam os espaços de participação política. Segundo Prado (2001), as rupturas ocorridas nos séculos XIX e XX acarretaram consequências também no plano psicológico, configurando de um lado um “individualismo moderno” e de outro a constituição de movimentos coletivos em busca de referência identitária.

Há, a partir de então o surgimento de novos atores sociais e novas formas de vivenciar o individual e o coletivo.

Também com o fortalecimento do Estado Moderno, liberal e democrático, há a ampliação das formas de participação popular, pautando-se na igualdade de direitos e deveres dos cidadãos. Essa ampliação baseia-se no fundamento da democracia como um sistema de *governo do e pelo povo*. Desse modo, os movimentos sociais passaram a representar os interesses populares na arena política, mobilizando lutas diversas por igualdade de direitos sociais, como mediadores entre a sociedade civil e o Estado.

Os movimentos sociais articulam, ainda, os interesses individuais e coletivos dos grupos sociais, atuando em um nível intermediário entre o macro e o micro. Sztompa (1998) enfatiza o caráter mediador da ação política via movimento social, afirmando:

...considera os movimentos sociais como mediações na cadeia causal da práxis social e os vê ao mesmo tempo como produto de mudanças sociais anteriores e produtores (ou pelo menos co-produtores) de novas transformações sociais. Os movimentos aparecem aqui como veículos, portadores, transmissores de mudanças incessantes e não como causa última ou mera manifestação artificial. Não crescem no vácuo, mas se juntam ao processo social em uma certa conjuntura e tentam influenciar seu curso. (SZTOMPKA, 1998, p.468).

Nesse sentido, o que torna um ato político é sua capacidade de influenciar na estrutura social, nas relações de poder e na ordem estabelecida, reforçando, modificando e a subvertendo. Entretanto, essa ação deve ser considerada em seu caráter duplo, que é tanto de romper com os discursos e práticas institucionalizadas, como também, de articular com lógicas institucionais existentes.

O termo *movimento social*, de acordo com Doimo (1993) surgiu por volta de 1840, relacionado ao movimento operário europeu, centrado nos conflitos de classe. Esse significado permaneceu até os anos 1960, sendo movimento social sinônimo da luta do proletariado contra as formas capitalistas de produção. A determinação econômica, a racionalidade e espontaneidade da organização dos movimentos sociais, marcava o processo de luta pela ampliação democrática e a busca pela revolução do proletariado (CARDOSO, 2011).

Com referências nas proposições marxistas, a luta de classes constituía a base político-ideológica dos movimentos em busca de transformação social e ainda orientava as análises teóricas realizadas. Há nesse momento, para Cardoso (2011), um abandono

das análises da função do Estado, uma vez que o foco analítico residia nos movimentos sociais, a partir da imposição do antagonismo sociedade civil *versus* Estado.

A partir das mobilizações de Maio de 68, há transformações no caráter político/ideológico dos movimentos. De acordo com Cardoso (2011), as reivindicações de caráter econômico dão lugar à questões relacionadas ao modo de vida coletivo. Para a autora, o movimento hippie nos Estados Unidos, e outros movimentos contracultura e anticapitalistas, foram exemplos de uma nova organização coletiva pautada em uma nova sociabilidade. A questão cultural e da subjetividade tornaram-se eixos mobilizadores para a formação de coletividades, que partilhavam de experiências e de um sentimento comum de injustiça e exclusão social.

Doimo (1993) também, considera que a partir de 1970 há uma transformação na orientação dos movimentos sociais. Além da questão de classe, surge nesse momento uma pluralidade de reivindicações e de sujeitos políticos com propostas emancipatórias diferenciadas, politizando outras áreas como a cultura e o cotidiano. O movimento feminista, as lutas LGBTs, o movimento negro, ambiental, entre outros, somam novas reivindicações no espaço político e demandam pela radicalização do projeto democrático via demarcação das diferenças dos grupos sociais. A luta pela igualdade de direitos através da visibilidade das diferenças dos movimentos sociais, mostra-se como uma estratégia política importante para desnaturalizar preconceitos e violências contra grupos específicos.

A igualdade entre os ativistas não relaciona-se mais a simples posição econômica, mas em compartilhar uma experiência comum. É o caso desses novos movimentos - movimentos feministas, movimentos LGBTs, movimento negro, movimentos de estudantes - que não se organizam pela posição de classe, mas baseiam-se na ideia de comunidade proporcionada por uma experiência comum (CARDOSO, 2011).

No caso dos movimentos populares, considerar apenas a situação econômica como mobilizador para a organização de seus membros também é incompleto, pois como nos fala Cardoso (2011): “(...) a condição da pobreza não torna as pessoas iguais na pobreza; quer dizer, participam desses movimentos, organizações, pessoas que, em termos de nível de recursos, têm grande diversidade, ou seja, bastante significativa.” (CARDOSO, 2011, p.240). Apenas a existência de relações de opressão não são suficientes para a formação dos movimentos sociais, elementos simbólicos são indissociáveis. Além das demandas concretas reivindicadas, o movimento social se

constitui, no campo político, através de novas significações sobre a realidade, onde os antagonismos sociais emergem de disputas simbólicas, na luta por interesses e por reconhecimento.

Nesse sentido, a configuração de um movimento social implica numa complexa rede de relações, processos de subjetivação e luta contra formas de opressão, em busca de um lugar legítimo no espaço político. Mais que isso, podemos dizer que o movimento social só existe através da construção de virtualidades, ou seja, na construção imaginária de outras realidades, que congrega crenças, valores, expectativas e utopias compartilhadas.

A centralidade da questão da classe social, por leituras sociológicas tradicionais, torna-se insuficiente para compreender as transformações dos movimentos. O ponto central questionado por essas perspectivas é a impossibilidade de se pensar em um ator único, determinado pela posição ocupada na estrutura societal, ou seja, pela centralidade na categoria classe social. A pluralidade e fragmentação dos sujeitos das sociedades contemporâneas, impossibilita a eleição de uma categoria como central e determinante para analisar as lutas emancipatórias que se desenrolam. Em contrapartida à hierarquização de categorias de análise, inserem-se questões de gênero, raça, orientação sexual, representando outras formas de poder e opressão social.

Para Melucci (1996), os modelos conceituais marxistas, privilegiam a dimensão econômica em detrimento de outras esferas igualmente importantes para se compreender a sociedade. Desse modo, esses modelos mostram-se incompletos para analisar os movimentos sociais, principalmente, referente às condições e motivações individuais para a ação coletiva e sua relação com a dinâmica estrutural. Análises que enfocam por um lado, exaustivamente os fatores macrossociais e/ou estruturais e, outras que abordam sob uma perspectiva demasiadamente psicológica, desconsideram as interações entre a dimensão individual e coletiva, como também da própria dinâmica interna ao movimento social.

O que há de novo nos novos movimentos sociais?, interroga Melucci (1996), em busca de compreender como os movimentos sociais produzem sentido para a ação coletiva nas sociedades complexas. Para o autor, os processos de formação dos movimentos são regulados por um difuso controle social que ultrapassa a esfera pública. A dimensão cultural apresenta-se como um eixo principal, a qual os movimentos disputam representação na esfera pública em torno de identidades coletivas dinâmicas e

mutáveis. O dinamismo dos atores políticos, considera o autor, é consequência da sociedade moderna, cada vez mais globalizada, imersa em um universo informacional.

Do mesmo modo, aponta Sader (1988), ao analisar o movimento grevista do ABC Paulista nas décadas de 70 e 80, que ocorreu uma nova configuração das classes populares no cenário público, que não aparecem como simples atualizações das estruturas dadas. Os novos sujeitos coletivos, identificados pelo autor, estão ativos no processo histórico, não sendo determinados pela posição no sistema. Sader (1988) observa, portanto, que existe um impasse ao buscar explicar os movimentos sociais por determinações estruturais, principalmente, no que se refere à questão da autonomia dos atores e do antagonismo ao Estado. A partir disso, ressalta a importância de se compreender as especificidades de cada movimento social e as mediações simbólicas e imaginárias que os perpassam. E conclui que os significados que orientam as ações coletivas é que definem determinado grupo, que fornecem sua identidade.

Embora, as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro de significações culturais que as impregnam. E, é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então identidades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais. E, certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela “estrutura já dada” é também produzida pelas interações e lutas de classe. (SADER, 1988, p. 44-45)

Entretanto, como podemos observar nessa análise, não é abandonada a concepção marxista de existência “objetivamente dada” das classes sociais. A tentativa do autor é buscar compreender o significado dessa objetividade, entendendo que a classe social é uma condição comum a um conjunto de indivíduos, mas que é alterada pelo modo como é vivenciada. Entende-se, que a reprodução social do capital necessita de representações simbólicas para que os sujeitos se reconheçam e possam identificar a si mesmos e aos outros. Os movimentos sociais são pensados como resultado dessas identificações que operam recortes nas combinações de classes (que não são previamente dadas). Esse é o reflexo do caráter ativo do processo que envolve a configuração das ações coletivas. Assim, para Sader (1989), o movimento social é resultado do imbricamento entre a condição social objetivamente dada – a classe – e os significados subjetivos elaborados pelos sujeitos, como manifestação orgânica do capital.

A ideia de sujeito nessa perspectiva é definida por sua autonomia, como aquele capaz de elaborar um projeto coletivo de mudança social a partir de suas próprias experiências, marcado pela pluralidade, mobilidade e mutabilidade social: “quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se em lutas.” (SADER, 1988, p.55).

Em relação ao contexto brasileiro, o período da redemocratização do país foi marcado pela efervescência dos movimentos sociais urbanos e rurais, com bandeiras de luta contra processos de exclusão das minorias. Nos anos 1980, os movimentos populares ocuparam as ruas, sendo a grande maioria apoiada pelas CEBS, e em seus pressupostos da Teologia da Libertação, ainda centralizados nas questões de classe social. Gohn (2003) salienta que a partir de 1990 há uma nova transformação na forma de atuação dos movimentos sociais em comparação aos movimentos anteriores, pois apresentam-se mais desmobilizados e passaram a desenvolver formas mais institucionalizadas de participação política, via criação de Conselhos (nacionais, estaduais, municipais), Fóruns, encontros, entre outros espaços participativos. Doimo (1993) desenha como causa para a desmobilização política, a institucionalização de militantes e lideranças que são incorporados pela administração pública nesse período.

Há uma modificação importante na forma de organização dos movimentos sociais e da relação estabelecida com o Estado. Se os movimentos populares dos anos 70 e 80 direcionam suas forças contra o Estado, a partir da década de 90 o Estado passa a ser, muitas vezes, aliado dos movimentos sociais, que incorporam novas estratégias políticas de reivindicação. Para Gohn (2003), os movimentos abandonam os processos de massa por associativismo ideológico ou político e passam a operar por mobilizações pontuais, tornando-se mais propositivos do que reivindicativos.

Para Helen e Issac (2002), os movimentos ampliam o projeto democrático, através de um dinamismo e do seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado. Os autores afirmam:

Movimentos sociais, associações e sindicatos mobilizam novos atores e levantam novas questões. Nesse processo, não só proporcionam um contrapeso em relação a formas mais burocráticas e centralizada de interesses, como também criam novas solidariedades, que desafiam diretamente, em muitas instâncias, certas desigualdades, impulsionando desta forma a própria democratização da sociedade em si. (HELEN; ISSAC, 2002, p.605).

A discussão sobre a participação social coloca-se como um elemento essencial para analisar os processos de redemocratização da sociedade e do surgimento de novos atores e processos organizativos que intensificaram, modificaram e sustentaram a democracia. De acordo com Silva (2004), a atuação dos movimentos coletivos foi fundamental para a efetivação do sistema democrático, ao colocarem seus interesses sociais no espaço público e desenvolverem meios de controle da ação estatal.

A emergência de novos atores sociais constituiu, como apontado por Lavallo (2003), em uma *nova sociedade civil* que impulsionou discursos emancipatórios e ampliou a expressão de interesses gerais na esfera pública através da mobilização social. Essa nova sociedade civil pode ser caracterizada pela diversidade de seus atores e por uma natureza coletiva e autônoma, que busca, via ação social, a modernização da sociedade, opondo-se ao mundo institucional e organizativo da política que se orienta por interesses particularistas. Para Costa (1997) os movimentos sociais entendidos como uma das formas de associativismo civil diferenciou-se, radicalmente, dos grupos de interesses institucionais da política, expressando interesses gerais e não de particularidades, tornando-se protagonistas no processo de *democratização da democracia* – termo usado por Costa (1997). Entretanto, Cardoso (2011), ressalta o cuidado necessário na análise dos movimentos populares e da emergência de “novos” e transformadores atores sociais, quando afirma:

Decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre sociedade civil e Estado, parece incompleto. A simples existência empírica de manifestações populares não autoriza conclusões a respeito de sua função política, pois elas estão referidas a um contexto que precisa ser descrito. Falta um mapeamento as diferenças entre os vários movimentos sociais; das condições de sua eficácia e dos contextos políticos que emergem. O processo de mobilização popular aparece, nessas interpretações, como resposta espontânea ao autoritarismo e à incompetência dos governos. Nesse quadro, a atenção dos cientistas se volta a esse sentimento “oposicionista-democrático” das massas urbanas e deixa à sombra a atuação do Estado. (CARDOSO, 2011, p.248)

Para Cardoso (2011), as análises dos movimentos populares, afastaram-se das discussões em torno das funções do Estado, pois a maioria dos movimentos surgiram em contextos políticos repressivos, e por isso, apresentam uma perspectiva antigoverno, enfatizando o confronto sociedade civil e Estado. Como nos fala Gohn (2003), após a década de 1980 essa relação entre sociedade e Estado é aproximada. O papel

desempenhados pelas organizações não governamentais (ONG), fundamentais a partir de 1990 segundo a autora, evidencia a proximidade com o Estado. A ação coletiva dos movimentos incorpora novos canais de comunicação com o governo e torna-se mais propositiva e dialógica.

Há uma ampliação de bandeiras de lutas e dos movimentos, que pulverizam questões de cunho cultural, sexual, ambiental, mobilidade urbana, entre outros. Essa heterogeneidade de demandas sociais alterou de modo expressivo a arena política, trazendo novos discursos e práticas que extrapolaram a esfera econômica, mesmo que de forma aparente. Temos a constituição do que se chamou de a *expansão do político* (PRADO; RODRIGUES, 2008), onde as barreiras entre a vida privada e a vida pública ficaram, cada vez mais, tênues. O trânsito entre essas duas esferas da vida permitiram emergir temáticas variadas, que estavam antes relegadas ao privado e que não eram reconhecidas por seu caráter político. Esse movimento acarretou na politização do privado, tornando o espaço político não mais apenas como o lugar da razão, passando a ser também das emoções e da emergência de subjetividades. O político é, portanto, definido como um lugar de significações, de disputas, de antagonismos, do não institucional.

Para Gohn (2003), os movimentos contemporâneos ainda se configuram como grupos de resistência na sociedade, em busca da construção do novo. Os movimentos progressistas são formas de empoderamento da sociedade e lutam contra diversas formas de exclusão social e denunciam injustiças. Mas, como a autora ressalta, nem sempre os movimentos são mobilizados por causas emancipatórias, alguns movimentos conservadores disputam o espaço político, propagando ideias de violência e intolerância.

Os movimentos contemporâneos com causas mais plurais, integram redes locais, regionais, nacionais e globais. Entretanto, movimentos populares, como é o caso dos movimento de luta pela terra, ainda denunciam opressões de classe e reivindicam direitos básicos, mas incorporaram novas demandas e estratégias de diálogo com o Estado.

4.2. Movimentos sociais e esforços de compreensão dos sujeitos políticos

A fim de compreendermos os sujeitos políticos do Assentamento Mazzeto, recorreremos ao conceito de modos de subjetivação. Usualmente, as análises sobre movimentos sociais e participação política respaldam-se na categoria identidade ou identidade coletiva, como utilizada por Melluci (1996). O uso do conceito de identidade é amplamente utilizado na Psicologia, como também, por autores de outras áreas da Ciências Humanas e Sociais, como forma de aproximação da discussão sobre a constituição dos sujeitos. É o caso, por exemplo, de Caldart (2000) ao falar da emergência da identidade Sem Terra, uma identidade política e cultural diferenciada, construída através do movimento de luta pela terra. Ao utilizar o termo identidade Sem Terra, Caldart (2000), retira a complexidade da constituição dos Sem Terra e fornece uma ideia de uniformidade, estaticidade e coesão de um grupo, que de fato emerge por uma multiplicidade de fenômenos e trajetórias individuais e coletivas variadas.

Vemos, entretanto, em Melluci (1996), a utilização do termo identidade como um processo dinâmico e não estático. Para o autor, a identidade coletiva tem uma função estratégica para o movimento social, como forma de identificação entre seus membros e diferenciação de outros grupos. Trata-se mesmo de um processo de alteridade, em busca de uma coesão e do estabelecimento de um pertencimento grupal. Porém, Melluci (1996) ressalta que a identidade nunca é homogênea, não se trata de uma unidade coesa, ela é permeada por constantes contradições e conflitos. Dentro de um movimento social, os sujeitos atribuem significados distintos para o processo da luta e, possuem crenças e valores divergentes. Para manter uma coesão grupal, necessária para a articulação política e a elaboração de um discurso coletivo, as disparidades e fragmentações internas são articuladas resultando em uma homogeneidade aparente. Esse processo fica claro, quando são tratadas nas entrevistas questões sobre as motivações para a entrada no movimento e as expectativas individuais:

A única... minha vontade que eu tinha era de vim (...) pra mim trabalhar, ter minha independência, trabalhar pra mim mesma, sem precisar de trabalhar a meia com outras pessoas. (Margarida)

O que motivou mais pra ocupar a terra foi isso mesmo, da gente ter uma perspectiva de vida melhor, porque a gente via que hoje mesmo, quem trabalha a meia é explorado demais, né. O que a gente esperava era isso, a gente ter o da gente pra gente poder... o que a gente plantar ter lucro. A despesa é toda da gente, mas o lucro também é todo nosso

né! Era isso que a gente mais esperava era isso mesmo, que a terra que é da gente, pra gente poder plantar pra gente mesmo. (Lena)

Ah, o que eu via, eu pensava que ia ser uma coisa, igual falava lá na televisão, que você chegava e num instante você já construía crédito pra fazer sua casa e crédito pra ir ampliando a produção e foi totalmente ao contrário, né, a gente viu que as coisas acontecem, mas que é bem lento e com muita luta, não foi fácil igual pregava lá. (Bernadete)

As falas refletem interesses individuais, relacionados ao desejo da autonomia nas relações de trabalho e na conquista da moradia. Essas questões são partilhadas dentro do movimento. O que as torna específica é a significação particular atribuída por cada assentado, que está, por sua vez, relacionada à história de vida de cada um e de seus valores e crenças sociais.

É a essa noção de unidade e de um “nós” interiorizado, que iremos nos contrapor, ao optar pelo uso do entendimento dos processos de subjetivação. Para Rose (2001), a subjetivação é:

(...) o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como sujeitos de suas próprias práticas e das políticas de outros sobre eles. (ROSE, 2001, p.139).

Desse modo, os sujeitos são marcados pela multiplicidade de relações e práticas, nunca estáticas. Rose (2001) aponta que a organização dos sujeitos, ocorre através de agenciamentos, frutos das conexões, forças e interações com os quais os sujeitos são associados.

A subjetividade engloba uma pluralidade de processos sociais, culturais, econômicos, como modos de subjetivação contingentes e históricos. Trata-se de uma perspectiva que se coloca em oposição a noção de uma interioridade identitária do sujeito, para trabalhar com a ideia de processualidade da constituição do sujeito (FERREIRA NETO, 2011). E desse modo, pensaremos os Sem Terra como processos contingenciais, por sujeitos que se articulam por agenciamentos múltiplos. A noção de identidade Sem Terra restringe as experiências e reduz os sujeitos apenas à luta pela terra. Sem Terra será considerado como um modo de subjetivação possível, não o único.

Ao analisar os relatos dos assentados sobre a experiência de “*Ser Sem Terra*” e do significado do envolvimento em um movimento de luta pela terra, não há um

entendimento coletivo comum, partilhado pelos assentados. Eles apresentaram posições contraditórias e permeadas por preconceitos, identificando uma relação direta entre Sem Terra e o MST, que por sua vez, os remete à ideia de violência.

Até quando você tava perguntando pro D. a questão do movimento, acho tão engraçado, às vezes eles vão falar: ‘a gente é Sem Terra, mas não é igual aqueles do MST não!’. Eu falo: ‘gente, é sim! A sociedade te enxerga do mesmo jeitinho, vocês tão achando que eles acham nós mais bonitinho que os outros? Lógico que não, Sem Terra é Sem Terra em todo lugar!’ (Vitória, 2010)

Eu não tenho nenhum pejorativo em me classificar de Sem Terra não. Não me diminui em nada como pessoa não, não tenho vergonha, não me diminui, entendeu? O pessoal me pergunta “onde é que você mora?”, eu falo “lá nos Sem Terra”. Porque Assentamento, muitas pessoas nem sabem direito o que quê é, mas se você falar Sem Terra, todo mundo sabe né? Sem Terra é apelido do assentado! (Bernadete)

Eu não considero igual (*aos Sem Terras do MST*), porque é como eu tô te falando, aqui não tivemos nenhum tipo de violência, embora tivemos que lutar demais e de sofrer a violência imposta por parte dos governos. E essa violência, essa não aparece na TV, essa não aparece, o que você passa, a sua condição, essa ninguém mostra. (Carlos)

A partir dessas falas, ser Sem Terra se refere a uma luta específica, do MST, com a qual muitos não se identificam, pois a consideram violenta. Há uma reprodução de concepções de que a luta dos militantes do MST é sempre violenta, ideia, muitas vezes, veiculada fortemente pela mídia para deslegitimação do movimento.

Ih eu acho o MST muito baderneiro. Porque, simplesmente, eles podiam ser mais tranquilos? (...) Eu acho assim que eles deviam ter assim, um pouco mais de tranquilidade, mais um pouco de coisa pra reagir, nó. (Margarida)

Agora eu acho assim, o modo d’eu pensar assim, eu acho que tem que ter a Reforma Agrária? Tem. É direito desse pessoal de ocupar terra? Sim, é direito, mas sem fazer baderna. Eu acho que não. Matar criação dos outros? Também acho que não, não deve fazer isso porque a gente, ah eu não sei, eu não acho certo. (Marta)

Ah eu acho assim, às vezes, tem muita gente que tem receio, preconceito, mas aparece muitas coisas na televisão, hoje em dia mostra mais as coisas ruins né, mas não mostra as coisas boas que acontecem no assentamento. Nem todos né, acontece né, o que a gente vê na televisão. Só passa as coisas ruins né, “o MST faz isso, o MST tá fazendo isso” e não é assim, não é. Como a gente mesmo aqui a gente nunca teve conflito, nem nada, graças à Deus. (Laura)

Os entrevistados relatam um desconhecimento sobre o MST e pelas políticas de Reforma Agrária,. A entrada dos trabalhadores, em sua percepção, é motivada pela possibilidade de trabalho e acesso a terra, e não à uma vinculação político/ideológica: “A gente começou a participar da Reforma Agrária e aí a gente foi entender o que que era a Reforma Agrária” (Laura).Desse modo, a partir do envolvimento no movimento que os sujeitos começam a questionar algumas ideias sobre a condição de trabalhador rural e a construir sentidos sobre sua experiência Sem Terra.

Eu penso é o seguinte, a gente aprendeu alguma coisa nessa caminhada... que igual, por exemplo, sou contra qualquer tipo de violência, não sou a favor de violência, nem de MST, nem de movimento nenhum, mas por outro sei também que se você cruzar os braços você não vai chegar em lugar nenhum. Então alguma pressão, ocupação tem que fazer. Igual a gente aqui, tivemos uma ocupação pacífica, embora fomos julgados, fomos pro banco de réus, tivemos reintegração de posse, embora passamos por todo esse processo, mas nunca teve problema né... Fomos despejados, mas não chegou assim a uma violência, entendeu? Só que quando a mídia mostra uma violência, mostra o MST arrancando laranjal, queimando trator essas coisas assim, aquilo assusta o público, é uma violência... mas, uma violência muito maior é o que fazem com o pessoal do campo e fica tudo escondido, né. Uma violência que tira a dignidade, que tira a esperança, é o que você vê por aí...(Carlos)

Vitória considera, também, que a ausência de identificação dos assentados com a denominação Sem Terra, relaciona-se ao nível de participação no processo de luta - ocupação, acampamento, assentamento. Alguns assentados, integram-se ao grupo em momentos diferenciados. Durante a pesquisa, foi esclarecido que algumas famílias, elegeram, por exemplo, um membro como representante e, após a aquisição da terra é que o restante dos familiares mudaram-se para o Assentamento. Vitória mantém este argumento nos dois momentos em que foi entrevistada, explicando:

Isso aconteceu muito, porque essa terra tem um valor pra algumas pessoas e pra outras, tem outro. Aqueles que não vivenciaram a história desde o começo aqui tem um peso, então, tanto faz. Alguns que tão desde o começo, mas viram isso aqui só como um.... não é nem mudança de vida.... viram isso aqui como ter uma moradia, porque nunca tiveram, vê de um peso e tem aqueles que acreditam de uma forma diferente, de luta. De ascensão social... não é nem ascensão, é uma entrada na sociedade, ter um direito social, porque a luta não é só por reforma agrária, é por reforma social! É acesso à educação de qualidade, é acesso à alimentação, então é um monte de coisa que envolve a reforma agrária e a maioria nem percebe isso, não tá preocupado com isso. (Vitória, 2010)

Essa origem de Sem Terra... é como se fosse um estigma né, você foi assentado, você tem a posse da sua terra, mas isso você nunca mais deixa de ser, você vai continuar a vida toda sendo... essa questão de... dessa coisa né de ser, de ter Sem Terra... Claro que vai divergir! Porque quem não participou da ocupação, não participou da luta, não participou da luta para a melhoria né, para ter água, para ter luz, para ter habitação de alvenaria não dá o mesmo valor, para quem chega e já vai para uma casa de alvenaria direto. Já tem energia elétrica, de ter água encanada, e, acaba achando que tem mais direito do que quem já batalhou desde o começo. Acho que esse é um grande problema! E que vai desvirtuando quem não tem muita é... não tem muita certeza do que quer. (Vitória, 2013)

Vale ressaltar que, como liderança, Vitória possui uma trajetória de militância política anterior, apesar de afirmar desconhecimento sobre os movimentos de luta pela terra. Porém, ela enquanto técnica agrônoma, realizava consultorias técnicas para o PRONAF. Desse modo, Vitória possui conhecimento político e se apropria dessa experiência de ser assentada e de participar do movimento de forma mais ampla. Como Cardoso (2011) aponta, os movimentos sociais não são espontâneos; necessitam de apoio e de agentes organizativos mais intelectualizados para a organização do grupo. A função de Vitória, seria de ser esse agente organizador, que possui uma legitimação do grupo para liderá-lo.

Uma das questões levantas por Vitória, sobre as transformações do grupo desde a pesquisa de campo realizada em 2010, foi o crescente esmaecimento nesse modo de subjetivação, *ser Sem Terra*. Ela descreve esse processo da seguinte forma:

Eu acho que o que tá perdendo muito é essa questão de você se ver realmente como trabalhador rural Sem Terra, todo mundo quer esquecer isso... A gente até já cogitou uma ideia de deixar uma barraca de lona lá, pra todo mundo olhar de vez em quando e, lembrar “oh! você saiu daí, não adianta você ter essa casa de alvenaria não, não esquece a sua origem!”. Mas, as pessoas não concordaram... Eu acho que não pode perder a origem não. Eu acho que as pessoas, infelizmente, a gente vive numa sociedade que vale o que a gente tem e não o que você é. (...) eu acho tão nobre quando você é agricultor, você ser o agricultor que batalhou, mudou a sua história, que adquiriu um pedaço de terra e depois, você esquecer isso de uma hora para outra, isso é muito triste... // E – Mas você percebe que... quem que quer esquecer lá dentro?// Os jovens, os filhos e, alguns dos assentados antigos, principalmente os jovens né... E quem chegou depois! Por exemplo, a gente tem um caso lá muito interessante, porque era a sogra que participava e ela faleceu e, aí passa como herança, passa para os filhos, ela tinha vários filhos e só um quis, então a esposa desse filho fala constantemente: “ah! tem que mudar esse nome Sem Terra! Não pode falar isso não!”. Quer dizer, nem entende a origem do negócio e quer mudar! E eu acho muito triste, muito triste, acho que você tem que valorizar a sua cultura... E por um lado, tem um grupo que tá resgatando isso, que tá sempre conversando, sempre recebendo estudante, contando a história. Porque eu acho que é uma questão de valor mesmo, muito interessante, acho que você não pode perder isso Acho que toda vez que você reconta um fato, você vive ele de novo! (Vitória, 2013)

Nessa passagem, temos vários elementos importantes de análise, um primeiro ponto refere-se ao esquecimento do grupo de sua origem, de uma cultura Sem Terra – usando os termos de Vitória –, que, por sua vez, remete a uma necessidade de dissociação do grupo de uma “identidade” tida como negativa. Outro aspecto é a ocorrência do “esquecimento” por parte de novos membros e/ou jovens, resultado de uma possível desvalorização e desqualificação do processo de luta. Ao mesmo tempo, há um movimento contrário de assentados que recontam a sua história, como forma de restabelecer a origem e a importância do movimento.

Além das diferenças entre a experiência de ser Sem Terra, *tensões internas* de convivência cotidiana permeiam o Assentamento. A convivência em comunidade, onde o local do trabalho é também o espaço da moradia, impõe tensões entre o individual e o coletivo, ou entre o privado e o público. As divergências ocorrem desde opções religiosas opostas, até a entrada de visitantes (parentes) no assentamento. Durante a pesquisa, foi possível observar como essa dinâmica ocorria. As casas estavam quase sempre abertas, os assentados circulavam entre as casas frequentemente, até mesmo durante as entrevistas era difícil manter uma conversa particular. Havia se estabelecido uma relação comunitária forte, mas que não estava livre de tensionamentos e brigas entre vizinhos, desacordos em relação à produção, ou a forma de construção das casas. Vitória criticou bastante, em seu depoimento, a dificuldade da convivência e construir negociações em torno de prioridades para o assentamento.

ah, tem hora que eu tô cansada, sabe, tem hora que eu fico achando que eu tô correndo atrás do vento... outro dia eu falei na reunião, eu falei: ‘acho que eu tenho uma ideologia e vocês devem ter outro e eu não tô conseguindo... a gente não tá conseguindo falar a mesma língua, o quê que tá acontecendo? Porque não adianta, as pessoas esquecem muito rápido o sofrimento que tiveram! Eu, em momento nenhum eu gosto de me impor, sabe, como liderança, eu não gosto disso não! Eu fico olhando assim que esquecem rápido. Quanto mais avanço a gente tá tendo em estrutura, mais egoísta eles vão ficando, eles não percebem que a gente só tá avançado que é porque é coletivo, que é um grupo, aí eles vão se individualizando cada vez mais e ficam mais longe um do outro, não querem ter política de boa vizinhança. Já tá todo mundo querendo pôr muro na agrovila! (Vitória, 2010)

Os assentados, apesar de possuírem uma origem rural, apresentam expectativas diferenciadas sobre o Assentamento e, algumas vezes, tendem a reproduzir relações de

poder tradicionais do campo, como é o caso do desejo de construir muros, colocar cercas, criar gado. Há um imaginário da figura do fazendeiro tradicional como homem “bem sucedido” do campo da qual alguns buscam se apropriar, nesse sentido, o oprimido buscando ocupar o lugar do opressor.

Desse modo, mais uma vez, percebemos que a experiência de assentado confere uma série de tensionamentos internos, complexificando a construção de um território coletivo. Outro elemento identificado como uma categoria de análise em relação aos conflitos internos foram as *tensões geracionais*, referente às expectativas dos adultos sobre os jovens, para a continuação do assentamento. Vitória aborda muito essa questão como um problema importante que o assentamento deve solucionar, em diferentes momentos de sua participação no estudo.

Então, essa questão de geração a gente viveu um conflito fortíssimo há dois anos atrás, quando os meninos, alguns adolescentes foram embora, queriam trabalhar fora e hoje, eles retornaram, viram que não é aquilo... que tem que estudar e que tem que preservar aquilo que tem... E a nova geração, que está entrando na adolescência começa a trazer os mesmos problemas de novo, é a fase de contestar. Por exemplo, eu tenho uma filha que é adolescente que falou muito claro para mim que eu acho lindo falar que fui para lá por opção, mas que eu não perguntei para ela se ela queria, então que ela foi por imposição minha. Então assim, eu virei pra ela e perguntei “uai, e aí? Você vai querer ficar? Você vai querer sair?”... então assim, é um momento que eles estão contestando a existência e é muito complicado... E ainda é muito forte!... (Vitória 2013)

Então eles acham, os meninos todos aqui, os rapazinhos mais jovens acham que têm que arrumar mulher rica pra manter eles. Que é o que o outro faz, né? Tem carro, tem roupa de marca, viaja de avião, então eles acham que tem que ser assim. Então, eu acho isso muito ruim, muito negativo (...) E o desinteresse dos jovens aqui tá cada vez pior (Vitória, 2010.)

mas eu acho que o problema tá na família, sabe, na estrutura. É lá nos pais! Não é? O filho só reproduz aquilo que ele vivencia no cotidiano dele, então se o pai não tem uma identidade aqui com a terra, o filho vai ter? Eu fico triste, porque tem um menino aqui... Ele tá com 22, ele não estuda, não trabalha, não faz nada. Aí o outro irmão que já ia pro segundo grau parou de estudar e a mãe acha super normal. Aí você fala pra ela: ‘Dona tem que, vamos, tem que pôr eles pra estudar, bota no EJA’, aí: ‘ah, não, eles não querem, não posso fazer nada!’. E ele é difícil! (...) Menospreza os companheiros, porque ele valoriza as coisas de marca, sabe? Coisa cara, ele fica falando isso o tempo todo! E assim, quer celular, quer daqueles melhores, é um... ele é muito desajustado e não quer estudar! Eu matriculei ele numa escola familiar agrícola ele ficou lá uma semana, depois eu arrumei um problemão com a mãe pra ter que buscar ele de volta. A gente colocou ele no curso de solda, soldador mesmo, aí ele podia desenvolver alguma coisa aqui, fazer umas lixeiras, pergunta se ele foi lá, a gente dando o dinheiro pra pagar a mensalidade e ele gastou o dinheiro, acumulou as mensalidades todas! E a família não ajuda! Ele quer ser rico! Ele fala que ele quer ter dinheiro, trabalhar na terra, sujar, nem pensar! Aí os outros que tão

trabalhando, desenvolvendo alguma coisa, ele fica tirando de cabeça: ‘você é bobo, isso não dá nada não, você não tem que ajudar seu pai não!’. Aí, não sei onde a gente vai parar não! E só ta começando, né... (Vitória, 2010.)

A questão da juventude rural é frequentemente debatida nos assentamentos rurais, que buscam construir estratégias para a “permanência do jovem no campo”. A manutenção dos jovens, parte da ideia da necessidade de continuidade da luta e apropriação do território conquistado, em prol da sobrevivência do movimento. geração. Essa demanda é percebida pela nova geração, muitas vezes, como restrição a liberdade de suas escolhas e experiências. Em algumas visitas realizadas, Vitória me confidenciou dos embates constantes com a filha adolescente, que a confrontava com a seguinte sentença: “*a escolha de vim para o Assentamento é sua, não minha!*” Essa contestação suscitava dúvidas, oscilando entre a necessidade de realizar um processo intenso de conscientização política com os jovens, no sentido de educar sobre a importância do movimento, ou em, simplesmente, aceitar a existência de uma posição contrária e permitir que os jovens experienciem outras possibilidades.

Por frequentarem as escolas do município e participarem (ou tentarem participar) dos eventos culturais da cidade, como festas, shows, feiras, os jovens possuem maior circulação entre os espaços cidade e campo do que os adultos. A convivência diária com jovens “urbanos” e outros modos de ser que ultrapassam a experiência do camponês tradicional, os tornam mais flexíveis para dialogarem com outras culturas e valores. Por sua vez, os adultos sentem-se ameaçados, pois temem por uma “contaminação” do urbano no assentamento, valorizando uma suposta “pureza” rural.

A interlocução dinâmica da juventude com cidade, aponta as inevitáveis mudanças enfrentadas pelo rural e da impossibilidade de construir fronteiras e restringir a emergência de novas experiências. A própria interação e dissociação entre o urbano e rural é que caracterizam os Assentamentos como territórios essencialmente rururbanos. É evidente, entretanto, que a tensão geracional impõe desafios para a continuidade do movimento de luta pela terra e dos seus contornos futuros. Questões que devem ser dialogadas com os jovens para além da doutrinação política e ideológica, recurso ainda muito utilizado pelo MST. O que reivindica a juventude parece ser o direito à experiência, em busca de construção de uma trajetória autônoma de escolhas.

4.3. Os assentados: subjetividade e lutas políticas no Assentamento Mazzeto

A noção de *parresía* desenvolvida por Michel Foucault, em 1983, na obra: “Governo de si e dos outros”, será utilizada para auxiliar na compreensão de como os assentados inserem-se na arena política municipal e negociam suas demandas e interesses

A retomada da noção de *parresía* por Foucault (2010, p.42.), em textos filosóficos da Antiguidade, teve como função abordar o problema central de um curso por ele ministrado que buscava compreender como a partir da questão do governo de si e dos outros “(...) o dizer-a-verdade, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros.”

O significado original da palavra grega *parresía* é “dizer tudo”, mas, usualmente, utilizam-se outras traduções como: “fala franca”, “liberdade de palavra”, “dizer-a-verdade” (FOUCAULT, 2010). Está relacionada à noção de franqueza, que consiste no enunciado da palavra que pretende dizer a verdade, palavra pela qual aquele que a diz faz profissão de verdade e se identifica com o enunciado verdadeiro. Além disso, a *parresía* se desenrola em um espaço político constituído, sendo necessária e universal no campo da política. A política necessita de *parresía* (FOUCAULT, 2010, p.43).

A partir dessa ideia da dramática do discurso verdadeiro, Foucault (1983/2010) propõe pensar sobre a existência da dramática política do discurso verdadeiro, da possibilidade de construção de uma genealogia do discurso político propriamente dito. Pensar sobre como se constrói, desde a Antiguidade, o discurso do conselheiro, do orador público, do revolucionário, etc. Para o autor, antes da *parresía* se referir a uma qualidade ou virtude, portanto, a uma dimensão individual, ela se refere a estrutura da cidade e a uma estrutura política. Ou seja, na cidade sob o regime democrático, por exemplo, não são todos que tem direito a palavra, apenas os que possuem a qualidade de ser cidadão (*dêmos*). A *parresía* aparece, assim, como liberdade, não de todos, mas dos cidadãos de tomar a palavra no campo da política.

Na democracia, além da *parresía*, a noção de isegoria é fundamental. A isegoria se define como: “(...) o direito constitucional, institucional, o direito jurídico concedido a todo o cidadão de falar, tomar a palavra, sob todas as formas que essa palavra pode tomar numa democracia: palavra jurídica, política, de interpelação, etc.”. E a *parresía* já

seria a “*prática política efetiva*” (FOUCAULT, 2010, p.172). A *parresía* faz parte do jogo da democracia: quem vai tomar a palavra, quem de fato exercerá influência sobre a decisão dos outros? Quem será capaz de persuadir e servir de guia aos outros? A questão da *parresía* não é, portanto, da ordem da distribuição igual da palavra a todos os cidadãos, mas de quem é capaz de exercer a ascendência sobre os outros. Trata-se do jogo do direito da palavra, não apenas do jogo da verdade.

Foucault na “Aula de 9 de fevereiro de 1983” cita o discurso de Isócrates em relação a problemática da ascendência e de quem pode tomar a palavra em uma assembleia. Isócrates diz:

(...) nem todos são tratados na assembléia do mesmo modo. Uns são acolhidos, enquanto outros são expulsos. E são expulsos por quê? Pois bem, porque não falam de acordo com os desejos da assembleia. E, porque não falam como a assembleia deseja, são expulsos. Ora, diz ele, isso é algo perfeitamente injusto, que perturba o próprio jogo da democracia e do dizer-a-verdade. (...) E por conseguinte uma assembleia deveria ouvir melhor os que falam contra a sua opinião, dela, do que os que não fazem mais do que repetir o que ela pensa. (FOUCAULT, 2010, p.174-175).

A noção de ascendência nos inspira a construir entendimento sobre o jogo político e a constituição dos sujeitos assentados no seu exercício político. É notável a construção das lideranças como exercício de relação com outros, nem sempre dispostos ao risco de se erguer aos olhos dos pares.

o quê que atrapalha aqui no Mazzeto, eles não têm coragem de discutir, por exemplo, assim, eu sou muito franca, então se eu tiver que falar alguma coisa com você eu vou falar, eu não ficar... eles não têm essa capacidade não, então fica com aquelas articulaçõeszinhas... (Vitória, 2010)

4.3.1. Participação nos Conselhos

Os assentados durante as entrevistas mostraram-se desestimulados e desacreditados na eficácia da sua participação nos Conselhos e outras atividades da Prefeitura, apesar de reconhecerem ser fundamental para o desenvolvimento do assentamento. No primeiro momento da pesquisa, o assentamento estava em constante articulação com os poderes locais, principalmente, a liderança que tentava participar de várias reuniões e atividades da Prefeitura, mesmo reconhecendo que não era uma tarefa fácil, sendo permeada por preconceito e relações de poder da região. Nesse período, os assentados estavam inseridos em três Conselhos Municipais: o Conselho Municipal de

Saúde, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário Sustentável. Além desses, dois entrevistados participavam do Conselho da Escola Municipal.

A participação nos Conselhos é percebida diferentemente pelos assentados, aqueles que participavam dos Conselhos de Saúde e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, consideram que as demandas eram atendidas e respeitadas.

A participação é boa, não é ruim não. (Marta)

Mas, assim, das Conferências, das Pré-Conferências de Saúde, eu sempre participo. (...) Ah assim, às vezes escuta (*as demandas*), porque eles anota tudo que a gente escreve né, põe tudo na ata e tudo. Acho que eu tenho até aí um certificado de um que nós participamos, na primeira vez, , tenho até certificado quer ver?. Mas aí até que eles ouvem bem, convida, empurra a gente pra a gente tá participando e nesse dia a gente colocou é, avisou todo mundo que tinha é, pra tá indo, e acabou que não deu pra ir. (Laura)

A gente conversa, vê qual que é a melhor maneira de estar resolvendo os problemas né. Conversa, a gente manda, tem uma dona aí, que também ajuda sempre muito a gente aí, sempre quando tem alguma coisa ela diz “cêis escreve aí, anota aí qual que é a necessidade do assentamento pra gente tá levando na reunião”. Que ela também fazia parte do Conselho de Saúde, agora esse ano ela saiu.(Lena)

O presidente é uma mulher, que repassa as reuniões, a gente tem que tá presente, representando o assentamento, pra quando sair alguma verba ou alguma coisa, aí ela só vê aonde que vai encaixar a verba no quê que vai encaixar... Se a gente tá participando, se a gente tiver participando é porque a gente, a pessoa tá interessado, se a pessoa não ta participando, é porque não tá interessado. (...) Aí vamos supor, tem cada entidade participando, por exemplo, o que quê eu preciso aqui? Vamos supor que a gente tamos precisando aqui de um campo de diversão pras crianças. Aí ela já vai saber, do negócio do Assentamento Mazzeto eles precisam disso aqui, eles precisam desse tanto de dinheiro pra fazer isso aqui, pra ela saber como que ela vai aplicar a verba. (Margarida)

A partir desses relatos das assentadas, podemos inferir que elas sentem que as demandas são acolhidas, ou como Laura fala são “anotadas”. Diferente da liderança Vitória, essas representantes não possuem discurso político articulado e um entendimento dos processos envolvidos na participação dos Conselhos, porém são vozes importantes e conseguem dirigir demandas pontuais sobre as necessidades dos assentados. Marta, relata uma experiência pessoal, em que seu filho havia ficado doente e necessitava ser transferido para um hospital mais distante e que não possível por falta de ambulância. A partir desse fato, ela leva a demanda para o Conselho de Saúde e a

proposta é acatada com o pedido de compra de mais ambulâncias para o município, uma questão pontual, mas que possuiu um impacto. Também, os representantes do Conselho da Escola Municipal, viabilizaram o transporte das crianças do município após inúmeras reivindicações e pressões por medidas. Apesar de conquistas importantes para os assentados, a entrada nessas instâncias de participação poderiam ser ampliadas, com propostas de desenvolvido mais efetivo, como é o caso da ausência de saneamento básico e do tratamento da água que gera adoecimento constante nas crianças e nos adultos, principalmente, decorrente das verminoses. O exercício político por direitos básicos ainda é precário e muitos assentados não pressupõem a atenção a questões estruturais básicas como um dever do Estado, mas consideram como um benefício para a população, afetando tanto o conteúdo e a forma como as demandas chegam aos Conselhos.

Já no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário Sustentável, a participação é tensionada por relações de poder, autoritarismo e constrangimentos contra os assentados. André revela as dificuldades de diálogo enfrentadas na seguinte passagem:

Os dois anos que eu estive no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, na gestão anterior, as propostas da gente eram bem aceitas, era discutidas... você tinha voz. Então eles vinham aqui: ‘ah, então a demanda é a estrada. Então vamos mandar arrumar a estrada do assentamento. Agora a demanda é canalizar a água de vocês.’ Que são as prioridades que são políticas municipais, que são políticas do município mesmo. Então, agora, o que você quer de um município, que se eu for às reuniões de conselho, onde eu estiver o secretário de agricultura falou que não tá. Aí começa a virar coisa particular, pessoal, aí você quer falar com o Prefeito e ele te chama de forasteiro, porque eu fui discutir com ele o incentivo que ele tava dando pro leite, eu falei pra ele assim: ‘mas o assentamento tem mais necessidade desse incentivo, de ser mais barato, porque são famílias carentes, tão começando agora’. Ele falou: ‘olha, as famílias produtoras de leite estão há 40 anos no município, vocês chegaram ontem’. Quer dizer, então você é de fora e você não tem direito e é o contrário, porque o assentamento ele vem puxando verba a mais pra saúde, a mais pra educação, a mais pra agricultura. São verbas específicas que o governo federal tem como repassador a Prefeitura e que não chega até nós. Por exemplo, a saúde, o PSF do (distrito próximo) era vinculado a Casa Branca, com a criação do assentamento, veio a verba federal pra criar uma unidade de PSF aqui e o que que melhorou pros assentados? Nada! Continua a mesma coisa, tendo dificuldade pra marcar consulta, a mesma porcaria! (...) Então, assim, tem as verbas, a gente sabe que vem, a prefeitura, por exemplo, a verba pra perfuração de um poço artesiano aqui. Ela existe, só que quem que é o executor tem que ser o poder público municipal. Quando que vai chegar a ser perfurado esse poço aqui? Veio uma proposta, teve uma reunião, dizem que vão perfurar agora, mas aí vai servir de que? De política por Prefeito, é ele que tá fazendo, não é porque, sabe, existe as leis. Então, a política que é aplicada nos municípios aqui são aquelas políticas ridículas de que o Prefeito é bonzinho, que ele faz, que não é direito. (André)

Como André informa, as políticas para o assentamento são moduladas pelos mandatos dos Prefeitos, não existindo uma proposta a longo prazo de integração e desenvolvimento do Assentamento. Os assentados ficam dependentes das prioridades políticas de cada governo, que usualmente favorece os grandes agricultores da região em detrimento do incentivo à agricultura familiar e ao fortalecimento do Assentamento Mazzeto. Durante a pesquisa, realizei contato com a Secretária de Desenvolvimento Agrário e foi observado o descaso com as questões do Assentamentos, muitos funcionários até mesmo desconheciam a existência dos Sem Terra no município. As preocupações da Secretária e do Conselho voltavam-se apenas para taxar o preço dos tratores da Prefeitura para uso pelos produtores da região e aquisição de insumos químicos, políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar não foram sequer mencionadas. Importante destacar que grande parte dos membros do CMDRS eram funcionários da Secretaria, assim como o presidente do Conselho na época. Além disso, a Prefeitura prestava serviços particulares para os fazendeiros da região, cedendo carros da Prefeitura para o transporte e comercialização de mercadorias em mercados locais e da RMBH, como também realizavam assessorias técnicas em agropecuária para benefício particular. Desse modo, a crítica abaixo apresentada de Vitória procede:

Os conselhos na verdade, desses municípios pequenos eles existem porque tem que existir e é uma coisa bitolada, fica lá discutindo... por exemplo, conselho de agricultura, conselho de desenvolvimento rural aqui sustentável, ele fica discutindo lá é hora de trator, despoldadeira de mexerica e leite, só leite, só uma cultura capitalista que não envolve o assentamento, então... o de educação é curso em técnico em mineração, segurança do trabalho, é criar mão-de-obra qualificada nada voltada pra área rural. (...) não, eles não querem Reforma Agrária aqui não. O desenvolvimento agrário aqui, ele tá dentro do Conselho Rural Sustentável e o conceito que eles têm de desenvolvimento agrário é melhorar as propriedades rurais já existentes, é melhorar estrada... é isso que é o conceito que eles têm! Eles não querem divisão de terras... (Vitória, 2010)

Outro aspecto mencionado foram os benefícios, em termos de verbas para o município, que a criação de um Assentamento gera. Medeiros e Leite (1998) mencionam que o Assentamento pode potencializar o desenvolvimento econômico e trazer ganhos para as localidades que se inserem, porque o assentamento tende a agregar novas políticas nacionais de desenvolvimento social. Entretanto, como dito por André, o repasse é precariamente realizado. As políticas não são entendidas dentro da esfera de direitos, mas são utilizadas pelo governantes para pleitear novos mandatos e favorecer a

elite do município. Como exemplo, atualmente há uma política nacional para que os municípios comprem alimentos de pequenos agricultores para as creches e escolas municipais, porém no município em questão a Prefeitura não realiza parceria com o Assentamento Mazzeto, comprando apenas leite dos fazendeiros, já que são os grandes produtores da região e tem como atividade agropecuária principal o mercado leiteiro.

O exercício participativo é, assim, atravessado por impasses e pela deslegitimação das questões dos Sem Terras. Além do desconhecimento dos direitos dos camponeses, o poder local pressiona e inibe a participação dos sujeitos, não atendendo as demandas geradas pelo Assentamento Mazzeto. Apesar de criação de um assentamento rural implicar na redistribuição de terra e, portanto, na redistribuição de renda, parece não resultar efetivamente na diminuição das desigualdades sociais e da opressão sobre os trabalhadores rurais. O que se observa é a manutenção de lógicas tradicionais no campo, orientadas para o desenvolvimento do agronegócio e, com descaso com as causas do campesinato.

se tem que inserir (*nos Conselhos*) tem, mas como, quais as estratégias é que a gente não tá sabendo... aqui, assim, tem uma política ainda de intimidação, de uma ameaça, tem aquele negócio velado assim que é perigosíssimo e a gente tem até medo, porque essa administração de agora, atual, ela tem todo uma posicionamento de bater, de mandar matar... (André)

Os Conselhos, acho que talvez é uma deficiência nossa, mas são umas coisas muito fechadas, totalmente voltados politicamente para o Prefeito ou para aquele grupo, então desanima você a participar, porque você nunca tem voz, nem vez no Conselho... (Vitória, 2013)

Atualmente, nenhum assentado participa dos Conselhos, esse esvaziamento relaciona-se à ausência de representatividade e legitimação que o grupo possui dentro desses espaços institucionalizados. Além disso, na última entrevista com Vitória, a desmobilização e desmotivação do grupo foi bastante mencionada. Ela relata que a organização coletiva enfraqueceu-se à medida que o Assentamento foi se desenvolvendo. Em suas palavras: “Porque desenvolveu o Assentamento, tem moradia e tudo, mas a questão de formação piorou muito. (...) É, politicamente, socialmente, a questão social perdeu muito. Evoluiu na questão material e regrediu na questão social. Isso é a minha avaliação.” (Vitória, 2013). A coesão do grupo foi diminuída e as causas individuais foram se sobrepondo às coletivas. Esse processo, apesar de relatado com maior precisão nesse segundo momento, já havia sido apontado por Margarida que fala da diferença do movimento antes e depois de criação do Assentamento Mazzeto:

Antigamente, no início, a gente reunia muito, tudo era discutido em grupos, em reunião, a maioria aqui opinava se ia fazer uma coisa, a maioria que ganhava, era a maioria. Mas, agora, ficou mais difícil, cada qual que fazer pra si, trabalhar pra si, cada qual pensa em si. A gente para falar a verdade, não tem mais aquela união que a gente tinha, não tem mais. Ficou assim, cada um no seu lugar, cada um trabalhando, cada um pensando em si mesmo, no que vai fazer, o que não vai. (Margarida)

A organização interna do grupo era forte e os assentados mantinham um constante diálogo, a medida que o Assentamento se estabelece há uma desmobilização. Esse processo é comum dentro dos movimentos sociais, que oscilam em momentos de maior e menor coesão grupal, como menciona Melluci (1996). Para o autor o movimento se move em torno de um projeto/objetivo comum e ao alcançá-lo, o enfraquecimento é inerente ao grupo.

Há um movimento de retomada das reuniões internas, que foram se perdendo como informou Vitória. Essa tentativa, ainda tem tido pouca adesão, há um desinteresse no envolvimento em debates políticos, como já mencionado muitos querem esquecer que são Sem Terra e, portanto, esse diálogo não faz sentido. De todo modo, o grupo permanece ativo, em contato com universidades e escolas que visitam o assentamento para a conhecimento do movimento.

A constituição do território assentamento implica em uma série de tensionamentos, alterando não apenas a vida dos assentados, mas do entorno. O entendimento da noção de território e de suas implicações nos arranjos políticos será apresentada no próximo capítulo.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

*– A ponte não é sustentada por esta ou por aquela pedra – responde Marco –
 , mas pela curva do arco que estas formam.*

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois Acrescenta:

– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

– Sem pedras o arco não existe.

(Ítalo Calvino, 2003)

5. TERRITÓRIO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Na atualidade, afirmou Milton Santos, “a geograficidade se impõe como condição histórica” (SANTOS, 2002). E com ela, multiplicam-se os debates em torno dos conceitos que, em especial, partem de uma perspectiva espacial para a análise do mundo. Dentre estes, o conceito de território foi, sem dúvida, um dos que mais se destacou no bojo das Ciências Sociais e Humanas nas últimas décadas. Orientando, como conceito basilar, inúmeros e dos mais diversificados trabalhos, dada à sua potencialidade de articular e iluminar os dramas do mundo, da nação e do lugar (SANTOS; BERTHAK, 2006).

Sua potencialidade, por sua vez, é produto de um franco desenvolvimento a que a noção de território submeteu-se nos últimos anos, incorporando à sua estrutura semântica importantes aspectos, outrora alheios ao seu domínio de significação. Muito além de uma porção de terra dotada de limites e fronteiras, hoje, território se define fundamentalmente por um princípio de pertencimento, significações espaço-temporais que semiografam subjetividades. Ou, sob os termos de Bonnemaïson (2002), constitui-se como o derivado carnal da cultura.

Sobre as concepções de território, Haesbaert (2002) identifica a construção teórica do binômio materialismo/idealismo entre os debates que se desdobram ora, considerando o vínculo material homem-natureza ou, enfatizam a dimensão cultural/simbólica.

A perspectiva materialista, influenciada e difundida pelo marxismo, privilegia a dimensão material, apontando as determinações econômicas e o modo de produção. O território reduz-se a natureza concreta, como fonte de recursos naturais e de reprodução do capital. Ou seja, território como uma “porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência” (GODELIER apud HAESBAERT, 2006, p. 47). Noção que está, por sua vez, relacionada a sociedades mais tradicionais, enfatizando o território como meio de sobrevivência e apropriação da natureza. Embora, essa perspectiva apresenta-se, em muitas aspectos,

insuficiente para a compreensão do território, a dimensão “natural” como um componente fundamental de constituição dos territórios não pode ser negada¹⁵.

A paisagem, o lugar e a apropriação simbólica colocam-se em lado oposto às correntes materialistas dominantes, para embasar uma perspectiva idealista. Para Maurice Godelier:

(...) o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto de realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõe, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais ele depende.(GODELIER apud HAESBAERT, 2006, p.49- p.114)

Proposições essencialmente culturalistas irão enxergar, portanto, a relação natureza-homem para além da sua concretude imediata. Recusa-se a leitura dos territórios como homogêneos, utilitários, e pela lógica tradicional dos Estados-nações. Território constrói-se, essencialmente, como valor, apreensão simbólica, representação e geosímbolos. Dentro dessa perspectiva, o território é resultado da apropriação cultural, por processos de pertencimento, de laços afetivos e até mesmo espirituais com o espaço. Destaca-se o sentido relacional do território, sendo este fruto das relações sociais, ou mesmo, de relações de poder. A base material em que a sociedade se reproduz não é entendida como constituída *a priori*, mas é um dos elementos que compõe o território. Não se trata, entretanto, de ignorar a materialidade do espaço geográfico, caindo numa supervalorização do sentido relacional, deve-se considerar o espaço-material como componente essencial e mediador das relações sociais e da construção de territórios.

Pensar o território em toda sua complexidade, sem negligenciar seu aspecto simbólico e nem material, nos permite considerar uma dialética fundamental que articula território e subjetividade. Isso significa uma tentativa de reconhecer a importância de sua dimensão material e simbólico-cultural, definindo o território como um recorte espaço-temporal que envolve uma relação complexa entre processos sociais e base material, dotado de fronteiras móveis e permeáveis, relações de poder, representações e símbolos, em permanente atualização. De acordo com Haesbaert (2006, p.45): “Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta

¹⁵ As transformações naturais dos territórios por fenômenos da natureza, como, por exemplo: furacões, vulcões, terremotos, inundações, desmoronamentos, alteram e realizam uma “desterritorialização natural”, modificando a organização do espaço (HAESBAERT, 2006).

das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move essas relações”.

Território, ao contrário da noção de espaço que sugere uma homogeneidade imposta pela ordem social e política dominante, se refere a uma ordem de subjetividade, relacionada a possibilidade dos grupos de se apropriarem simbolicamente do espaço (LEFEBVRE, 1999). A necessária articulação entre território e subjetividade será desenvolvida, a partir da noção de subjetividade como um processo de construção contínuo, através da historicidade dos processos e da emergência de “(...) modos de subjetivação associados às transformações dos espaços sociais contemporâneos” (FERREIRA NETO, 2011, p. 57).

A apropriação do espaço descrita por Lefebvre (1999), é um processo que engloba dimensões concretas, funcionais, simbólicas e afetivas. É aquilo que oferece sentido socialmente compartilhado para um grupo, que apropria simbolicamente de um espaço natural dominado puramente de forma utilitária e funcional, tornando-o um *espaço vivido*.

O espaço vivido constrói o território. Constituído por interações entre as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais, simbólicas e, também, naturais. No entanto, apesar da multiplicidade de relações inseridas no espaço geográfico, sabemos que estas nunca são coesas e totalmente integradas, como uma experiência total. Território é sempre construído historicamente, de forma não linear, flexível, mutável e instável. De modo que a noção território-rede torna-se importante para compreender essas interações, pois considera a fluidez como característica fundamental da sociedade (HAESBAERT, 2002). A rede é “(...) o veículo por excelência de maior fluidez que atinge o espaço e, no nosso ponto de vista, o componente mais importante da territorialidade contemporânea” (HAESBAERT, 2006, p.58). Os territórios-redes referem-se, assim, às inúmeras combinações possíveis de constituição de espacialidades.

Em relação ao aspecto de rigidez e fluidez dos territórios, insere-se a discussão em torno de processos de desterritorialização na contemporaneidade. Apesar da efervescência dos debates em torno do conceito de território, eles afloram não para afirmá-lo, mas para dizer do seu fim. Os efeitos da globalização e da emergência do “espaço virtual” – o ciberespaço – contribuíram para difundir a ideia da irrelevância da materialidade para a sociedade, devido a perda da necessidade de referenciais concretos e espaciais para reprodução social.

Sobre os processos de desterritorialização, temos interpretações que apontam o fim dos territórios, destacando a imaterialidade das relações, decorrente do predomínio de redes, fluxos e do ciberespaço. A mobilidade proporcionada por esses elementos, desconectaria as relações de laços territorializados e localizados. Sabemos, no entanto, que é impossível excluir a materialidade, como, também, considerar territórios como “coisa” fixa, pois a mobilidade, o movimento e a integração são parte constituinte e fundante do conceito de território, não sendo exclusivos ao espaço virtual.

Outra perspectiva à respeito da desterritorialização refere-se a sua dimensão política e econômica. A partir da ideia de Estados-nações e de seu enfraquecimento, ou seja, pela perda do poder de controle do Estado sobre o espaço, ocorreu a ampliação de fronteiras e delimitações que transformaram a organização espacial, tornando-a mais desterritorializada. Somado a esse processo político, temos a crescente deslocalização econômica, decorrente da globalização e da expansão das empresas e mercados, rompendo com laços de localidade que, por sua vez, proporcionaram a homogeneização da economia e da cultura (HAESBAERT, 2006). É o caso, por exemplo, das grandes cidades ocidentais, todas interconectadas e globalizadas, com espaços públicos e privados (parques, ruas, lojas, shoppings, museus) e, até mesmo, com um estilo de vida (rotina, a moda, valores) muito parecidas entre si. Esse processo que assistimos nas grandes metrópoles é resultado daquilo que denominou Henri Lefebvre (1991) de crise das identidades territoriais. Como efeito da expansão capitalista, assistimos a homogeneização dos territórios, que a um primeiro olhar nos dá a ilusão de existir certa unidade e ligação entre os diferentes lugares, porém, essa impressão é somente artificialmente construída. A aparência, oculta as contradições e os conflitos existentes, que se intensificam pela natureza própria do capital, que exige na sua produção e reprodução, a hierarquias e fragmentações que se opõe a essa unidade. Acarretando na desintegração, segregação e atomização (BIRH,1999).

Haesbaert (2002) nos convoca a pensar, também, sobre a desterritorialização como precarização territorial. Esse processo coloca-se como fundamental para o entendimento das lógicas territoriais da constituição dos Sem Terra e de seus territórios, para “ (...) o movimento dos agricultores sem terra, desterritorialização aparece associada à exclusão do acesso à terra e adquire um sentido, sobretudo, econômico” (HAESBAERT, 2006, p.66). A precarização, ou a exclusão, social materializa-se na própria segregação espacial proporcionada pelas sociedades capitalistas, separando os espaços por privilégios. Os grupos minoritários perdem seus territórios, aglomerando-

se em uma massa de excluídos, restritos a espaços marginalizados e marcados pela precarização das condições de vida.

Os movimentos rurais, reivindicam o vínculo mais fundamental da reprodução humana: o território. Território como terra, na sua mais condição básica e “natural”, como forma de sobrevivência. Mas, como não é possível separar a dimensão concreta, da simbólica, o movimento apropria-se dos territórios a partir de ressignificações do espaço, em um outro processo denominado *reterritorialização*. Os Sem Terra não reivindicam um rural tradicional, mas reinventam o modo de vivenciá-lo, a partir da constituição dos assentamentos. Compreendemos a constituição dos assentamentos rurais como espaços contra-hegemônicos ou *territórios alternativos* construídos dentro de ordens sociais majoritárias. Relações de poder, modos de subjetivação, processos de reterritorialização, resistência e autonomia envolvem a emergência dos assentados. Elementos que estão, por sua vez, articulados à dinâmica de participação política dos assentados, relacionado ao modo como constroem um lugar político e reterritorializado no cenário público.

5.1. “Terra ainda é poder”: o território Assentamento Mazzeto

Partindo das conceituações sobre território, como compreender o território Mazzeto? Primeiramente, estamos tratando de um território de conflito, que carrega desigualdades históricas e lutas por demarcações físicas e simbólicas de terra. Apesar de tratarmos nessa pesquisa de um Assentamento específico, este decorre contexto histórico e de negociações políticas, imerso no Plano Nacional de Reforma Agrária. Vitória aponta o aspecto fundamental do significado do Assentamento:

Terra no Brasil ainda é poder! Então, quando um grupo de João ninguém da sociedade, ocupa uma área e consegue desapropriar, ele não tá só conseguindo aquele pedaço de terra, ele tá afrontando toda uma sociedade hierárquica do país que ele vive, então por isso que o preconceito é muito grande e é tão perseguido por toda a sociedade, porque aí tem uma ala de político que desagrada disso, tem a ala da sociedade que desagrada, dos investidores do capital exterior também que vai desagradar, então é uma coisa muito complexa a reforma agrária do nosso país. É doloroso, é decepcionante! (Vitória – 2010)

Vitória toca na questão principal que engloba a formação dos assentamentos rurais: decorrem de um relação de poder, ou de disputa de poder. Há um imbricamento entre terra, política e poder já abordada por Norder (2004) como característico da constituição do território nacional. A interação desses elementos é reproduzida e permanece tensionada mesmo com o desenvolvimentos de políticas para a população do campo e com o aumento da regulamentação fundiária, instrumentos ainda insuficientes para romper com o contexto de desigualdades presente no meio rural.

Então quando você circula [pelo município], você vê um povo muito bem vestido, vê carro novo pra baixo e pra cima, carros de luxo, importados e a pobreza tá aqui [na região do assentamento], que é um bairro complicado, o assentamento que tá aqui, que na verdade o município nega o tempo todo que ele pertença, é como se fosse um corpo estranho, você tá aqui, mas você não existe! O que eu sinto no município é isso! Pra você ver que nós estamos aqui há 9 anos, quantos estudantes de fora, de universidade ou de outras escolas mesmo vieram visitar e nunca veio uma escola (do município) visitar o assentamento e discutir a reforma agrária que tá dentro do quintal deles. Nunca veio! Nega, sabe o que é negar uma coisa o tempo todo, talvez porque pra cidade seja vergonhoso e não veja como avanço, como desenvolvimento. (Vitória, 2010)

Quem tem direito a cidade? Quem pode ocupar os espaços públicos? Milton Santos revela que a ordenação do território origina-se de um fenômeno social, de processos de inclusão e exclusão, em delimitações de fronteiras. A cidade nos habita e conta a nossa história através da forma como está espacialmente organizada. Na fala de Vitória, percebemos a demarcação da fronteira entre a cidade e o Assentamento, invisível ao olhar do município. As fronteiras são expressas simbolicamente, por preconceitos, pela diferenciação entre os cidadãos da cidade e os Sem Terra. As falas abaixo remetem ao preconceito enfrentado pelos assentados na sua relação com o entorno:

Não abriam para nós. Agora se abriram mais, conversam e tudo. Mas o preconceito ainda existe ainda. Outro dia mesmo eu tava no ônibus e a mulher conversando comigo, ela era do (distrito vizinho), aí falei que era do assentamento, aí opa! acabou o papo, sabe? (Lena)

aqui tem um preconceito enorme! Um dia eu estava no posto de saúde esperando pra ser atendida e tava conversando com uma senhora, conversando normalmente, aí, ela... tava tranquilo, conversando, aí quando ela perguntou onde eu morava, eu falei: 'ah, eu moro lá no assentamento', ela: 'lá no Sem Terra?', eu falei: 'é.'. Ela levantou, sentou lá no outro lugar longe de mim e não me dirigiu a palavra mais! (...) Às vezes, você precisa de um serviço, por exemplo, você compra uma coisa, até que agora a gente não

tá usando muito, porque a maioria tá tendo um transporte, mas antes você comprava... ia lá na cidade comprar as coisas que a gente não produz aqui, tinha que trazer, eles tinham medo de vim aqui trazer! (...) Por exemplo, de criança, por exemplo, de a mãe deixar vir aqui, é muito raro... muito difícil... vim alguém, nem pra comprar verdura! Vem muita gente de Belo Horizonte, que tem os sítios aqui em volta, o que mora nos condomínios, aí vem aqui buscar verdura, comprar, mas daqui mesmo, muito difícil, muito! Muito complicado. (Vitória, 2010)

A escola aceitou as crianças, foi tudo normal. Preconceito mesmo foi só dos alunos, normal. Piadinha indiscreta... //E – *Que tipo de piadinha?* // “Ah sem-terra!”, “é seu sem-terra!”. Essas coisas assim. Coisa de menino. Menino já viu né? Não tem como nem levar a sério. (Marta)

Os preconceitos e o temor aos Sem Terra, podem estar relacionados a ideia do assentado como um subcidadão e, enquanto tal, não detém os mesmos direitos. Como fala Vitória, em uma passagem transcrita no capítulo anterior, ser Sem Terra é um estigma que cada assentado carrega, uma marca. Esse estigma é permeado por preconceitos construídos socialmente, de que o Sem Terra é violento, baderneiro, forasteiro. Nas entrevistas foram destacados os constrangimentos sofridos, principalmente, pelas crianças na escola, mesmo que mascarados de “piadinhas” carregam um discurso opressor. As crianças sofreram com a discriminação não só pelas outras crianças, mas pelas professoras da escola como informado nas entrevistas. Os jovens também tiveram dificuldade de se integrarem ao município, sendo hostilizados por serem assentados, levando a alguns adotarem como estratégia, omitir onde moravam.

A relação dos assentados com o entorno, foi atenuando ao passar do tempo e, hoje a relação é considerada pelos Sem Terra como pacífica. É curioso, entretanto, que ainda, grande parte da população do município, desconheça a existência do Assentamento na região e, desse modo, denuncia certa deslegitimidade do território, que ainda constitui-se como um elemento à parte, marginal.

O estabelecimento do Mazzeto foi deslegitimado, no início, pelo próprio Prefeito da época. O Prefeito possuía uma fazenda vizinha ao assentamento, desrespeitava os limites da área de assentamento, com a derrubada de cerca e avançando com seu gado. A moradora relata:

Não, porque ele tinha tirado a cerca e as vacas começaram a entrar, derrubar as plantas, quebrar os canos e ninguém tomava providência. Até que a gente tomou uma atitude e falou que ia soltar as vacas dele lá longe, que ia levar as vacas dentro da delegacia, até que ele tirou as vacas, mas a cerca tava toda no chão, que ele tirou, mandou os empregados dele tirar, falando que quando o pessoal do ambiente chegasse, que os florestal chegasse ia falar que a área

verde dele era a nossa. Como se a gente fosse capacho dele. Aí os técnicos do INCRA veio e intimou ele a levantar a cerca todinha, aí ele levantou a cerca todinha. (Marta)

Esse episódio foi narrado por vários assentados, apontando os conflitos de terra que permanecem mesmo após o estabelecimento legal do assentamento. Apesar de não ter ocorrido um confronto direto em nenhum momento do processo de ocupação, acampamento e assentamento, há tensões permanentes com o poder público local que tenta deslegitimar o território instituído por órgãos federais, como é o caso do INCRA.

Além dos conflitos externos, a apropriação do território é realizada diferentemente para cada assentado. O processo de reterritorialização é coletivo, mas também individual, resultando em atribuições simbólicas diferentes entre os assentados sobre o espaço ocupado e da forma como deve ser ocupado. Vitória revela essas discrepâncias do grupo da seguinte maneira:

Pensa que cultura é essa! Raciocina, você tinha uma barraca de lona, aí, a questão da cerca de arame... outro dia eu falei: 'gente, nós lutamos, a cerca pra nós é um estigma! Nós lutamos contra ela! Nós rompemos ela pra ter a terra! Vocês querem cerca na casa de vocês?'. Ah, mas não dá! Assim, tem umas coisas que não adianta, sabe, você precisa de um muro aqui pra saber que o seu direito começa onde termina o meu. E isso que as pessoas não sentem. Você não sabe, mil problemas que a gente tá tendo nessa agrovila e que eu às vezes fico arrependida por que a gente não batalhou pra ser um lote mais longe. Porque, assim, o cara pega o lixo e se sente no direito de jogar o lixo no lote do outro! E nem tão morando, imagina quando tiver todo mundo ali? (Vitória, 2010)

O que Vitória evidencia é como a constituição dos territórios é entremeada por símbolos socialmente partilhados, que representam a sociedade e desvendam as suas formas de opressão. A cerca é considerada como um elemento opressor em si para o tradicional camponês, pois historicamente relaciona-se a barreiras intransponíveis entre a elite agrária e o trabalhador rural. Para os assentados a construção de cercas implica na reprodução de opressões e hierarquias sociais que o movimento de luta pela terra, busca romper. Se o assentamento constitui de processos de desterritorialização e reterritorialização dos espaços rurais é preciso, não apenas ocupar a terra, mas ressignificá-la e produzir novos modos de existência com o espaço. A construção da agrovila também impõe, por sua organização espacial, necessidades do desenvolvimento de estratégias de convivência e que auxiliem na apropriação de um espaço coletivo. Porém, esse processo de apropriação coletiva do território nunca é

homogêneo, atuando do mesmo modo como os movimentos sociais em relação a sua coesão grupal, que de acordo com Melluci (1996) é sempre aparente.

Outro elemento de análise fundamental que perpassa todo o trabalho apresentado é a noção de rururbano, a que o Assentamento Mazzeto está caracterizado. Observou-se ao longo da pesquisa, que muitos conflitos emergem dessa interação rural e urbano, como já apresentado, estão as tensões geracionais, a relação dos assentados com o entorno, o modo de subjetivação Sem Terra, entre outros. A própria comercialização da produção possui características específicas que se relacionam à questão. O Assentamento Mazzeto, apesar de possuir uma produção agroecológica avançada, não consegue inserir-se economicamente no município, mantendo-se através de parcerias com mercados situados na metrópole. No primeiro momento da pesquisa, o Mazzeto possui rede de comércio com duas escolas, e com o Restaurante Popular de Belo Horizonte. Não havia espaço para a comercialização no entorno do assentamento. Como aponta Carlos, a proximidade com a cidade é necessária até mesmo pelo tipo de produção que exercem:

Nós também tivemos propostas de fazendas em lugar longe, mas fora da realidade nossa, pela atividade nossa pra você ver esse produto nosso logo mais tá na mesa, lá em Belo Horizonte. Então, não justifica você ficar assentado a 100, 200 km do grande centro né. Se você produz grão, mandioca, essas coisas, ainda dá, mas para a produção de folhosas, que a venda é diária, que tem que tá sempre fresquinho não dá. Você sai daqui agora no meio do dia, mesmo com toda ruindade do trânsito, com 2 horas você está no centro. Isso aqui mesmo vai agora pro Restaurante Popular ... Então, quer dizer, para a atividade que a gente desenvolve, você ficar numa área a 200 km de Belo Horizonte não justifica mesmo né. (...) Agora a questão de folhosas se você fugir de num raio maior que 100 km já é suicídio, não dá não. (Carlos)

A articulação entre cidade e campo é imprescindível, assim, para a sobrevivência do assentamento. E mesmo o Assentamento Mazzeto estando próximo de pequenos municípios, encontra dificuldades para a comercialização da produção, tendo que articular com municípios maiores. O motivo pelo qual o escoamento da produção no município é inviável deve-se, nesse caso, a questões políticas e de poder da região. Os grandes proprietários dominam os mercados locais e inibem a entrada de agricultores Sem Terra, além disso já é instituído convênios entre os donos de supermercados e produtores da região para adesão de produtos agrícolas. A ausência de políticas locais para a inserção do assentamento nos mercados do município tem gerado dificuldades para os assentados, que enfrentam, atualmente, reduzida comercialização, em apenas

dois espaços: uma escola e uma pequena feira em Belo Horizonte. A dificuldade de inserção econômica, acarreta em outro problema para o assentamento que é a saída de trabalhadores rurais para o exercício de atividades profissionais na cidade.

E o restante, tem algumas famílias que estão trabalhando fora, que era o que eu mais temia... //E – *trabalhando com...?*// não com agricultura, não. Tem uma que é técnica em Enfermagem, o outro está na mineração, o outro está na construção civil, a outra está de doméstica... Então assim, perdeu um pouco o foco na agricultura... (Vitória, 2013)

A saída do assentamento, desmobiliza o grupo e enfraquece as reivindicações para incentivo da produção agrícola. Ao invés do assentamento constituir um território de possibilidades para o agricultor, passa a ser um espaço de impossibilidade, levando a evasão de membros do grupo e ao retorno a relações de trabalho de subordinação. A questão da produção nos assentamentos é ainda problemática e as políticas para melhorias ainda precárias, como afirmam Barone e Ferrante (2012):

A possível integração do assentado, enquanto produtor, nos circuitos econômicos que dinamizam o mercado local/regional apresenta-se problemática. Os territórios dos assentamentos apenas parcialmente atendem às exigências desses circuitos, quando não se apresentam muito distantes do padrão dominante de acumulação econômica dos respectivos contextos regionais. Falamos de bloqueios dessa integração quando os assentados não reúnem condições para a alocação adequada dos fatores produtivos – ou quando mercados locais/regionais não oferecem agentes econômicos dispostos a distribuir a produção. (BARONE e FERRANTE, 2012, p.757)

Desse modo, os assentados passam a depender de políticas assistenciais, como o recebimento de bolsa-família, invertendo a lógica de reivindicação por mudanças, estruturais, que o movimento em princípio deseja que promovam autonomia e condições de trabalho no campo. O próprio órgão de assistência técnica EMATER, que vem acompanhando o Assentamento Mazzeto, parece desmobilizar o grupo para organizar a produção coletiva, Vitória conta:

nesses dois anos, entrou a assistência técnica da EMATER e que trabalho muito a questão do individualismo e não do grupo. Então, acaba que incentiva o indivíduo a migrar e querer ser sozinho... Porque eles começam com aquela visão capitalista, do “eu, eu, eu”, “é melhor você sozinho, você tem autonomia, você planta o que você quer, isso dá mais dinheiro...”... Porque não é por maldade, mas acho que é por acreditar na filosofia deles né, da empresa né... (Vitória, 2013)

uma coisa que tem em Projeto de Assentamento é que ele não tem assistência nenhuma, pessoal vai e consegue uma área num lugar afastado aí e fica lá

isolado, sem ter assistência de nada, não tem como produzir, fica numa condição sub-humana e aí fica do mesmo tamanho que tava na área de assentamento, de acampamento acaba ficando do mesmo jeito, não tem como prosperar e é difícil... não é fácil não. (André)

O processo de individualização, da perda do sentimento de coletividade, impacta tanto a mobilização política, quanto a inserção de produção, elementos que nos contextos de assentamentos rurais estão intimamente relacionados. As diferenças entre a organização do grupo no espaço acampamento e assentamento, relacionam-se sobretudo ao nível de coesão e participação política do grupo, como indica Vitória:

Ah, eu acho que na adversidade, estava todo mundo próximo porque estava na adversidade e, aqui hoje... o que a gente vê, quando passa aperto.... é que a gente vê isso muito pregado ao sistema capitalista, que quando você passa a ter... você perde a questão da igualdade. Na divergência, como nós, a gente não tinha nada, todo mundo era igual... igual a partir do momento que você passa a ter um tijolo a mais que o outro você se acha superior à ele, então perde-se a união, perde-se o vínculo... E isso está embutido na... eu não sei quando que a gente vai se libertar disso! Isso está incutido na cultura brasileira há muito tempo... (Vitória, 2013)

O pertencimento ao grupo e o sentimento de partilhar uma experiência comum, de acordo com a liderança, era maior no momento do acampamento e no início da mobilização, em que as ações coletivas eram frequentes. Vitória atribui a isso, a situação de precariedades e adversidades vivenciadas pelo grupo, que a partir da conquista do seu objetivo principal, o acesso à terra, enfraquece a dimensão coletiva.

A segregação do grupo e a individualização dos assentados pode ser, ainda, acentuada pelos processos de expansão do assentamento, que configura, no momento, a preocupação central da liderança.

Porque eu sei de pessoas que estão lá agora que ficam querendo ônibus, pro ônibus circular lá dentro (*do Assentamento*) e que não entende a diferença, de uma propriedade rural, de uma propriedade urbana. Então isso é muito sério, você vim de fora e não respeitar, não respeitar a cultura, não respeitar o que foi construído... é muito fácil você chegar no espaço e criticar, que você vai olhar só os erros, mas você não vai olhar quais foram as batalhas para chegar daquele jeito, bom ou ruim, o que foi construído. Então eu tenho muito medo do que tá desenhando futuramente... (Vitória, 2013)

E agora a gente tem um outro problema, mais forte ainda, é que eles começam a sair para casar e para trazer a família... (...) Eles estão trazendo a família e aumentando o número de pessoas... E a gente não sabe se pode... O INCRA não tem uma política de expansão pro Assentamento e, eu tenho medo de virar um Aglomerado. Isso é minha preocupação... (...) Então se o INCRA não tiver trabalhando com nenhuma política de expansão, futuramente a gente perde o controle disso, perde o controle... (Vitória, 2013)

O aumento populacional é de fato um aspecto pouco abordado pelas instâncias responsáveis pela Reforma Agrária, revelando mais uma fraqueza das políticas rurais. É comum assentamentos tornarem-se bairros e diluírem-se nas cidades. Na RMBH, um dos assentamentos enfrenta problemas para manter-se, pois sofreu um processo de urbanização, com a construção de vias públicas dentro do assentamento, gerando consequências graves para os assentados, como o aumento da violência e a interrupção da produção agrícola. O território rururbano pode, assim, tornar-se mais um espaço de periferia urbana, um aglomerado como referido, ao invés de promover o desenvolvimento dos agricultores e o rural. Além dos impactos sociais, a expansão da cidade sobre o rural, pode gerar profundos impactos ambientais como relata, novamente, Vitória:

Porque não tem um projeto, por parte do INCRA, de expansão pro Assentamento. Então, eu fico preocupada porque as áreas de produção são muito pequenas, são só meio hectare para cada família e, o pessoal tá casando, tendo filho e ficando lá dentro. Então isso me preocupa, porque vai o maior desgaste para os recursos hídricos, maior consumo de água, mais lixo, mais construção e, em contrapartida, é mais problema social porque aí tem a questão da convivência, de quem tá chegando depois com quem tá lá, porque não se adapta, não se adequa às normas, a...quem tá lá já tem um perfil de assentado, quem tá chegando depois não quer ser intitulado Sem Terra, não quer ser intitulado... e, acaba se achando melhor que o assentado. Então, isso gera conflito...(Vitória, 2013)

A outra coisa é a expansão das mineradoras, cada dia que passa está mais perto da gente e, a expansão urbana... porque o Prefeito anterior, uma das últimas coisas que ele fez no mandato dele, foi urbanizar a área que o Assentamento está, então ele não está mais em uma área rural, está numa área urbana. Isso é muito sério, porque ele não deixa de ser rural, mas as propriedades em volta podem ser todas loteadas e virar bairro. E, isso afetaria a questão da nossa água, da nossa segurança... isso seria um dos pontos muito negativos para a gente lá... E a questão mineração né, porque tá muito forte... (Vitória, 2013)

Acena-se a partir dessas falas, às possíveis transformações que o assentamento pode vir a sofrer com a expansão urbana, complexificando o território dos Assentamentos rururbanos. Na verdade, esse processo já está sendo promovido no momento em que o município redefine a área do assentamento como zona urbana, permitindo novos manejos legais sobre as áreas de entorno. As consequências futuras não são previsíveis, mas podem influenciar em como os assentados relacionam com seu território e de como ocupam a cidade socialmente e politicamente. Se os territórios nos

habitam e nos significam, as subjetividades são produzidas sempre em relação aos territórios e os elementos que o compõe.

Se, por um lado, estes signos do novo se impõem, é porque se sobrepuseram a outros já existentes, através de um processo de luta e resistências. É nesse novo, na recriação da vida do campesinato em assentamentos rurais que irão emergir novas possibilidades políticas e de reterritorialização. A apropriação simbólica do espaço, incorporada por esses sujeitos Sem Terra, é que tornará esse espaço em um *espaço vivido* (Lefebvre, 1986). Através desse processo de reapropriação do território, que engloba dimensões concretas, funcional, simbólica e afetiva, que será possível construir um sentido socialmente partilhado sobre o espaço dominado.

*Aprendo com abelhas mais do que com aeroplanos.
É um olhar para baixo que eu nasci tendo.
É um olhar para o ser menor, para o
insignificante que eu me criei tendo.
O ser que na sociedade é chutado como uma
barata – cresce de importância para o meu
olho.
Ainda não entendi por que herdei esse olhar
para baixo.
Sempre imagino que venha de ancestralidades
machucadas.
Fui criado no mato e aprendi a gostar das
coisinhas do chão -
Antes que das coisas celestiais.
Pessoas pertencidas de abandono me comovem:
tanto quanto as soberbas coisas ínfimas*

(Manuel de Barros, 1998)

6. CONCLUSÕES

O trabalho apresentado buscou compreender os processos de subjetivação envolvidos na dinâmica de participação política dos assentados no nível municipal. Contornamos como objetivos específicos compreender a articulação entre os assentados e o poder público local, os processos de reterritorialização e a construção de novos modos de subjetivação no exercício participativo, além buscar compreender a dinâmica dos processos decisórios realizados no assentamento, através da negociação entre os interesses individuais e coletivos. A partir da pesquisa realizada no Assentamento Mazzeto, em dois momentos distintos, e dos dados produzidos, foi possível alcançar, ou pelo menos aproximar, dos objetivos que nos propusemos. A complexidade e o volume dos dados obtidos enriqueceram a compreensão desse território Assentamento e de seus sujeitos. Embora, seja uma tarefa difícil aprofundar em todos os elementos suscitados, que poderiam facilmente se desdobrar em outras pesquisas, análises e apontamentos.

A formação dos assentamentos rurais envolve processos de democratização e reforma do cenário agrário no país, caracterizado historicamente por hierarquias sociais e desigualdades profundas. A partir da pesquisa, observamos as dificuldades encaradas pelos assentados, dentro e fora do assentamento, para efetivar e legitimar o seu território, enquanto espaço de resistência, ou como um território alternativo (Haesbaert, 2002) que rompe com os tradicionalismos das ordens sociais majoritárias e opressivas no campo. Esse novo território acaba, por sua vez, transformando as subjetividades e participa da construção de novos modos de existência mais emancipatórias no meio rural. Além de afetar a forma como os assentados ocupam os espaços políticos.

Ao final do trabalho e do longo percurso envolvido para realizá-lo, muitas questões ficam em aberto. Destacamos a questão de gênero como uma possibilidade de aprofundamento futuro, já que as mulheres apresentaram-se como fortes lideranças do Assentamento Mazzeto, desempenhando um importante papel na mobilização política e organização do grupo.

Em relação às conclusões gerais sobre a pesquisa, refletimos sobre como os inúmeros impasses e constrangimentos sofridos pelos assentados no diálogo com o poder público local. O esvaziamento da participação do grupo nos Conselhos, em decorrência das tensões enfrentadas, coloca dúvidas sobre a relevância desses espaços institucionalizados para o atendimento das demandas dos assentados. Esses espaços

permanecem orientados para interesses particularistas, partidários e econômicos, sem incluir um projeto que atenda aos interesses da população rural (pobre) de forma ampla. Desse modo, os Conselhos operam inviabilizando a ampliação do espaço democrático, cabendo aos movimentos sociais a luta pela (re)ocupação desses espaços não só pela via da representação, mas pela busca de mudanças estruturais efetivas. O futuro do Assentamento Mazzeto, como afirmou a liderança Vitória, está turvo, pois não há caminhos prontos para serem seguidos, deverão os assentados, coletivamente, desenvolver estratégias de apropriação do território e da política.

Assistimos, recentemente, a uma onda de protestos por todo país, que reacendeu a força dos movimentos sociais e apontou novas formas de mobilização da população. Os gritos entoados pela multidão, traziam bandeiras diversificadas, mas mostraram a indignação e a insatisfação geral quanto a atuação do Estado para resolução de problemas sociais. Esse fenômeno parece afinado com os questionamentos dos assentados em relação ao Estado. A crescente descrença no governo e nos espaços públicos de participação pauta-se na insuficiência desses espaços, cada vez mais corrompidos por lógicas econômicas e relações de poder. Interessante notar, entretanto, que entre as muitas bandeiras levantadas, a questão da terra não foi tratada, o que aponta para a permanência de sua invisibilidade e deslegitimidade perante a sociedade. Os gritos “muda, Brasil”, não incorporaram pautas de redistribuição de renda (que inclui a redistribuição de terras), problema central na sociedade brasileira.

A invisibilidade da questão da terra também está presente na Psicologia, que dedica-se pouco ao tema, trabalhando prioritariamente com questões urbanas. Desse modo, a contribuição dessa estudo repousaria na tentativa de enriquecer os debates sobre o rural e os sujeitos do campo, problematizando a interlocução entre psicologia, política, território e ruralidade. Envolve uma tentativa dupla, de convocar a Psicologia a pensar sobre o rural e, o rural a conhecer a Psicologia, campos ainda estranhos um ao outro.

A construção desse trabalho foi um desafio, mas uma experiência enriquecedora. As histórias dos assentados foram por mim apropriadas e a afinidade com a luta desse grupo foi estabelecida. O Assentamento Mazzeto inspira para produções acadêmicas futuras e, principalmente, para pensar (e sonhar) sobre novo mundo possível, mais justo e digno para todos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.18: (1), 37-42, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.
- BARRONE, L. A. e FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, no 3, p.755-785, 2012.
- BARROS, M. **Retrato do artista quando coisa**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A Realidade dos Assentamentos Rurais por detrás dos Números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11: (31), p. 37-49, 1997.
- BIHR, A. A crise da sociabilidade. In: **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Boitempo. 1999, p.143-162.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CÔRREA, R. L. e ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.83-132.
- BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, vol.1, n.1, 37-64, março de 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A398D4C9A013996C7E6B01D8A/Plano%20Nacional%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Erradica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Trabalho%20Infantil%20e%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Adolescente%20Trabalhador.pdf>>. Acesso em: 20 de julho 2013.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALVINO, I.. **As cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **O cavaleiro inexistente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAMPOS, F. de A. **Trabalho e Consciência de Classe**: A História de Dona Antônia e de Dona Maria na Luta Pela Terra. 2004. 240p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

CARDOSO, R. In: CALDEIRA, T. P. do R. (Org.). **Ruth Cardoso**: obras reunidas. São Paulo: Mameluco, 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de boias-frias, Brasil, 2005. **Revista Saúde Pública**. 2008, vol.42, n.4, p. 757-763.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. RELATÓRIO DE CONFLITOS NO CAMPO 2013. Disponível em:
<<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>>. Acesso em: 10 de julho de 2013.

CORDEIRO, R. L. M. **Além das secas e das chuvas**: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. 2004. Doutorado em Psicologia (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DOIMO, A.M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, E. R. Vinte anos de MST: A Psicologia nesta história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582, set./dez. 2007.

FARIA, N. M.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G.; TOMASI, E. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, 20(5), p. 1298-308, 2004.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.8, abril de 2002, Rio de Janeiro: UFRRJ, p. 28-46, 2002.

FERREIRA NETO, J. L. Subjetividade e território: para além da interioridade. In: **Psicologia, Políticas Públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta, 2011, p.51-76.

FOUCAULT, M.. (1983) **O Governo de si e dos outros**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GOHN, M. da G.. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categoria analítica. In: **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Ed, Vozes, 2003, p. 13-32.

GOMÉZ. C. M. A violência no trabalho. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: Manual de procedimentos para os serviços de saúde, 2005.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório**. Porto Alegre, 2010.

LAVALLE, A. G.. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, nº 66, p. 91-109, julho de 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DPA, 1999.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

LIMA, M. E. A. A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n. 14, p.82-91, dez. 2003.

LOPES, J. R. A questão social da terra como desafio pra a Psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.12, p.583-592, set/dez 2007.

MAGALHÃES, M. de S..**Trajetórias em Movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais.** 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

MARTINS, J. de S.. **O cativo da terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990

_____. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, Revista Sociologia USP, SP, 11(2), p. 97-128, out 1999.

MAZZETTO, C. E. S. **A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na região metropolitana de Belo Horizonte.** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (orgs.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 151-176.

MEDEIROS, L. S. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: USP, 1994.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org). **Uma nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, p. 103- 128.

MELLUCI, A. **Challenging codes:** collective action in the information age. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.

MELO, D. M.. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 113-143.

MENEZES NETO, A. J. de. **Além da Terra:** a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST. 2001. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINAS GERAIS. Decreto 43.710-2004. Regulamenta a Lei no 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispões sobre as Políticas Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado de Minas Gerais. Disponível em:
<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5609>> Acesso em: 10 de jun 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Os desafios do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 8ed., 2004.

MOREIRA, L. M. F. **Saúde do trabalhador e adoecimento psíquico:** o atendimento clínico ao trabalhador rural. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

NORDER, A. C. **Políticas de Assentamento e Localidade:** os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Wageningen: Departamento de Sociologia Rural, Tese de Doutorado, 2004.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, O. J. **Migração Juvenil**: um estudo da trajetória de jovens rurais. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

PIMENTA, S. D. C. **Trajetórias na Terra**: sociabilidades, gênero e identidades coletivas no projeto de reforma agrária aliança. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

PRADO, M. A. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista de Psicologia Política**, vol.1, p.149-172, jan-jun de 2000.

PRADO, M. A.M.; RODRIGUES, C. S. Movimentos Sociais e Ações Coletivas: fenômenos para a Psicologia Social? In: ROSA, E. M.; SOUZA, L.; AVELLAR, L.Z. (Org.). **Psicologia Social**: Temas em Debate. 1ed. Vitória, ES: GM, 2008. v.1, p.1-21

PORTELLI, A. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p.7-24, 1997.

ROSE, N. Inventando nossos eus. In: SILVA, T. T. (Org). **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.137-204.

SADER, E. **Quando os novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano de países subdesenvolvidos. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; BERTHAK, B. (Org.). **Território, Territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, G. **O Imaginário Rural do Leitor Urbano: o sonho mítico da casa no campo.** São Paulo: mimeo, 2000.

SILVA, J. M., Novato-Silva, E., Faria, H., & Pinheiro, T. M. Agrotóxico e trabalho: Uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência & saúde coletiva**, 10 (4), 891-904, 2005.

SILVA, M. S. **Cotidiano e experiência no trabalho rural da cana de açúcar em Lagoa da Prata, Minas Gerais:** as trajetórias de vida de Dona Alzira e Dimas. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOUZA, V. F. de. **Assentar, acampar, organizar:** relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais no Pontal de Paranapanema. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). UNICAMP, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas.

TELLES, V. de S. **Direitos sociais:** afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

VEIGA, J. E. da, et al. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. A Ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (Org). **Uma nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, p. 31-41.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre esclarecido para assentados já entrevistados

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa de mestrado “*Processos de subjetivação no exercício participativo: Assentamento Rural e localidade*”, sob responsabilidade da pesquisadora Ana Carolina Campagnole dos Santose e orientação da professora Luciana Kind. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Sua participação está sendo solicitada porque você é membro de um Assentamento Rural. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, não é obrigatória. A seguir serão apresentadas informações e esclarecimentos a respeito da proposta do trabalho. Caso aceite fazer parte do estudo assine ao final deste documento nas duas vias. Uma delas é sua e a outra é do responsável pelo trabalho. Se não desejar participar, você não será penalizado(a) de maneira alguma. Esse termo pode conter palavras que você não entenda. As dúvidas quanto a esta pesquisa podem ser esclarecidas pela pesquisadora.

1) Procedimento do estudo

Você é convidado a participar de uma entrevista sobre os processos subjetivos envolvidos na participação política, a nível municipal, A entrevistaserá gravada e transcrita para análises da pesquisa.

2) Riscos e desconfortos

Os diálogos a serem propiciados pela pesquisa podem causar constrangimentos pessoais e/ou institucionais, uma vez que não se pode antecipar quais assuntos podem gerar esse

tipo de desconforto. Em qualquer momento que isso ocorrer, a pesquisadora pode ser comunicada e sua participação no estudo pode ser interrompida ou uso dos registros referentes à sua participação pode ser desconsiderado. Vale lembrar que sua identidade será mantida em sigilo nesses registros.

3) Custos/reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e você não receberá nenhum pagamento pela sua colaboração.

4) Caráter confidencial dos registros

As informações conseguidas através desta pesquisa são sigilosas e não permitirão a identificação da sua pessoa, seja pelo nome real ou qualquer outro tipo de dado ou elemento que possa identifica-lo(a). Em publicações ou participações em eventos científicos onde os resultados da pesquisa possam vir a ser apresentados, sua identidade será protegida. De maneira a assegurar sua privacidade, as informações obtidas através da entrevista serão devidamente arquivadas pela pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco anos) após a conclusão de todas as etapas da investigação. Cumprido o prazo, todos os registros serão destruídos.

5) Participação

A sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você, a qualquer momento, poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar este consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Sempre que você desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Ana Carolina Campagnole dos Santos

Telefones para contato: (31) XXXXXX

Email: xxxxxx@gmail.com

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatada em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

6) Consentimento da participação como informante

Eu, _____,

RG _____, concordo em participar como informante da pesquisa *Processos de subjetivação no exercício participativo: assentamento rural e localidade*.

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a ausência de riscos decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que minha identidade será mantida em sigilo, e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome do(a) entrevistado(a)

Nome do pesquisador responsável

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura do pesquisador responsável

**APÊNDICE B – Termo de consentimento livre esclarecido para entrevista em
2013**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa de mestrado “*Processos de subjetivação no exercício participativo: Assentamento Rural e localidade*”, sob responsabilidade da pesquisadora Ana Carolina Campagnole dos Santose e orientação da professora Luciana Kind. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Sua participação está sendo solicitada porque você é membro de um Assentamento Rural. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, não é obrigatória. A seguir serão apresentadas informações e esclarecimentos a respeito da proposta do trabalho. Caso aceite fazer parte do estudo assine ao final deste documento nas duas vias. Uma delas é sua e a outra é do responsável pelo trabalho. Se não desejar participar, você não será penalizado(a) de maneira alguma. Esse termo pode conter palavras que você não entenda. As dúvidas quanto a esta pesquisa podem ser esclarecidas pela pesquisadora.

1) Procedimento do estudo

Você é convidado a participar de uma entrevista sobre os processos subjetivos envolvidos na participação política, a nível municipal, de trabalhadores rurais inseridos

em Projetos de Assentamento Rural. A discussão e grupo será gravada e transcrita para análises da pesquisa.

1) Riscos e desconfortos

Os diálogos a serem propiciados pela pesquisa podem causar constrangimentos pessoais e/ou institucionais, uma vez que não se pode antecipar quais assuntos podem gerar esse tipo de desconforto. Em qualquer momento que isso ocorrer, a pesquisadora pode ser comunicada e sua participação no estudo pode ser interrompida ou uso dos registros referentes à sua participação pode ser desconsiderado. Vale lembrar que sua identidade será mantida em sigilo nesses registros.

2) Benefícios

Não há benefícios diretos para você, embora o estudo seja de interesse da universidade e possa auxiliar no entendimento dos processos de participação política e inserção dos Assentamentos Rurais nos municípios a que estão vinculados.

2) Custos/reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e você não receberá nenhum pagamento pela sua colaboração.

3) Caráter confidencial dos registros

As informações conseguidas através desta pesquisa são sigilosas e não permitirão a identificação da sua pessoa, seja pelo nome real ou qualquer outro tipo de dado ou elemento que possa identifica-lo(a). Em publicações ou participações em eventos científicos onde os resultados da pesquisa possam vir a ser apresentados, sua identidade será protegida. De maneira a assegurar sua privacidade, as informações obtidas através da entrevista serão devidamente arquivadas pela pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco anos) após a conclusão de todas as etapas da investigação. Cumprido o prazo, todos os registros serão destruídos.

4) Participação

A sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você, a qualquer momento, poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar este consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Sempre que você desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

Ana Carolina Campagnole dos Santos

Telefones para contato: (31) XXXXXXXXXX

Email: xxxxxxxx@gmail.com

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatada em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

5) Consentimento da participação como informante

Eu, _____,

RG _____, concordo em participar como informante da pesquisa

Processos de subjetivação no exercício participativo: assentamento rural e localidade.

Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a ausência de riscos decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que minha identidade será mantida em sigilo, e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome do(a) entrevistado(a)

Nome do pesquisador responsável

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS EM 2010

1. Trajetória de vida
 - a. Dados gerais do entrevistado: escolaridade, idade, estado civil, filhos, cidade natal.
 - b. Origem da família e trajetória rural.
 - c. Trabalhos exercidos na campo e/ou na cidade pela família e pelo entrevistado.
2. Entrada no Assentamento
 - a. Envolvimento em organizações/associações políticas e/ou com o Movimento Sem Terra anterior a entrada do assentamento.
 - b. Trajetória de ingresso no Movimento Sem Terra e no Projeto de Assentamento: motivações e expectativas.
 - c. Processo de constituição do Assentamento atual: história, conflitos, mobilização individual e do grupo.
 - d. Opinião a respeito do movimento Sem Terra e dos Projetos de Assentamento.
 - e. Significado de participar desse movimento e fazer parte de um assentamento Sem Terra: expectativas, importância, planos individuais e coletivos.
3. Organização do Assentamento
 - a. Organização geral: produção e comercialização dos produtos, distribuição das casas e da renda, rotina, realização de reuniões do grupo.
 - b. Processos decisórios e questões atuais do grupo.
4. Relação do assentamento com o entorno
 - a. Relação com as pessoas do município: conflitos, dificuldades e facilidades, amizades estabelecidas.
 - b. Participação em eventos, espaços e atividades da cidade (praças, igrejas, eventos esportivos, festas)
5. Relação do assentamento com a Prefeitura
 - a. Demandas principais.
 - b. Atendimento pela rede municipal de serviços (Posto de Saúde, Escolas, saneamento básico)
6. Participação em Conselhos Municipais
 - a. Dados gerais: áreas de participação, tempo de participação, função e atividades exercidas.
 - b. Motivações para participar
 - c. Estabelecimento de demandas pelo assentamento para os Conselhos
 - d. Processo de decisão nos Conselhos.
 - e. Avaliação da importância e da inserção política do assentamento nas instâncias institucionais municipais.

APÊNDICE D – TEMAS DA ENTREVISTA EM 2013**Roteiro de temáticas para entrevista com a liderança em 2013**

- 1) Configuração atual do assentamento.
- 2) Questões atuais vivenciadas pelos assentados.
- 3) Mudanças na organização, de participação em instâncias participativas municipais;
- 4) Conquistas na relação com município do entorno.
- 5) Dificuldades atuais na relação com gestão municipal.
- 6) Questões geracionais: como filhos e netos nascidos e/ou criados no assentamento são envolvidos dos processos decisórios.
- 7) Projetos futuros, individuais e coletivos.